



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALCIENE MUNIZ DE SOUZA

**TEMPOS VIVIDOS, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS: AS ESCOLAS
RURAIS E SUAS PROFESSORAS (ITUIUTABA-MG, 1970 A 1990).**

UBERLÂNDIA

2021

ALCIENE MUNIZ DE SOUZA

**TEMPOS VIVIDOS, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS: AS ESCOLAS
RURAIS E SUAS PROFESSORAS (ITUIUTABA-MG, 1970 A 1990).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Selmo Haroldo de Resende.

UBERLÂNDIA

2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S729 Souza, Alciene Muniz de, 1971-
2021 TEMPOS VIVIDOS, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS:
[recurso eletrônico] : AS ESCOLAS RURAIS E SUAS
PROFESSORAS (ITUIUTABA-MG, 1970 A 1990). / Alciene Muniz
de Souza. - 2021.

Orientador: Selmo Haroldo de Resende.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.571>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Resende, Selmo Haroldo de, 1967-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 19/2021/770, PPGED				
Data:	Vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e um	Hora de início:	[14h10]	Hora de encerramento:	[17h30]
Matrícula do Discente:	11912EDU001				
Nome do Discente:	ALCIENE MUNIZ DE SOUZA				
Título do Trabalho:	"Tempos vividos, histórias e memórias construídas: as escolas rurais e suas professoras (Ituiutaba-MG, 1970 a 1990)."				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Nilce Vieira Campos Ferreira - UFMT; Sauloéber Tarsio de Souza - UFU e Selmo Haroldo de Resende - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Selmo Haroldo de Resende, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Selmo Haroldo de Resende, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/08/2021, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sauloeber Tarsio de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/08/2021, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nilce Vieira Campos Ferreira, Usuário Externo**, em 24/08/2021, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2984600** e o código CRC **C0091373**.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela graça da vida e pela realização deste trabalho.

Aos meus pais Deusliria e Francisco, gratidão pelos exemplos de simplicidade, coragem e honestidade. Jamais vou esquecer dos meus primeiros anos na escola, de como ensinaram a apontar os lápis, dos momentos dedicados a lição de casa e que vocês foram meus primeiros mestres.

Aos meus queridos filhos, Lucas e Clara, a quem agradeço o apoio e compreensão que sempre tiveram e, peço desculpas a vocês pelos momentos em que precisei ficar ausente. Obrigada pela paciência e por serem os meus amores.

Agradeço ao meu marido Denner Paulo, pelo companheirismo e compreensão em todos os momentos, seu apoio foi um estímulo para que este sonho fosse realizado.

Agradeço à minha sogra Rosilma pelo carinho e pelo apoio constante.

Aos meus irmãos Pedro, Doris, Simome e Luciene, pelo apoio concedido ao longo da vida, sempre de forma amiga e com muito companheirismo. Agradeço também, a minha sobrinha Victória e minha cunhada Lidiane pelo carinho e apoio de sempre.

À prof^a. Dr^a. Sandra Cristina Fagundes de Lima, a quem serei sempre grata pela orientação, por ter confiado em mim e me acolhido como orientanda. Jamais esquecerei o incentivo e a sensibilidade em cada encontro, em cada leitura, sobretudo nesse período de limitações em decorrência da pandemia. Suas orientações e apontamentos foram como luzes a iluminar minha pesquisa e meus estudos.

Ao Professor Selmo Haroldo de Resende, por ter aceitado ser meu orientador e fazer parte deste trabalho. Obrigada pela confiança e colaboração nesta etapa tão importante do curso de Mestrado.

Aos professores Dr^a. Nilce Vieira Campos Ferreira e Dr. Sauloéber Tarcio de Souza, por aceitarem prontamente participarem da banca de qualificação e da banca de defesa desta dissertação. A colaboração de vocês foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Agradeço aos meus amigos Fabiane, Diego, Marivania e Rita pelas trocas de experiências e por compartilharem comigo as alegrias e as dificuldades da pós-graduação. Agradeço ainda, às minhas amigas Carla Assis, Edilene e Nivia Menezes pela amizade e apoio em todos os momentos.

Por fim, agradeço às professoras das escolas rurais entrevistadas por mim, que compartilharam suas histórias, sonhos e experiências, a colaboração de cada uma foi muito importante para a conclusão deste trabalho.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”
Nelson Mandela.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema as escolas rurais no município de Ituiutaba-MG e a atuação de suas professoras, no período de 1970 a 1990. Os objetivos foram: compreender a organização e funcionamento das escolas rurais; apreender os meios pelos quais as professoras ingressavam na docência em escolas rurais e conhecer as suas práticas. Nesse sentido procuramos responder às seguintes questões: em quais condições sociais, econômicas e culturais se efetivou a educação rural no município? Como se deu a formação inicial e em serviço das professoras que atuavam nas escolas rurais? Como essas professoras conduziram suas práticas, considerando a falta de apoio pedagógico e as condições de trabalho precário? Quais eram as representações produzidas pelas professoras acerca dos papéis educativo, social e cultural desempenhados nas escolas rurais do município de Ituiutaba, região do Triângulo Mineiro, e quais as marcas que essa formação imprimia em suas práticas? Foram consultadas fontes impressas e orais. Dentre os impressos encontram-se: anotações, bilhetes, atas de reuniões escolares, atas dos legislativos, jornais, relatórios, diários de classe, diário pessoal e fichas técnicas sobre as escolas. As fontes orais foram compostas por entrevistas com cinco professoras que atuaram nas escolas rurais. Para análise da documentação foram elencadas as seguintes categorias: ingresso das professoras, práticas, condições de trabalho e representações. Os resultados obtidos mostraram que a estrutura das escolas rurais implantadas no município de Ituiutaba era precária; as escolas eram isoladas, multisseriadas e unidocentes, entretanto estavam em consonância com a realidade da maioria das escolas rurais em todo país. Constatou-se que apesar das condições de trabalho difíceis, as professoras desempenharam importante papel na educação, o qual resultou na escolarização das crianças e jovens que residiam na zona rural.

Palavras-chave: Escola rural. Memórias. Representações. Professoras rurais. Ituiutaba.

ABSTRACT

This research has as its theme rural schools in the city of Ituiutaba-MG and the performance of their female teachers, in the period from 1970 to 1990. The objectives were: to understand the organization and functioning of rural schools; to apprehend the means by which the female teachers entered teaching in rural schools and to know their practices. In this sense, we tried to answer the following questions: in which social, economic and cultural conditions was rural education carried out in the municipality? How was the initial and in-service training of female teachers working in rural schools? How did these female teachers conduct their practices, considering the lack of pedagogical support and the precarious working conditions? What were the representations produced by the female teachers about the educational, social and cultural roles played in rural schools in the municipality of Ituiutaba, in the Triângulo Mineiro region, and which were the marks that this formation imprinted on their practices? Printed and oral sources were consulted. Among the printed materials are: personal notes, notes, school meeting minutes, legislative minutes, newspapers, reports, class diaries, personal diaries, and fact sheets about the schools. The oral sources were composed of interviews with five female teachers who worked in rural schools. For analysis of the documentation, the following categories were listed: admission of female teachers, practices, working conditions and representations. The results obtained showed that the structure of rural schools implemented in the municipality of Ituiutaba was precarious; the schools were isolated, multigrade and single-teaching, however they were in line with the reality of most rural schools in the whole country. It was found that despite the difficult working conditions, the female teachers played an important role in education, which resulted in the schooling of the children and young people who lived in the rural area.

Key words: Rural schools. Memories. Representations. rural teachers. Ituiutaba.

GRÁFICOS

Gráfico 1: População Urbana e Rural do Município de Ituiutaba – 1940 a 1970 ,.....	32
---	----

QUADROS

Quadro 1: Escolas urbanas de caráter privado de Ituiutaba (1900 a 1940)	37
Quadro 2: Escolas estaduais de Ituiutaba e sua criação	44
Quadro 3: Escolas públicas municipais urbanas instaladas em Ituiutaba até 1990	44
Quadro 4: Número de escolas rurais municipais no período de 1941 a 1972 em Ituiutaba...	52
Quadro 5: Escolas rurais municipais instaladas no município	57
Quadro 6: Escolas e respectivas metragens das construções	61
Quadro 7: Quantidade e características dos sanitários	61
Quadro 8: Quantidade de escolas que funcionavam em prédio próprio ou cedido.....	61
Quadro 9: Escolas com características consideradas mais precárias.....	62
Quadro 10: Escolas demolidas.....	64
Quadro 11: Escolas desativadas definitivamente entre os anos 1974 a 1982.....	65
Quadro 12: Escolas desativadas e reativadas posteriormente	65
Quadro 13: Número de escolas e alunos (rural e urbano), período de 1983 a 199.....	66
Quadro 14: Escolas rurais no município de Ituiutaba em 2020.....	67
Quadro 15: Período trabalhado no magistério rural.....	73
Quadro 16: Escolas Normais de Ituiutaba.....	82
Quadro 17: Formação inicial das professoras no magistério rural.....	85
Quadro 18: Atividades realizadas durante o ano na área pedagógica.....	89
Quadro 19: Escolas rurais onde as professoras trabalharam.....	92

FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado de Minas Gerais e suas Mesorregiões	26
Figura 2: Mapa Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba –MG.....	27
Figura 3: Produção agrícola/pecuária/quantidade de propriedades rurais - 1972	34
Figura 4: Formulário com informações sobre a Escola Municipal Normal	55
Figura 5: Modelo das escolas rurais de Ituiutaba com 102 e 103m2	60
Figura 6: Modelo das escolas rurais de Ituiutaba com 102 e 103m2	60
Figura 7: Escola Municipal Artísio Marchiori	63
Figura 8: E. M. Pres. Arthur da Silva Bernardes	63
Figura 9: E. M. José Bonifácio	64
Figura 10: Sobre os salários	70
Figura 11: Concurso Público	72
Figura 12: Logos II	90
Figura 13: Coleção usada pela professora Antuza.....	95
Figura 14: Escola Municipal Manoel Afonso Cancelli.....	97
Figura 15: E. M. Adelino de Oliveira Carvalho.....	99
Figura 16: E. M. Quirino de Moraes.....	101
Figura 17: Estrada que conduzia até a escola.....	103
Figura 18: Diário de Classe/conteúdo ministrado.....	113
Figura 19: Diário de Classe.....	116
Figura 20: Bilhete da aluna para professora no final do ano letivo.....	123
Figura 21: Diário escrito pela professora Lena.....	124
Figura 22: Diário escrito pela professora Lena.....	125
Figura 23: Diário escrito pela professora Lena.....	126
Figura 24: Diário escrito pela professora Lena.....	127
Figura 25: Diário escrito pela professora Lena.....	129

TABELAS

Tabela 1: População total do município de Ituiutaba	30
Tabela 2: População residente por domicílio – Brasil (1940 – 1991).....	46
Tabela 3: População na década de 1970	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNER- Campanha Nacional do Ensino Rural

EMR - Escola Municipal Rural

FNEP – Fundo Nacional de Ensino Primário

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MG- Minas Gerais

MR- Municipal Rural

PDS- Partido Democrático Social

Q.V.L. -Quadro Valor de Lugar

SEE Secretaria de Estado e Educação

UEMG- Universidade do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2 O LUGAR DA PESQUISA: ESPAÇO E TEMPO DE CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS.....	25
2.1 Contextos político, econômico e social de Ituiutaba.....	26
2.2 A educação escolar no município de Ituiutaba.....	35
2.3 A educação escolar rural no município de Ituiutaba.....	45
2.4 Infraestrutura das escolas rurais em Ituiutaba.....	59
3 PROFESSORA DA ESCOLA EM MEIO RURAL.....	68
3.1 Ingresso das professoras no magistério rural.....	68
3.2 Formação Inicial e em Serviço.....	80
3.3 Condições de Trabalho.....	92
3.3.1 Estrutura física dos prédios escolares e materiais didáticos	92
3.3.2 Dos meios de transporte das professoras.....	102
4 PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE A ESCOLA RURAL.....	108
4.1 As práticas das professoras nas escolas rurais.....	108
4.2 Relacionamento das professoras com alunos, familiares e comunidade rural.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	140

1 INTRODUÇÃO

Meu envolvimento com a pesquisa na área da educação rural se deu, principalmente, pelo fato de minha infância ter transcorrido na zona rural do município de Gurinhatã-MG, onde tive minha primeira experiência escolar, no ano de 1978. Aos sete anos, cursei a primeira série em uma pequena escola rural, a qual tinha o nome de meu bisavô materno, Escola Municipal ‘Maximino Pedro’. Minha professora era leiga, tinha basicamente as séries iniciais. A escola era bastante precária, tinha estrutura física de pau a pique, unidocente, alunos de idades diversas; portanto, a sala era multisseriada; as carteiras possuíam assento duplo, onde podiam se sentar dois estudantes, uma modernidade para a época. Havia uma lousa na parede, a qual era chamada de quadro, onde a professora escrevia com giz para que os alunos reproduzissem o conteúdo em seus cadernos. O material didático se restringia a lápis, caneta, borracha e um caderno (brochura); faltavam livros para os alunos. Portanto, os materiais escolares para uso da professora e dos alunos eram escassos e os métodos de ensino utilizados valorizavam a cópia, a verbalização e a memorização. O ensino era realizado apenas dentro da sala de aula. Nesse sentido, o mundo rural não se fazia presente nas atividades escolares, as práticas eram tradicionais.

Mesmo com todas as precariedades, das quais só anos mais tarde tive noção, não tive dificuldades de aprendizagem, provavelmente devido ao fato de ter iniciado a primeira série já alfabetizada e com noções básicas de matemática (operações básicas de adição, subtração, divisão e multiplicação), as quais aprendi, aos seis anos, com meus pais que, mesmo sendo leigos, deram a mim as primeiras aulas de Português e Matemática. Contudo, apesar de eu estar alfabetizada, só iniciei os estudos no antigo 1º Grau, oficialmente, quando fomos morar na cidade Gurinhatã-MG, onde fui matriculada no Grupo Escolar José Martins Alameu.

O tema desta pesquisa me proporciona uma grande reflexão acerca da minha própria história, além de trazer à tona os problemas e as necessidades da escola rural ainda hoje. Trinta anos se passaram desde a minha infância e, apesar de todas as mudanças e transformações ocorridas na educação no Brasil, na zona rural, as escolas ainda necessitam de melhorias, como, por exemplo: infraestrutura, recursos humanos, localização, valorização dos profissionais, bem como, ações e políticas educacionais que levem em conta todas as especificidades do meio rural, de modo a evitar que a escola rural seja uma mera imitação (desfavorecida) da escola urbana.

Embora o país tivesse a maior parte da população vivendo no campo, os discursos governamentais “reafirmavam um projeto de sociedade moderna, urbana e agroindustrial” (ASSIS, 2019, p. 13). Neste contexto de pressões econômicas, sociais e políticas de diferentes origens, é que ocorreu uma significativa alteração, mais de ordem quantitativa que qualitativa, na organização escolar brasileira.

As escolas rurais existem no país desde os primórdios da colonização; entretanto, nem mesmo o perfil agrário do Brasil foi suficiente para que a educação rural fosse prioridade, bem como contasse com ações planejadas e institucionalizadas nas políticas públicas para educação, o que fazia com que a educação fosse um privilégio para poucos. Conforme Saviani (1980, p. 197), as escolas rurais não foram criadas para atender aos interesses do homem do campo, mas “a escolarização do campo se revela um fenômeno decorrente da expansão das relações capitalistas no campo”.

Ao lado das precariedades das escolas rurais e da falta de professores habilitados, ainda havia o problema do analfabetismo. De acordo com Bezerra, Ribeiro e Araújo (2017), a taxa de brasileiros alfabetizados na faixa etária de 5 a 19 anos entre os 1957-1966, no Sudeste, era de 53%. Embora tenha havido forte expansão da escolarização no país, esta não ocorreu igualmente nos Estados brasileiros. Minas Gerais, que se encontrava em franca projeção econômica, contrastava com o analfabetismo alarmante. Em Ituiutaba, a situação também era semelhante, de acordo com Ribeiro; Silva; Quillici Neto (2020), com o aumento significativo da população do município, o analfabetismo chegou a 57,35%, na década de 1950, taxa superior à do Estado, que era de 56,19%; e, no meio rural, a taxa de analfabetismo era de 64,37%.

A implantação das primeiras escolas municipais rurais de Ituiutaba ocorreu nos primeiros anos da década de 1940, coincidindo com as iniciativas governamentais de erradicação do analfabetismo em todo país.

Conforme constatado nos relatórios da Secretaria Municipal de Educação (1992), foi nos anos iniciais da década de 1950 que houve expansão da escola primária no Brasil, seguindo o discurso desenvolvimentista, o qual colocava em pauta a preocupação com a alfabetização da população. A falta de recursos financeiros não condizia com o cenário econômico do município, que se encontrava reconhecidamente em forte expansão na agricultura, tendo sido um dos fatores que mais dificultou o desenvolvimento da educação local, tanto na zona urbana quanto rural.

Nas décadas seguintes, o número de escolas rurais continuou expandindo, todavia, só criar escolas não era suficiente, pois, era preciso solucionar os problemas relacionados às

precariedades no oferecimento da educação à população rural do município. Em meados da década de 1970, funcionavam 72 escolas rurais, a maior parte das professoras dessas escolas era leiga. A denominação ‘leiga’ é normalmente utilizada para os profissionais que exerciam a profissão docente sem possuir habilitação, são de acordo com Ferreira e Lima (2020, p. 944) “os mestres improvisados” e que de acordo com Brandão (1986, p. 12-13),

[...] é considerado um liminar estabelecido. Reconhecido oficialmente como um professor e incluído na folha de pagamento de inúmeras Secretarias de Educação de estados do país, ele não faz, no entanto, parte de seu quadro legítimo e não se inclui, portanto, em uma suposta carreira de magistério.

As condições de trabalho das professoras eram precárias, visível desvalorização em torno da profissão docente.

Entretanto, pode-se afirmar que no município de Ituiutaba, a partir desta década, houve grandes transformações no cenário urbano e rural, principalmente, nas áreas econômica e educacional, dentre as quais, destacam-se o intenso êxodo rural, bem como as mudanças na educação entre os anos de 1964-1989, advindas da Lei n.º 5.692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, exigindo formação mínima em nível de 2º grau das professoras que já exerciam o magistério. Neste período, a educação escolar volta-se para a profissionalização obrigatória dos alunos do 2º grau, em todas as escolas. Ao analisar a lei, percebe-se, além do objetivo de profissionalização do então ensino secundário, a tentativa de unificar os antigos ensinamentos primário e médio, eliminando as diferenças entre os ramos secundário, agrícola, industrial, comercial e normal, bem como propagar a noção do Estado nacionalista-militar. No entanto, mais uma vez, a nova proposta não incluía a educação rural. A única menção observada, foi que os estabelecimentos poderiam organizar os períodos letivos, ajustando-os de acordo com as diferenças culturais.

No quadro geral da educação rural no município, ocorreram poucas alterações neste período, permanecendo as mesmas condições até os anos finais da ditadura militar no Brasil na década de 1980. Ao analisar os estudos e pesquisas sobre a escolarização no meio rural (1970-1990) foi constatada certa regularidade no que diz respeito às deficiências e precariedades, tanto na estrutura física quanto pedagógica e de pessoal. Especificamente sobre a profissão docente, pude constatar que, embora as professoras tenham desempenhado um papel importantíssimo nas escolas rurais de todo o país, persiste um relativo descaso em torno da carreira de professor.

Além disso, a história das professoras das escolas rurais foi sempre esquecida pela história oficial, bem como dos cursos de formação de professores existente no país. Verificou-se que ainda hoje existe uma evidente fronteira delimitando o espaço urbano e o rural, marcada por construções culturais hegemônicas do meio urbano, com tendência a inferiorizar e segregar as identidades e subjetividades do meio rural. Essas construções sociais em torno da educação e dos povos do campo também ocupam um papel central na presente pesquisa.

No Brasil contemporâneo, embora o direito à educação tenha sido positivado na Constituição Federal de 1988, esse direito ainda não é observado igualmente em todo o país. Observa-se que as políticas públicas continuam voltadas para os grandes centros urbanos. Dessa forma, as desigualdades nas condições e oferta da educação básica para a população rural ainda persistem, e os sujeitos residentes no campo ainda continuam à margem na sociedade. Conforme apontado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

Do ponto de vista do capital sociocultural, o nível de instrução e o acesso à educação da população rural são importantes indicadores da desigualdade existente entre as zonas rural e urbana. Os dados da PNAD 2004 mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural (4 anos) corresponde a quase metade da estimada para a população urbana (7,3 anos), ficando evidente a necessidade de ações efetivas para a diminuição dessa disparidade. (INEP, 2007, p. 14).

Dessa forma, embora tenham sido percebidas melhorias na infraestrutura das escolas rurais, bem como nas condições de trabalho dos professores, o que se observa é que ainda há muito por ser feito, inclusive em relação às políticas de valorização de professores. De acordo com o INEP, apesar de haver consenso de que o professor é decisivo para o sucesso da aprendizagem dos alunos,

[...] as condições de trabalho dos profissionais do magistério permanecem precárias. No caso específico da área rural, além da baixa qualificação e dos salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outros problemas, sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção. (INEP, 2007, p. 33).

Além disso, após o processo de nucleação a partir da década de 1980, em todo Brasil milhares de escolas rurais deixaram de funcionar. Portanto, muitas crianças precisam percorrer grandes distâncias até chegar à escola. Em Ituiutaba, após o processo de nucleação das escolas rurais, apenas cinco escolas permaneceram em funcionamento.

A proposta da nucleação que se efetivou em todo o território brasileiro consistia em potencializar o espaço físico das escolas que receberiam estudantes das que seriam desativadas. A localização das escolas nucleadas seguiriam (sic) critérios geográficos. Isso significa que deveriam possuir fácil acesso e em pontos equidistantes ao longo do município. Ao mapearmos as escolas nucleadas no município de Ituiutaba, verificamos que não seguiram esse critério. Prevaleceu o interesse de grupos que tinham poder político. Dessa forma, parte do município ficou desentendida (sic). É importante ressaltar que crianças e jovens dessas regiões estudam nas escolas periféricas localizadas no meio urbano de Ituiutaba (SILVA JÚNIOR; LEITE, 2017, p. 13).

Para os autores, nenhuma das cinco escolas rurais que restaram no município de Ituiutaba possuía acessibilidade e todas revelam indícios do descaso histórico em relação à população que vive em áreas rurais. Além destes aspectos, foi evidenciada ainda a economia do dinheiro público para com estas escolas, pois, para a municipalidade, era mais barato transportar os alunos da zona rural para as escolas urbanas. Ainda de acordo com Silva Júnior e Leite (2017), o currículo das escolas e os livros didáticos são os mesmos utilizados nas escolas urbanas e somente a Escola Arquidamiro apresentava alguns projetos voltados para as especificidades do meio rural.

De maneira geral, há um silêncio em torno da educação no meio rural de Ituiutaba e, para resolver os problemas diante da escassez de escolas rurais no município, o poder público municipal apenas ofereceu transporte das crianças e jovens que residem zona rural para estudarem na zona urbana.

Assim, para tornar possível este trabalho e aprofundar nas discussões sobre a educação rural, foi elaborado um projeto de pesquisa de mestrado, com o objetivo de pesquisar a história da educação rural em Ituiutaba-MG, no período de 1970-1990, para compreender, como se deu sua organização e funcionamento, bem como apreender as práticas docentes.

Além desse objetivo geral, estabelecemos como objetivos específicos: caracterizar as escolas rurais e as especificidades de sua organização e funcionamento no município; apreender os meios pelos quais as professoras ingressavam na docência em escolas rurais; analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras das escolas rurais do município de Ituiutaba, as condições de trabalho (estrutura física das escolas, materiais, mobiliários, salário, meio de transporte, valorização profissional); e discutir sobre as representações da profissão construídas pelas próprias professoras das escolas rurais (ser professora e os aspectos da maternidade, mulher e relação com o meio rural).

Nesse contexto, pretende-se problematizar a história da educação no meio rural em Ituiutaba, região do Triângulo Mineiro, no período de 1970 a 1990, no que concerne às seguintes questões: em quais condições sociais, econômicas e culturais se efetivou a educação rural no município? Como se deu a formação inicial e em serviço das professoras que atuavam nas escolas rurais? Como essas professoras conduziram suas práticas, considerando a falta de apoio pedagógico e as condições de trabalho precário? Quais eram as representações produzidas pelas professoras acerca dos papéis educativo, social e cultural desempenhados nas escolas rurais do município de Ituiutaba, região do Triângulo Mineiro, e quais as marcas que essa formação imprimia em suas práticas?

A escolha do período foi realizada tendo em vista que entre as décadas de 1970 a 1990 toda estrutura da rede escolar rural do município de Ituiutaba já havia sido instalada. Além disso, houve uma reconfiguração dos espaços escolares do campo, em função do êxodo rural. Outro aspecto é em relação à reforma do ensino, pela Lei n.º 5.692/71, a qual passou a exigir a obrigatoriedade da formação mínima de 2º Grau, inclusive para as professoras que já atuavam no ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau (antigo primário), ou seja, a lei exigia que essas profissionais voltassem a estudar para concluir seus estudos. É importante, ainda, entender as medidas adotadas no município, nas contratações das professoras, considerando as exigências da Lei n.º 5.692/71, pelo fato de haver ainda, neste período, um número bastante expressivo de professoras não habilitadas em atuação tanto na zona rural quanto urbana. A partir destes aspectos, percebemos a importância em compreender as transformações na educação rural oferecida, bem como da profissão docente, advindas da Lei n.º 5.692/71, no município de Ituiutaba. Além destes motivos, outros dois levaram a adotar este recorte espacial: a disponibilidade de acesso aos documentos históricos e os depoimentos orais de um grupo de ex-professoras que fizeram parte da trajetória do ensino rural do município.

Para tanto, foram consultadas fontes impressas e orais (entrevistas)¹. Primeiramente, recorreremos ao levantamento e sistematização de fontes documentais, principalmente nos arquivos no âmbito da Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Dentre os impressos, analisei: anotações, bilhetes, atas de reuniões escolares, atas dos legislativos, jornais, relatórios, diários de classe, diário pessoal e fichas técnicas sobre as escolas.

As contribuições provenientes da história oral ocorreram através da realização de entrevistas com cinco professoras, as quais foram selecionadas seguindo o seguinte critério: terem trabalhado em escolas rurais instaladas no município de Ituiutaba no período de 1970 a

¹ Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) da UFU sob o n.º. 3.906.622.

1990 por um período mínimo de dois anos. Como tática para o desenvolvimento da pesquisa oral, localizei as professoras por meio de informações obtidas junto às pessoas da área da educação, bem como das próprias professoras entrevistadas. Para realização das entrevistas, as professoras foram informadas sobre o teor da pesquisa e do roteiro da entrevista, a qual foi marcada antecipadamente, com informação da data e do local onde seria realizada. A escolha do local foi feita pelas próprias entrevistadas.

As entrevistas foram semiestruturadas e individuais, com questões voltadas às características da estrutura educacional na zona rural de Ituiutaba e dos aspectos relacionados, às práticas e experiências docentes. Os registros foram feitos em gravação, com posterior transcrição realizada por essa pesquisadora. Antes das entrevistas, foram realizadas visitas prévias às docentes, realizados vários contatos por telefone, até que fosse marcada a data e o local. As professoras mostraram bastante vontade em colaborar para esta pesquisa. Contudo, foi necessário um encontro antes do dia marcado das entrevistas, para que elas assinassem os documentos exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) da UFU.

No decorrer da entrevista, na medida em que fluía a fala das narradoras, procurei não perder a sequência do roteiro e aos poucos tecia cada detalhe da história, reavivando lembranças e, às vezes, estimulando, ora com perguntas mais gerais, ora mais especificamente sobre a trajetória de cada uma delas. Ainda nas entrevistas, tive noção da importância sobre a questão da identidade profissional das professoras e das razões que as levaram a escolher a profissão docente, bem como trabalhar nas escolas rurais do município.

As fontes orais aqui utilizadas foram gravadas, transcritas, textualizadas e levadas às professoras, para aprovação. Depois de validadas, foram categorizadas e problematizadas, sempre correlacionadas às fontes, permitindo, dessa forma, seguir em frente com a proposta de pesquisa, compreendendo o fazer docente, as relações estabelecidas pelas professoras com seus pares, considerando as representações destas e as condições historicamente estabelecidas em que ocorreu o processo ensino-aprendizagem, para que fosse possível perceber o que está subtendido nesta realidade construída pela memória, durante o diálogo.

Neste estudo, ao pesquisar as práticas pedagógicas das professoras, observei que a construção da identidade profissional de cada docente tinha relação com ambiente familiar e cultural, refletindo diretamente no processo de escolarização e vivência profissional. Percebe-se, ainda, que suas histórias profissionais estão intimamente ligadas às suas histórias de vida, em relação ao ofício de ensinar e aprender. Corroborando com Nóvoa (2000, p. 9) ao dizer que “Hoje sabemos que não é possível separar o eu pessoal do eu profissional, sobretudo

numa profissão fortemente impregnada de valores e de ideais e muito exigente do ponto de vista do empenhamento e das relações humanas”. Entende-se, portanto, que o processo identitário da profissão docente se configura, se produz, na intimidade do ‘fazer docente’, compreendendo que a identidade não é um produto, mas, é construído pelas maneiras de ser e de realizar o trabalho docente.

É importante ressaltar que os sujeitos inseridos neste estudo são seres humanos, sociais e singulares, os quais possuem desejos e histórias únicas, que, aqui, foram parcialmente reveladas por meio de seus depoimentos. São indivíduos cheios de sentimentos e reflexão sobre a vida; portanto, para mim, elas não foram somente ferramentas de trabalho e estudo. Todavia, conforme estabelecido pelo CEP, me limito apresentar suas contribuições, obedecendo às normas impostas.

Dentre as entrevistadas, quatro eram habilitadas (curso normal e magistério de 2º grau) uma era licenciada em Letras, no início da profissão. As idades das professoras quando ingressaram no magistério variavam entre 18 e 25 anos. As escolas em que elas trabalharam foram as seguintes: Escolas Rurais: Prefeito Jaime Membeg, Joaquim José Domingues, Tancredo de Paula Almeida, Manoel Afonso Cancelli, Ari Barroso, Quirino de Moraes e João Ribeiro da Silva.

O grupo de docentes entrevistadas foi composto por professoras que atuaram neste período, encontrando-se no ano da entrevista na faixa etária entre 58 e 70 anos de idade, todas moram na cidade de Ituiutaba e são aposentadas como professoras; entretanto, somente uma se aposentou dedicando toda carreira docente no magistério rural, as demais embora sejam todas aposentadas, terminaram a carreira docente em escolas urbanas de Ituiutaba.

A iniciativa de usar as fontes orais decorreu do fato de se desejar valorizar os significados e representações que as professoras atribuíam a si e ao seu trabalho docente na escola rural, através de entrevistas temáticas. Para tanto, será utilizada a história oral temática, tendo em vista que este estudo privilegia a coleta de depoimentos orais que esclarecem o tema determinado. Segundo Bom Meihy (2002), a história oral temática é quase sempre utilizada como técnica de coleta de dados por ser a que mais permite articular diálogo com outros documentos e outras fontes de coleta. De acordo com Alberti (2005, p. 155), ela ainda “permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da História’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. Além disso, a utilização da história oral como procedimento decorre do fato de poder ser empregada em pesquisas sobre temas recentes. Neste sentido, Alberti (2005, p. 155) explica que “na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e

conjunturas do passado e do presente”. Dessa forma, ao estudar a profissão docente, privilegiando os percursos de professores e a maneira como elaboraram sua prática, a memória ocupa um lugar central, sendo necessário considerar que lembrar não é apenas reviver, mas refazer, reconstruir com imagens e ideias de hoje a experiência do passado.

Portanto a proposta desta reflexão é registrar as marcas e impressões, buscadas na memória, as quais são reapresentadas pelas narrativas orais que emergiram nas entrevistas, permitindo recompor fragmentos da história do ensino rural em Ituiutaba, tal como enfatiza Fazenda (2001, p. 17): “memória que tece lembranças, que mescla o passado, revê o curso do presente e que pode inspirar o futuro”. É claro que depois de muitos anos, não é possível recompor integralmente todas as lembranças, mas ao analisar cada fragmento, pode-se conseguir ajustar cada fala, trazendo o passado ao presente e aquilo que não foi lembrado totalmente, adquire seu valor na reconstrução desse tempo.

O reconhecimento da história oral como metodologia representou uma conquista nas ciências humanas, pois se beneficiaram muito ao usá-la como fonte, tendo sido utilizada por diversos pesquisadores das áreas de sociologia, antropologia, história, psicologia, dentre outras. Assim os relatos dos fatos históricos não foram somente descritos, mas também analisados e compreendidos, de forma que toda a trajetória das sociedades não ficasse alheia ao historiador. De acordo com Bom Meihy (1996), esta metodologia busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos, as quais muitas vezes estão silenciadas pela história oficial. Os registros dessas vozes as transformam em fontes históricas com mesmo valor histórico de outras fontes. Dessa forma, a história oral chega aqueles que a escrita não alcançou, possibilitando-lhes a chance de comporem e transmitir suas lembranças e vivências que, de outra forma, não seriam conhecidas ou discutidas cientificamente.

Por estas razões, a presente pesquisa lançou mão das memórias das professoras para que elas rememorassem o seu passado, a realidade das relações sociais e culturais que, de certa forma, influenciaram na construção da vida pessoal e profissional de cada uma delas. Neste sentido, empenhei em ter um olhar atento sobre seus relatos, buscando em cada palavra, em cada gesto, em cada silêncio, a comprovação de circunstâncias que pudessem explicar aspectos relacionados às escolhas dessas professoras pela docência na zona rural. Por meio do depoimento oral tem-se melhor compreensão das razões de decisões tomadas. Em se tratando dessa pesquisa acerca dos objetivos propostos, os arquivos escritos, seriam insuficientes; portanto, a história oral amplia a compreensão do presente e de um planejamento do futuro. Diante disso, Thompson esclarece que:

A história oral é uma história construída em torno das pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...] traz a história para dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. (THOMPSON, 1992, p. 26).

Nesse contexto, os depoimentos das entrevistadas nesta pesquisa possuem valores próprios, são legítimos portadores de conhecimentos. De acordo com Tompson (2002, p. 138), se as fontes orais, de fato, transmitem informações fidedignas, elas devem ser tratadas com o “valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado”. Portanto, conforme Chartier, a utilização da memória como fonte é uma tentativa talvez de conseguir “reencontrar a originalidade, irreduzível a toda definição a priori, de cada sistema de pensamento, em sua complexidade e seus deslocamentos” (CHARTIER, 2002, p. 27).

Já as fontes documentais, estão depositadas nos arquivos das escolas, bem como da Secretaria Municipal de Educação, outras são provenientes de acervos particulares. No arquivo da Secretaria Municipal de Educação, pesquisei: Regimentos; Relatórios (1970 – 1992); Fichas técnicas das escolas; Atas da Câmara do Legislativo (1950- 1970), correspondências oficiais. Na Escola Municipal Tancredo de Paula Almeida, pesquisei: diário de classe, acervo de fotos, livro de atas. Nos acervos pessoais cedidos pelas entrevistadas ou pelos sujeitos rurais, encontrei: diário pessoal, coleção de livros, fotografias, objetos (presente de alunos).

A partir desta pesquisa de mestrado, pude ter acesso a estes documentos, dos quais muitos são fontes de pesquisas ainda não exploradas, tendo em vista que a preterição do tema, que está quase sempre deixado à margem das pesquisas em educação, justificando dessa forma, as poucas pesquisas sobre a educação rural no município de Ituiutaba.

O acesso ao arquivo da Secretaria Municipal de Educação exigiu persistência e determinação, tendo em vista que a documentação está arquivada em uma sala de pouco metros quadrados, a qual se encontra com o ambiente insalubre, devido à poeira e mofo; os documentos não contam com acondicionamento adequado, sendo que alguns já iniciam o processo de deterioração.

Depois de localizar, catalogar e categorizar as fontes, foi possível estabelecer as seguintes categorias de análises: ingresso das professoras, práticas, condições de trabalho e representações.

De acordo com os depoimentos das professoras, bem como com os documentos pesquisados, constatou-se que nos anos de 1970-1990, o quadro docente na zona rural do

município era composto somente por mulheres. Verificou-se esta realidade em quase todo o país, tal como apontado nas pesquisas de Castro; Raposo (2014) e Araújo; Lima (2011), que informam que o quadro docente rural era composto pela maior parte de mulheres, e, embora não tenha se constituído em uma categoria específica, a feminização do magistério marcou esta pesquisa. Nas entrevistas, cada uma das professoras pôde compor, recompor e narrar suas memórias, lembrando momentos significativos e marcantes, ao falar sobre suas experiências docentes e das relações vivenciadas com os alunos, familiares e toda comunidade rural e com o entorno da escola em que lecionavam.

Através da memória, é possível recuperar fatos vividos pela própria pessoa, que, ao ter sua memória estimulada, pôde reavivar suas experiências transformando-as em importantes fontes de reflexões para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos culturais, políticos e sociais, no contexto em que se desenvolve a pesquisa.

Sobre o ingresso das professoras, buscou-se compreender os meios pelos quais as professoras iniciaram na carreira docente, bem como a formação inicial que possuíam ao iniciarem no magistério rural, a formação em serviço e ainda, entender como elas desenvolviam suas práticas, relacionando-as com a formação que possuíam.

Na categoria práticas, a pretensão foi compreender como as professoras desenvolviam as suas atividades pedagógicas, qual material didático seguiam, o que ensinavam, as condições físicas e pedagógicas das escolas, a relação com docentes de outras instituições, os materiais didáticos utilizados. Dessa forma, considerando todas as precariedades, buscou-se entender, como as professoras elaboravam suas ações pedagógicas, a partir dos postulados de Benito Escolano (2017, p. 86), de que “a cultura empírica da escola é, em grande medida, formada por uma cadeia de rituais internos de interação e ao mesmo tempo condicionada pelas ritualidades do mundo da vida”.

Em relação às condições de trabalho, o objetivo foi conhecer as condições físicas e materiais das escolas rurais, materiais didáticos e pedagógicos, moradia, funções, salário recebido, mobiliário, sanitárias e transportes utilizados.

Quanto à categoria representação, será analisada pela perspectiva de Roger Chartier (2002), o qual considera que por meio das representações, as pessoas criam meios para entender a realidade que as cerca, atribuindo significados para os diversos elementos que fazem parte do contexto social onde estão inseridas. A escolha dessa representação se deu por considerar que as representações produzidas sobre o papel da educação rural no período de 1970–1990 prevaleceram e persistiram por décadas após terem sido criadas.

O texto desta dissertação foi organizado em três capítulos, que, por sua vez, foram divididos em subitens. Os capítulos foram distribuídos, respectivamente, com os seguintes títulos: O lugar da pesquisa: espaço e tempo de constituição dos sujeitos; Professora da escola em meio rural; Práticas e representações das professoras sobre a escola rural.

No primeiro capítulo O lugar da pesquisa: espaço e tempo de constituição dos sujeitos, apresento fragmentos da história local e análise do panorama histórico educacional da cidade de Ituiutaba, local em que a pesquisa foi realizada, de forma a compreender como foi a escolarização inicial desde os primórdios, revelando, ainda, as escolas e o contexto em que se deu a implantação das escolas rurais no município de Ituiutaba. A elaboração deste capítulo foi necessária, uma vez que, para analisar e revelar aspectos da história da educação efetivada no meio rural do município de Ituiutaba no período de 1970 a 1990, foi essencial compreender os desdobramentos da história da educação local e da consonância com a educação em nível estadual e nacional, considerando, ainda, os aspectos econômicos, geográficos e sociais do período.

No segundo capítulo, A professora da escola em meio rural, busco conhecer as formas de ingresso, a formação inicial e continuada das professoras que atuaram nas escolas rurais do município de Ituiutaba. Além desses aspectos, pesquisou-se as condições de trabalho, a estrutura física dos prédios escolares, os materiais didáticos existentes e utilizados, bem como os meios transporte utilizados pelas professoras durante o magistério rural. Investigou-se, ainda, aspectos que contribuíam para a impermanência e rotatividade de professoras na educação rural. Para isso, foi utilizado o levantamento das escolas existentes no período e as disposições normativas para o ensino nessas instituições de ensino, considerando os pressupostos da Lei n.º 5.692/71 em vigor no período estudado.

No terceiro capítulo, Práticas e representações das professoras sobre a escola rural, discuto, por meio das narrativas das professoras e dos demais documentos pesquisados, as práticas implementadas pelas professoras para o ensino em salas multisseriadas e o cotidiano escolar rural, em face das relações entre as professoras/alunos/famíliares e comunidade rural, as quais são essenciais na construção das representações.

2 O LUGAR DA PESQUISA: ESPAÇO E TEMPO DE CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS

Para entender a educação rural efetivada em Ituiutaba², sobretudo no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, é imprescindível conhecer o tempo e o espaço social, econômico, geográfico e cultural em que foram desenvolvidas as experiências na educação rural no município. Para tanto, neste capítulo serão apresentados os movimentos populacionais ocorridos em Ituiutaba-MG, no período estabelecido pelo recorte da pesquisa, bem como as condições nas quais se efetivou a educação nas áreas rurais. Esses aspectos da história local possibilitarão a compreensão das transformações ocorridas ao longo do século XX no município.

O estudo da história local é importante, tendo em vista que ao conhecer as particularidades do lugar, é possível estabelecer relações destes fatos históricos com os níveis estadual, nacional e global.

A história local serve para questionar a ideia de que somente os grandes centros culturais, econômicos ou políticos são capazes de produzir os acontecimentos da história. No entanto, isso não significa dizer que a história local se explica de modo isolado, afinal, em tempos de globalização, as especificidades locais devem ser compreendidas em suas relações de interseção com o global, principalmente na era da informação instantânea como as redes sociais na internet, por exemplo, que põem em contato as ideias, os valores, comportamentos e práticas dos mais diversos e distintos lugares (VIANA, 2016, p. 23).

Ao analisar a história local, observa-se que alguns fatos históricos importantes que marcaram o país ocorreram em momentos diferentes em algumas regiões e, às vezes, nem sequer reverberaram em outras. Um exemplo que podemos observar é com relação ao êxodo rural e ao aumento da população urbana nas grandes cidades do sudeste do país durante as décadas de 1950 e 1960. Ao comparar o processo migratório ocorrido na região sudeste com Ituiutaba, no mesmo período, verifica-se ter sido mais intenso neste município nas áreas rurais que nas áreas urbanas, conforme demonstrado na Tabela 1.

A vinda dos migrantes para o município de Ituiutaba, principalmente a partir de 1940, em busca de melhores condições de vida e de oportunidade de trabalho, devido ao

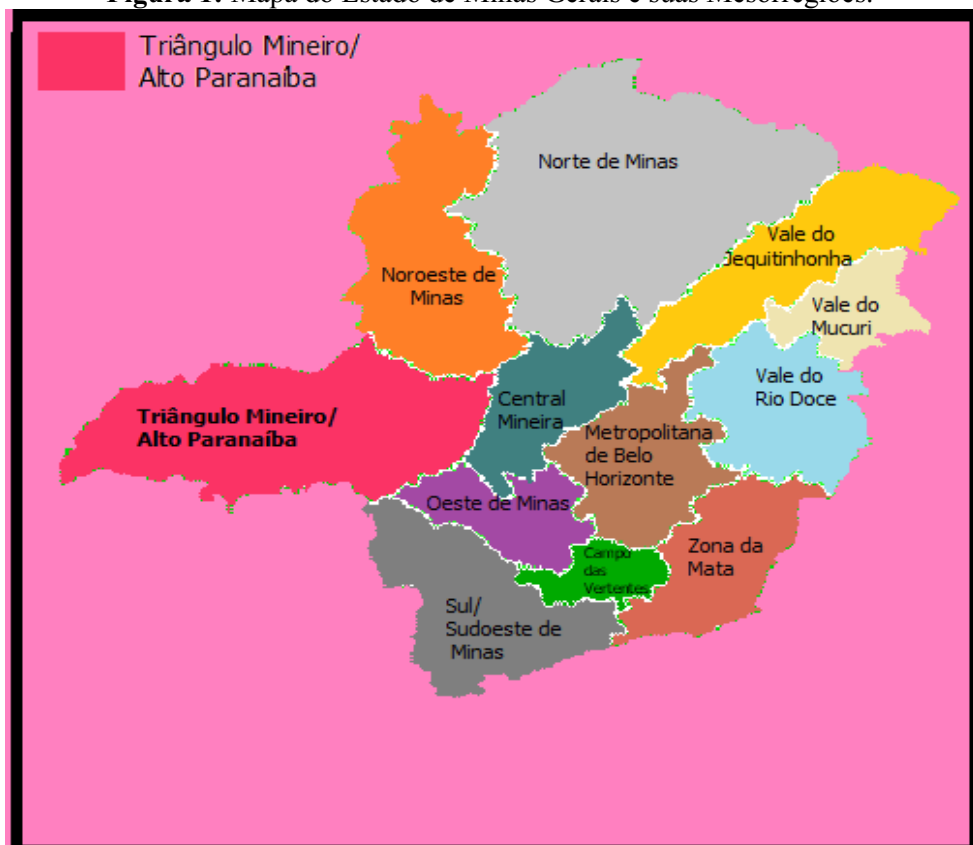
² Etimologicamente Ituiutaba é de origem tupi e significa: I (rio), TUIU (tijuco) e TABA (cidade), que quer dizer: povoação do Rio Tijuco.

desenvolvimento da cultura de arroz, foi um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento da economia do município e de toda a região do Pontal do Triângulo Mineiro, além de ter exercido forte influência na escolarização rural, pois, devido à intensa migração para áreas rurais nas décadas de 1940 e 1950, houve um aumento significativo da população e, conseqüentemente, a necessidade de criação de escolas rurais.

2.1 Contextos político, econômico e social de Ituiutaba

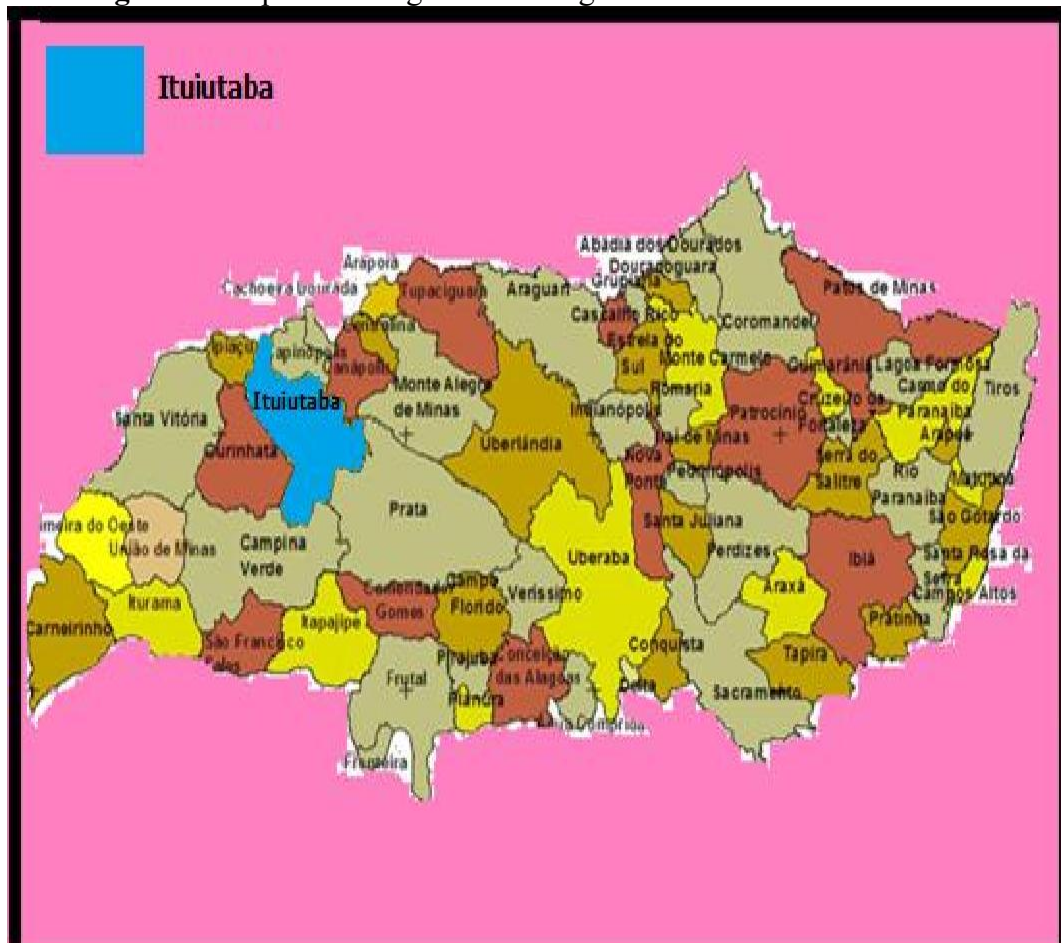
Ituiutaba localiza-se na região do Pontal do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2020), o município conta com uma área de 2.597 km² e está a uma distância aproximada de 685km da capital Belo Horizonte; possui como limite os municípios de Gurinhatã, Ipiacú, Capinópolis, Canápolis, Santa Vitória, Monte Alegre de Minas, Prata e Campina Verde, juntamente com o Estado de Goiás, como destacam os mapas a seguir.

Figura 1: Mapa do Estado de Minas Gerais e suas Mesorregiões.



Fonte: IBGE - Cartas e Mapas (2020).

Figura 2: Mapa Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – MG.



Fonte: Vieira (2013, p. 13).

Essa região já recebeu vários nomes, dentre eles: Sertão do Novo Sul, Sertão Grande, Sertão do Sul, Geral Grande e Sertão da Farinha Podre. De acordo com estudos historiográficos e memorialísticos, antes de sua colonização, a região foi habitada primitivamente pelos indígenas (Caiapós) do grupo Jê ou Tapuia, os quais foram expulsos após uma série de batalhas iniciadas por Joaquim Antônio de Moraes e José da Silva Ramos, dois sertanejos que chegaram à região por volta de 1819 (BRANT, 1953; CHAVES, 1984; MARTINS; MEDEIROS, 2001; NOVAIS, 1974; PAIVA (Apud SILVA; RIBEIRO, SOUZA, 2018); TEIXEIRA, 2001).

Teixeira (2001) relata alguns vestígios da presença dos indígenas (tais como: cerâmica e igaçaba funerária) encontrados nas margens dos rios Tijuco e Prata, nos pontos onde se localizavam os aldeamentos. Ainda de acordo com o memorialista, a partir de 1810, o território triangulino, denominado Triângulo Mineiro, uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, conforme a Figura 1, foi sendo pontilhado de sesmarias. As principais vias de acesso para Ituiutaba eram fluviais, principalmente pelos rios Prata e Tijuco, navegados em

pequenas embarcações. A abundância de água e riqueza das terras tijucanas³ atraíram os primeiros habitantes da região. Helio Benício de Paiva, um dos principais memorialistas locais, sobre esse aspecto diz que: O povoamento e colonização, pelos primeiros desbravadores, em território tijucano, se deram pela região de campo e cerrado, onde as pastagens eram naturais, havia abundância de água e a terra, ainda fresca e descansada, agradecia e retribuía o esforço do homem, quer nas atividades pecuárias, quer nas lavouras nascentes. Nas fazendas do ‘Carmo’ e ‘São Lourenço’ e ‘São Vicente’ (PAIVA Apud SILVA; RIBEIRO, SOUZA, 2018, p. 108).

Segundo esse mesmo memorialista, em 1830 teria chegado à região o Padre Antônio Dias de Gouveia, o qual adquiriu, inicialmente, a sesmaria das Três Barras, nas margens do Tijuco, e em 1832, com o auxílio de moradores e fazendeiros, levantou a primeira Capela, na parte baixa, às margens do Córrego Sujo. De acordo com Paiva (Apud SILVA; RIBEIRO, SOUZA, 2018), o primeiro nome do lugar foi Arraial de São José do Tijuco, e com emancipação, ocorrida em 16 de setembro de 1901, passou a chamar-se Vila Platina.

Suas terras produtivas e a diversidade na agricultura, além da pecuária, fizeram expandir a economia local e atrair migrantes de todo país. As possibilidades de ampliação do progresso aumentaram com a chegada do primeiro veículo automotor a circular em Ituiutaba, em 1914. De acordo com Chaves (1985), até então, os carros de boi eram os meios de transporte existentes na região, o que dificultava as idas e vindas das pessoas à Vila Platina.

Os recursos modernos eram poucos, as ruas da Vila não tinham calçamento, as residências tinham estilo de casebres, ranchos de palha e pau a pique, poucas casas eram de alvenaria. A Vila Platina continuou progredindo e aos poucos instalavam-se os primeiros estabelecimentos comerciais, como farmácias, hospital, cinema e as primeiras escolas. Foi elevada à condição de cidade, com a denominação de Ituiutaba, pela Lei Estadual n.º 663, de 18 de setembro de 1915, no governo de Fernando Alexandre Vilela de Andrade (mandato exercido entre os anos de 1908 e 1911). A mudança do nome de Vila Platina para Ituiutaba foi oficializada em 25 de abril de 1917. Segundo os memorialistas, a emancipação do município foi um avanço para a região naquele período, pois passou a estabelecer novas relações políticas, assumindo compromissos com o governo nas esferas estadual e federal. O desenvolvimento do município sempre teve relação com os fatores econômicos e populacionais, tendo em vista que, com a economia crescendo, ocorria também a organização espacial e o desenvolvimento urbano das cidades.

³ Terras da região de Ituiutaba banhadas pelo rio Tijuco

Em âmbito nacional, a partir de 1920, com o agravamento da crise econômica e com o acirramento dos conflitos políticos devido à progressiva divisão das oligarquias dominantes, provocou-se a Revolução de 1930, a qual não passou despercebida em Ituiutaba. De acordo com Chaves (1984), o município teve atuação efetiva na Revolução, pelo fato de que uma parte significativa do Triângulo Mineiro tinha posição estratégica e de fácil acesso por outros estados, além da ferrovia Mogiana, que atravessava o território triangulino, e da ameaça do sexto Batalhão do Exército, em Ipameri, fiel ao governo. Portanto, com a guerra civil prestes a acontecer, caberia aos municípios de Uberaba, Uberlândia, Araguari, Tupaciguara, Ituiutaba e Frutal o recrutamento de forças para proteger e fortalecer suas fronteiras. Com a Revolução de 1930, ocorreram modificações na política municipal e também em todo o país. No município de Ituiutaba, novas forças emergiram. Até então, o coronelismo era a força dominante, a qual exercia seu poder em todas as esferas da sociedade tijuca. Entretanto, passou a ser disseminada a ideia da necessidade de romper com os desmandos das velhas ordens e com os princípios da arcaica política do coronelismo.

Aos poucos Ituiutaba foi se desenvolvendo, tanto no aspecto econômico quanto social e político. A maior parte da movimentação da cidade dependia da zona rural, que possuía o comércio ativo; porém, praticamente não existia indústria. De acordo com Castanho e Souto (2013), a economia, que até no final da década de 1930 tinha como destaque a pecuária, passou a contar ainda com a possibilidade da extração de diamantes no rio Tijuco. Mesmo tendo sido uma atividade breve e sem muito destaque na descoberta de pedras preciosas, o garimpo influenciou no desenvolvimento do pequeno povoado e contribuiu para o aumento da população, com a vinda de garimpeiros de outros lugares para o município.

Posteriormente, com o fim dessa atividade extrativista, de acordo com Chaves (1985), os trabalhadores que permaneceram na cidade passaram a fornecer mão de obra nas lavouras das fazendas produtoras de arroz, tendo em vista que a orizicultura estava em expansão na região.

Como a economia do município continuava centralizada na produção rural e com o cultivo de grãos em grande escala, a mão de obra para realização do trabalho nas lavouras se tornou insuficiente, estes fatores foram preponderantes para a chegada, no município de Ituiutaba, dos migrantes vindos, principalmente, do nordeste do Brasil. Sobre este aspecto, segundo Silva (2000), neste período, os nordestinos chegaram em massa e espalharam-se pela vasta região. De acordo com Ribeiro, Silva e Quillici Neto (2020, p. 1162), “os contingentes mais numerosos vieram maciçamente do Rio Grande do Norte e da Paraíba”, em busca de outras perspectivas e melhores condições de vida.

Dessa forma, no auge da produção de arroz, verificou-se um intenso crescimento da população rural no município, o qual deveu-se, em grande, parte à chegada, principalmente, dos migrantes nordestinos, que vinham atraídos pela propaganda da prosperidade na produção agrícola, explicando-se, assim, o motivo pelo qual na década de 1940 a população urbana de Ituiutaba era pequena, em relação à rural, a qual perfazia 87,57% do total da população, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: População total do município de Ituiutaba.

ANO	TOTAL	RURAL	% RURAL	URBANA	% URBANO
1940	35.052	30.696	87,57%	4.356	12,43%
1950	53.240	43.127	81,00%	10.113	19,00%
1960	71.004	39.488	55,61%	31.516	44,39%
1970	64.656	17.542	27,13%	47.114	72,87%
1980	74.247	9.094	12,24%	65.153	87,76%
1991	81.584	3.371	4,13%	78.213	95,86%

Fonte: IBGE, 1940 – 1980.

De acordo com a Tabela 1, a população continuou em maior número na zona rural até a década de 1960 e somente a partir da década de 1970 a população urbana ultrapassou a rural. Entretanto, é importante salientar que a configuração política territorial do município de Ituiutaba era composta por outros cinco distritos, quais sejam: Santa Vitória, Ipiaçu, Capinópolis, Cachoeira Dourada e Gurinhatã. O município de Santa Vitória teve sua emancipação de Ituiutaba no ano de 1948, Capinópolis no ano de 1953 e os municípios de Ipiaçu, Gurinhatã e Cachoeira Dourada se emanciparam em 1962. Com a emancipação destes distritos, houve alteração em relação ao número de habitantes na cidade de Ituiutaba. Além disso, esses processos ocorreram no período áureo da cultura do arroz na região, o qual alterou significativamente as condições econômicas regionais, dentre as quais, Castanho e Souto (2013) destacaram: a evolução urbana, a abertura de estradas, a territorialização de empresas relacionadas às atividades de beneficiamento e armazenagem do arroz, o crescimento da oferta de serviços, a instalação de revendedoras de implementos agrícolas e de automóveis, dentre outros.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o município, embora no plano político houvesse a defesa do desenvolvimento, continuava agrário, e se destacou como possuidor da maior área cultivada no Estado. Sua produção de grãos abastecia grande parte do país, não só com arroz, mas também com milho, feijão e algodão. A produção era tão intensa que a cidade ostentava o título de “Capital do arroz”, em razão desta produção, iniciou-se uma nova etapa na economia

local. Nas páginas da Enciclopédia de Municípios publicada em 1959, transcritas a seguir, a centralidade da agricultura na economia de Ituiutaba foi assim registrada:

A principal atividade do município é a agricultura. As terras de Ituiutaba ex-distrito de Capinópolis são reputadas entre as mais férteis do mundo, comparadas segundo um Humboldt, Saint-Hilaire e Edward Miliward, às da Ucrânia, na Rússia, e às do Vale do São Lourenço, no Canadá, o cultivo em toda a zona obedece a um alto nível de mecanização, possuindo Ituiutaba mais de meio milhão de tratores, bem como colhedoras de arroz, o que lhe vale o título de “Capital do arroz” (ENCICLOPÉDIA apud SOUZA; FRATARI NETO, 2014, p. 119).

O fluxo migratório mais intenso para a zona rural da região aconteceu no final da década de 1940 até o início da década de 1960, diferentemente do que ocorria em muitos municípios da região Sudeste, onde a migração da população se dava do campo para as cidades em conformidade com uma tendência nacional decorrente do processo de industrialização. Sobre o êxodo rural em Minas Gerais, Portes e Santos (2012) explicaram que ao longo das décadas de 1950 a 1970 houve significativa redução da sua população rural. Segundo os autores,

Os dados do Censo Demográfico das décadas de 1950 apontam que 70% da população mineira vivia no meio rural, entretanto ao analisar os dados de 1960, essa porcentagem cai para 60%, chegando a década de 1970 com 47% vivendo no meio rural mineiro. (PORTES; SANTOS, 2012, p. 409).

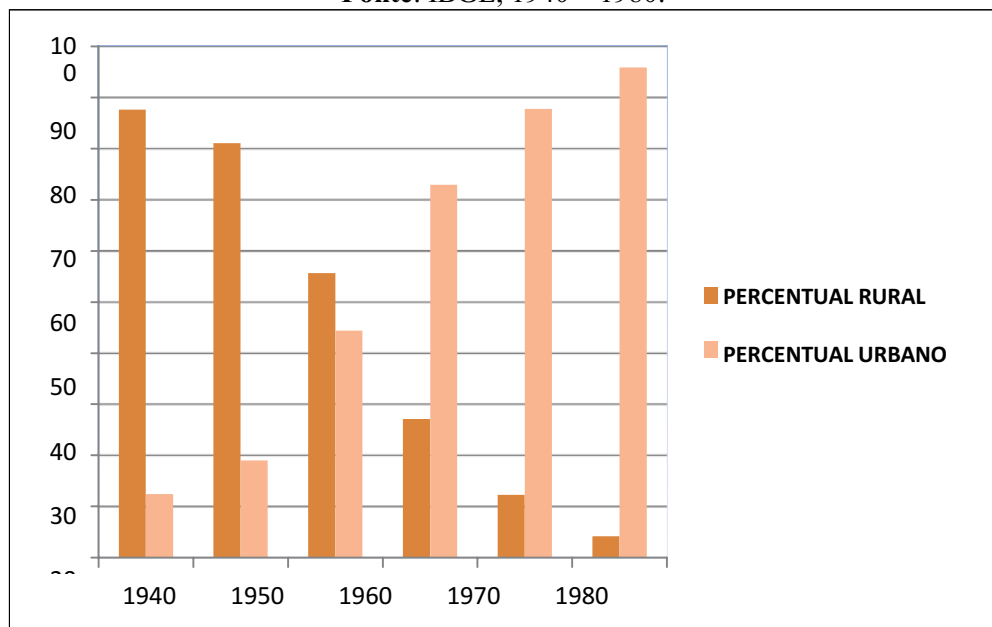
No município de Ituiutaba, o franco desenvolvimento da economia, devido à produção de arroz em grande escala, possibilitou a instalação de empresas e indústrias, principalmente relacionadas ao beneficiamento de arroz. Segundo Paiva (Apud SILVA; RIBEIRO, SOUZA, 2018), Ituiutaba chegou a ter quase cem máquinas de beneficiamento de arroz nesta ocasião. Como a economia e as riquezas do município giravam basicamente em torno do arroz, grandes eventos eram realizados na cidade para celebrar as prosperidades alcançadas pelo município. De acordo com Paiva (Apud SILVA; RIBEIRO, SOUZA, 2018), os maquinistas, ou seja, aqueles que compravam o arroz dos agricultores, contribuíam para a realização de grandes bailes, festas, missas e carreatas celebrando o concurso ‘a rainha do arroz’.

Ainda de acordo com Paiva (Apud SILVA; RIBEIRO, SOUZA, 2018), a cultura do arroz fez muito sucesso até a década de 1950. Porém, a partir dos anos de 1960, vários fatores contribuíram para o declínio da produção, dentre os quais destacam-se: a mecanização da agricultura e alterações no período das chuvas da região (enchentes no final da década de

1950, além de sucessivos veranicos durante o período chuvoso). Todos estes motivos traziam insegurança para os agricultores, que tiveram que recorrer a novas técnicas para produção.

No período áureo do arroz, muitos migrantes foram atraídos para município de Ituiutaba, tanto para zona rural quanto para urbana, pois a produção agrícola em grande escala fomentou não só as atividades do campo, mas também o comércio urbano, de serviço e indústrias. Entretanto, a queda na produção de arroz interferiu gradualmente na vida dos trabalhadores, sobretudo dos rurais, ocasionando a diminuição da oferta de emprego no campo e, conseqüentemente, promovendo o crescimento do êxodo rural. O Gráfico 1, a seguir, demonstra ao longo das décadas o aumento da população urbana e a diminuição da população rural no município de Ituiutaba.

Fonte: IBGE, 1940 – 1980.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Tabela 1.

De acordo com Silva Júnior e Leite (2017), com o declínio do arroz, a cidade passa por um vazio econômico, que somente algumas décadas depois foi preenchido com outras áreas de produção.

Inicialmente, devido ao desenvolvimento da agricultura, as áreas rurais eram mais populosas que as urbanas; porém, seguindo o exemplo da indústria, a agricultura foi sendo mecanizada e este fator, aliado à queda da produção agrícola, principalmente da cultura de arroz, deu início ao êxodo rural. Conforme já demonstrado na Tabela 1, observa-se que a população rural que na década de 1950 era de 81%, passou para 27,13%, ou seja, diminuiu 53,87% até a década de 1970.

Dessa forma, ao analisar estes dados, é possível perceber a forte influência que os processos envolvendo a economia exerceram no fluxo migratório de pessoas. No município de Ituiutaba, enquanto a zona rural manteve a produção em alta, a população rural se manteve maior que a urbana. Entretanto, com o incremento da mecanização do campo, outras formas de produção passaram a ser dominantes, levando o trabalhador a sair da zona rural, em busca de trabalho na cidade. À medida que isso ocorreu, operou-se uma inversão na distribuição populacional do município, aumentando em mais de 60% a população urbana. Em sua entrevista, a professora Rosa (2020) comentou sobre o fluxo migratório para as cidades:

[...] quando teve aquele trabalho que eu já te falei, relacionado ao estado e a prefeitura, foi quando eles se deram assim... fê que ia acontecer o êxodo rural, como aconteceu e não foi... e foi assim, de todas as cidades pequenas próximas de Ituiutaba, o pessoal veio para Ituiutaba, por isso que Ituiutaba se inchou, então, aos arredores de Ituiutaba se inchou, tinha muita pobreza, é... muito barraco, então, por exemplo, pra Gurinhatã mesmo, Gurinhatã acho que não foi ninguém! Veio pra cá, ou formava povoados e depois veio os sem-terra. Então, aconteceram várias situações. [...] O que acontece? Na zona rural, o êxodo foi tão assim lastimável, porque a zona rural nada, não colhe nada, não tem mais lavoura, né, é só cana, é só o plantio de cana e as vezes é... leite, né, mas isso tá na mão dos poderosos, né! Então, é. Quem vive na zona rural hoje é com muita dificuldade, por exemplo, vamos supor... o vaqueiro Ele tem seu ordenado mensal, ele vem a Ituiutaba fazer sua cesta básica, fazer as suas compras, por que? Nada planta, nada colhe mais... então, com êxodo rural teve um transtorno muito grande. (ROSA, 2020, p. 43).

A professora Rosa relembra o esvaziamento da campo com o deslocamento de um grande contingente populacional para a cidade. O processo de industrialização, assim como fatores relacionados à economia local e regional, exerceu forte influência no fluxo migratório. Os trabalhadores iam em busca por empregos, melhores salários e melhores condições de vida. Dessa forma, a partir da década de 1970, a população urbana, ao contrário da população rural, manteve seus índices mais elevados. De acordo com os dados sobre a população do município na década de 1970, em relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Educação (1972), embora a população total estivesse crescendo como um todo, a população rural apresentava lento decréscimo, tendo em vista que a população começou a emigrar da zona rural. Ocorreu a saída, sobretudo, dos trabalhadores que, conforme relatou Rosa (2020), além das duras condições de vida, começaram a enfrentar escassez de trabalho e outras dificuldades que os levaram a vislumbrar na cidade a esperança de uma vida melhor.

Contudo, é importante salientar que mesmo com a queda na produção do arroz, a agricultura e a pecuária no município de Ituiutaba mantinham-se em pleno desenvolvimento.

Nos primeiros anos da década de 1970, suas terras ainda eram consideradas como uma das mais férteis do Brasil. De acordo com estudo sobre a economia do Município, realizado pela Fundação e Desenvolvimento de Ituiutaba em 1974,

[..] Hoje, seja pelo incentivo do Governo Federal, seja pela preferência da técnica que aqui se implantou definitivamente, a produção agrícola está tendendo a ser, prioritariamente, de algodão. Já em 1970 somente o Município produzia perto de 60 mil, numa área de 15.200 há, em Milho; e cerca de 3 mil, em algodão, numa área de 4.540 hectares. Hoje esses números estão completamente modificados. [...] Muita ênfase está sendo, dada à melhoria dos rebanhos bovinos e suínos, especialmente do primeiro. Tanto assim que já se instalou em Ituiutaba a AGROFESA – Agropecuária Florêncio Bonito S/A, uma das maiores potências em Pecuária e Agricultura do Centro-Oeste. (ITUIUTABA, 1974b, p. 5).

Ainda de acordo com o estudo, a área, antes aproveitada para o cultivo do arroz em 1970, estava sendo utilizada, quase totalmente, no cultivo do algodão. Os dados sobre o desenvolvimento da produção agrícola e também da pecuária apresentados na Figura 3, a seguir, referem-se ao ano de 1972.

Figura 3: Produção agrícola/pecuária/quantidade de propriedades rurais – 1972.

PRODUTO	ÁREA	PRODUÇÃO
Arroz	8.000 ha	360.000 sacos
Milho	10.000 ha	300.000 sacas
Algodão	6.000 ha	600.000 arrobas

A pecuária no ano de 1972 apresentou os seguintes dados:

Bovinos	-	250.000 cabeças
Suínos	-	40.000 cabeças
Equinos	-	10.000 cabeças
Muares	-	4.000 cabeças
Ovinos	-	2.500 cabeças
Caprinos	-	1.500 cabeças
Aves em geral	-	910.000

Total de propriedades rurais: 1912, com uma área de 235.055,26 ha.

Fonte: Fratari (1974b, p. 3).

A partir de 1980, a economia do município passou por um momento de diversificação, tanto no setor agropecuário como no industrial e de serviços.

No setor agropecuário, a atenção está voltada tanto para a pecuária de leite quanto a de corte, e para a produção de soja, milho e cana-de-açúcar. O município apresenta ainda um comércio ativo e diversificado que se instalou, principalmente, na área central da cidade”. [...]. É importante ressaltar também, o rápido crescimento e desenvolvimento no setor agroindustrial, que incorporam as inovações tecnológicas ao modo com que produzem, proporcionando o aumento de produtividade na região, bem como a geração de vários outros tipos de empresas, como, por exemplo, as prestadoras de serviços (FARIA; BESSA; SOARES, 2008, p. 6).

No final de 1980 e início dos anos de 1990, “Ituiutaba recebeu novos agentes econômicos vinculados, principalmente, às atividades agroindustriais de processamento de leite e carne.” (NASCIMENTO; MELO, 2010, p. 16). Além das culturas já existentes, a soja foi introduzida na economia e manteve a sua produção durante toda a década. Porém, a partir dos anos de 1990, o campo foi sendo transformado para atender às necessidades da produção de cana de açúcar, tendo seu cultivo avançado sobre importantes culturas, tais como: algodão, o arroz, o milho e a soja.

Uma vez contextualizado o município de Ituiutaba, no próximo item tratarei do espaço educacional e buscarei, nessa história de Ituiutaba, os apontamentos para compreender como se deu o processo educacional desde as primeiras iniciativas realizadas, no início do século XX, até os anos de 1970 a 1990, período delimitado pela pesquisa.

2.2 A educação escolar no município de Ituiutaba

Várias obras foram publicadas a partir de estudos realizados por memorialistas sobre a formação da cidade de Ituiutaba desde os primeiros habitantes até os dias atuais; dentre as mais conhecidas estão: 2002 ano do Centenário (MARTINS; MEDEIROS, 2001); A loja do Ozório (CHAVES, 1984); Revista Arcaica (BRANT, 1953); Ituiutaba conta sua história (CÔRTEZ, 2001). Porém, estas publicações referem-se muito pouco à história da educação no município no que se concerne aos primórdios e, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. O livro Memórias, Histórias e Crônicas Tijucanas sintetiza algumas das informações que estas obras trazem sobre a educação:

Em Ituiutaba conta sua História, a educação é apontada enquanto obra pública, sobretudo, a partir dos anos de 1930, de forma que a cada prefeito

que se sucedeu, o texto aponta seus feitos nesse campo, como Adelino de Oliveira Carvalho (1936-1940) que instalou várias escolas municipais, ‘inclusive a Escola Machado de Assis’ (p. 108) e Camilo Chaves Júnior (1945-1956) que criou novas escolas rurais e reformou prédios escolares, além de ter colaborado com a educação privada, concedendo subvenções ‘ao Instituto Marden, Ginásio São José e Colégio Santa Teresa’ (p.109). A revista *Arcaica* faz menção à criação da escola rural da Baixadinha, como obra do senador Camilo Chaves. Em *História Antiga de Ituiutaba*, Novais faz referência aos primeiros filhos de Ituiutaba a receberem diploma de curso superior, além de citar vários nomes de ‘mestres’ e os processos de criação e implantação do Instituto Marden (primeira instituição de ensino médio da cidade), do Colégio Santa Teresa, e do Ginásio São José, além da Faculdade e do Educandário. As referências ao mundo escolar surgem como elementos periféricos na obra ‘A loja do Osório’, que priorizou os eventos de criação do município, bem como fatos ligados à Revolução de 1930 e de 1932. (PAIVA Apud SILVA; RIBEIRO, SOUZA, 2018, p. 28-29).

Dessa forma, para entender como se deu o desenvolvimento da educação no município de Ituiutaba, obteve-se maior contribuição das pesquisas científicas e dos trabalhos acadêmicos, sobre a educação, nos quais verificou-se várias peculiaridades no processo educacional do município, dentre elas, de acordo com Ribeiro e Silva (2003) em seu trabalho ‘Primórdios da Escola Pública Republicana no Triângulo Mineiro’ destacam-se, a lentidão na institucionalização da educação pública e a precariedade. Dessa forma, durante décadas, a educação ofertada no município, não dava conta de suprir as necessidades da população urbana e sobretudo dos que viviam no campo, devido a falta de escolas públicas.

A primeira escola pública da cidade, fundada em 21 de janeiro de 1910 pelo agente executivo Fernando Alexandre Vilela de Andrade, foi o Grupo Escolar Vila Platina, o qual, de acordo com Ferreira e Ribeiro (2016), funcionava em prédio próprio, no local onde era anteriormente, o Colégio Santo Antonio, e anos mais tarde foi transferido para um prédio em frente, com nova designação de Grupo Escolar João Pinheiro.

Durante quase quarenta anos, o Município de Ituiutaba permaneceu apenas com o Grupo Escolar João Pinheiro, e por isso o povo tijucano⁴ não podia vangloriar-se da educação pública local, pois, conforme assevera Souza (2010), até o fim da década de 1940, havia predominância das escolas particulares na cidade e região. Contudo, é preciso atentar para o fato de que a maior parte da população do município se encontrava na zona rural, onde não havia escola para atender às crianças (assunto discutido no tópico sobre a educação rural). Esta informação pôde ser constatada no estudo de Oliveira (2003), no qual foi realizado um importante levantamento sobre as escolas particulares existentes na cidade e, conforme

⁴ Tijucano: denominação popular que foi dada ao habitante da cidade de Ituiutaba, em referência ao primeiro nome da cidade de Ituiutaba – São José do Tijuco. Tijuco é também o nome do rio que banha a cidade.

demonstrado no Quadro 1, entre os anos de 1901 e 1940 doze escolas privadas foram fundadas no município.

Quadro 1: Escolas urbanas de caráter privado de Ituiutaba (1900 a 1940).

Período	Escolas particulares
1901 / 1910	- Escola do Professor José de Alencar - Escola do Professor Afonso José - Colégio Santa Cruz - Externato / Colégio São Luiz - Colégio Santo Antonio
1911 / 1920	-
1921 / 1930	- Colégio das Irmãs Belgas - Instituto Propedêutico Ituiutabano - Escola São José (popularmente Escola do Laurindo)
1931/1940	- Instituto Marden - Colégio Menino Jesus de Praga - Colégio Santa Tereza - Escola do Laurindo (Alfabetização de Adultos)

Fonte: Paiva (Apud SILVA; RIBEIRO, SOUZA, 2018), Moraes (2008).

De acordo com Ribeiro, Souza e Quillici Neto (2013, p. 76), “como indicio do perfil populacional do país entre 1940 e 1950, a maior parte da população ituiutabana, vivia no meio rural e era analfabeta”, e assim como a maioria em todo o país, as escolas funcionavam de maneira inadequada e não ofereciam uma educação de qualidade, já que muitas vezes a educação inicial era ministrada por professores contratados pelas famílias, que reuniam algumas crianças em casa ou em algum cômodo cedido por algum dos pais ou membro da comunidade, para o ensino das primeiras letras. Ainda de acordo com os autores, as escolas particulares e o fato de praticamente não ter escolas públicas, dão claros indícios de que a educação no município era seletiva, tendo em vista que era acessível apenas à população que podia pagar escola particular; por outro lado, era provável que a maior parte da população urbana que cresceu muito, devido a migração, não pudesse arcar pagar escola privada para seus filhos. Dessa forma, observou-se que naquele período no município de Ituiutaba, o ensino primário ofertado pelo Estado permaneceu precário e insuficiente, mesmo existindo um discurso político de sua valorização. Na prática, prevalecia o ensino particular, em detrimento do ensino público.

Somente em 1947, ou seja, 39 anos após a fundação do primeiro grupo escolar, é que foi fundado o segundo grupo, o qual recebeu o nome de Grupo Escolar Prof. Ildefonso

Mascarenhas, havendo, assim, um enorme espaço temporal entre a criação do primeiro e do segundo grupo (RIBEIRO; SOUZA; QUILLICI NETO, 2013).

Além disso, as poucas escolas existentes encontravam-se em condições muito precárias. O prédio onde funcionava o Grupo Ildfonso Mascarenhas, por exemplo, foi alugado pelo estado; porém, sua estrutura física era péssima e precisou ser demolido. A sede própria do grupo foi inaugurada somente em 14 de novembro de 1990, evidenciando-se, assim, o descaso e a falta de prioridade das autoridades para com a educação local. De acordo com Baduy,

O grupo escolar Ildfonso Mascarenhas iniciou suas atividades com matrícula de quase 460 alunos. Era um número relevante para quem não tinha nada até então; mas estava aquém de suprir a falta que fizeram mais escolas públicas em quase quatro décadas. Afinal, das cinco instituições escolares ativas no fim dos anos 1940, três eram particulares. [...] Em 18 de maio de 1952, um incêndio no Grupo Escolar João Pinheiro destruiu biblioteca, assoalho e teto do pavilhão central. O grupo teve de ficar fechado por mais de um ano, tal era a negligência do poder político e mesmo depois de acabada a construção do prédio, ainda manteve-se com as portas fechadas por falta de mobiliário (BADUY, 2020, p. 90-91).

A falta de escola era um problema em todo o município, inclusive na zona rural, pois a maior parte da população do município residia no campo, onde a primeira escola pública só foi instalada em 1941. Assim mesmo, conforme demonstrado nos documentos pesquisados, e no Processo de Autorização das escolas rurais criadas, em 1969 e 1972, essas escolas atendiam apenas algumas localidades da zona rural; por isso, não supriam as necessidades dos moradores das fazendas, que muitas vezes se viam obrigados a tomar outras providências para que as crianças não ficassem sem estudar. Sobre este aspecto, em sua entrevista, Rosa (2020) relatou o seguinte:

[...] a primeira escola rural que eu estudei foi exatamente na zona rural na sala da residência de meu pai: Lázaro Quirino de Moraes, o qual ele contratou professora para trabalhar conosco, porque não havia escolas próximas. Então, foi muito importante. (ROSA, 2020, p. 1).

A falta de escolas públicas evidenciava a debilidade do poder público, sobretudo o estadual, pois não garantia a instrução pública primária a todos os cidadãos. Além do mais, não existiam medidas administrativas que fizessem com que os estados cumprissem a lei e, por isso, a maioria das famílias tijucanas contava somente com o Grupo João Pinheiro, pois muitas crianças não possuíam condições financeiras para estudar nas escolas privadas.

De acordo com Moraes (2008), o prefeito Adelino de Oliveira Carvalho (mandato de 1936-1940), através da Lei n.º 13, criou a Escola Municipal Noturna 13 de maio em 1937, a qual funcionava em uma sala do Grupo Escolar João Pinheiro e, conseqüentemente, nos anos posteriores, passou a atender quatro turmas (1º ao 4º anos primário) no período noturno. Contudo, a escola foi criada a pedido da comunidade da Legião Negra, com objetivo de defender os interesses da raça, alfabetizando seus membros. Ainda de acordo com Moraes (2008), a Escola Municipal Noturna 13 de Maio, em 25 de novembro de 1941, através do Decreto-Lei n.º 73, mudou sua denominação para Escola Municipal Noturna Machado de Assis, e em 1975 o prefeito Fued Dib (mandato de 1973-1977) unificou as unidades de ensino municipal: escola noturna, colégio normal e ginásio, formando a Escola Municipal de 1º e 2º Graus Machado de Assis.

No início da década de 1950, permanecia a falta de iniciativas dos governos municipal e estadual na ampliação das vagas nos estabelecimentos públicos de ensino, assim, de acordo com Moraes (2014), como a cidade ainda não conseguia suprir a demanda de aluno nos grupos escolares do município, a igreja presbiteriana, atendendo aos anseios da população e aos interesses religiosos da própria igreja, em 1952 inaugurou um prédio com a dupla função de servir aos cultos e oferecer alfabetização às crianças e adultos carentes.

Apenas em abril de 1955 foi criada a terceira escola em Ituiutaba, o grupo Escolar Senador Camilo Chaves, que, apesar do entusiasmo da população em relação à nova instituição, não foi suficiente para resolver o problema da falta de escola, pois somente as três escolas não supriam a demanda da cidade e nenhuma delas oferecia os ensinamentos ginásial e secundário de forma gratuita. Esses níveis de ensino eram ofertados pela rede privada, pelo Colégio Santa Teresa, Colégio São José (escolas confessionais católicas) e pelo Instituto Marden, que contavam, além do curso primário, com o curso Ginásial, Curso Normal e Técnico em Contabilidade.

De acordo com Moraes (2014), a carência do ensino ginásial gratuito no município foi parcialmente sanada com a inauguração do Educandário Ituiutabano, pela União Espírita de Ituiutaba em 1958; porém, somente a partir da década de 1960 ocorreu uma forte expansão de instituições escolares públicas no município. Esta expansão pode ter se dado em função do aumento da demanda escolar na cidade, em decorrência do fluxo migratório da zona rural para a urbana. Tal fluxo deveu-se à criação de algumas indústrias que atraíram mão de obra para a cidade, segundo discutido no item 2.1 deste capítulo. Essa realidade, no entanto, não foi observada somente em Ituiutaba. Segundo Franco; Souza e Ribeiro (2012), em todo o país a criação de escolas marcou o período entre os anos de 1950 e 1960. Além disso, a criação de

escolas públicas tornou-se uma das principais bandeiras dos políticos da época, que viam a oportunidade de angariar votos junto dos eleitores que tinham esperança de ter acesso à educação. Conforme Paiva (2003),

[...] teria sido notória a multiplicação dos prédios escolares a partir de 1946, pois em 1969 dos 134.909 prédios escolares 76% eram rurais, porém o número de salas era maior na zona urbana, uma vez que construíam grupos escolares e não escolas isoladas, como acontecia na zona rural. (PAIVA, 2003, p. 153).

Dessa forma, observa-se que o crescimento de instituições públicas urbanas de ensino, entre o início da década de 1950 e o começo de 1970 pode ter tido relação com as mudanças e alterações na economia local. Neste sentido, de acordo com Bezerra, Ribeiro e Araújo (2017),

A expansão da escola pública no Sudeste, em Minas Gerais, e o êxodo urbano, marcante no município, desde meados da década de 1950, quando houve a migração de famílias trabalhadoras para o meio rural de Ituiutaba; e, a partir dos anos de 1970, quando muitos desses migrantes trabalhadores se rumaram para o meio urbano em busca das condições de trabalho que a mecanização do campo subtraía, e de escolas que foram fechadas em decorrência do esvaziamento do meio rural. (BEZERRA; RIBEIRO; ARAÚJO, 2017, p. 206).

Portanto, entende-se que a expansão das escolas públicas nas cidades do país se deu no momento em que a população do campo se transferia para o meio urbano. Além disso, a Lei de Diretrizes e Base da Educação n.º 5692/71 tornou obrigatório o ensino de 1º grau, dos 7 aos 14 anos, que, aliado aos fatores mencionados, contribuiu para o aumento das instituições escolares da cidade. Contudo, é importante mencionar que embora houvesse esforço das autoridades locais para conseguir ampliação do número de escolas públicas, foi possível observar, nos documentos pesquisados, que nem sempre a Prefeitura Municipal de Ituiutaba dispunha de recursos financeiros suficientes para manter as escolas urbanas e rurais. De acordo com Bezerra, Ribeiro e Araújo:

Ao observar o volume de escolas rurais frente ao número de escolas urbanas, pode-se deduzir que a expansão da escolarização, em Minas Gerais, resultou mais da ação municipal que da ação do estado. Vale observar que, ao estado, cabia criar grupos escolares, destinados basicamente às cidades. Em parte, pode-se supor que erguer escolas no campo fosse menos oneroso que construir escolas urbanas. (BEZERRA; RIBEIRO; ARAÚJO, 2017, p. 198).

Apesar da falta de recursos, segundo Fratari (1973), Ituiutaba era um dos sessenta municípios escolhidos para a implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º estabelecida na Lei n.º 5.692/71 pelo governo militar, pois, segundo o autor, a cidade era dotada de condições essenciais para um trabalho bem organizado, tendo em vista que possuía, até o ano de 1973, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com 626 alunos; a Faculdade de Administração de Empresas com 185 alunos; 19 escolas de 1º Grau; 7 escolas de 2º, todas urbanas, totalizando 26 escolas (estadual, municipal e particular) e 71 escolas rurais, com 2.917 no total (zona urbana e rural). Fratari (1973) destacou ainda a colaboração que Ituiutaba dava ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), além da construção do Colégio Polivalente.

Entretanto, as escolas públicas de educação básica da cidade, na década de 1970, experimentavam sérios problemas, os quais variavam desde a estrutura física até o corpo docente. Assim, com o intuito de sanar as deficiências do ensino público na cidade, um Termo de Ajuste entre a Prefeitura Municipal de Ituiutaba e a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, assinado pelo então Secretário de Educação, Agnelo Correia Viana, durante o governo de Rondon Pacheco foi celebrado em 24/01/1974. No documento, o Delegado Regional de Ensino de Uberlândia, José Maria Fenelon dos Anjos, além do esforço do governo local, ressalta as fragilidades da educação pública no Município de Ituiutaba na década de 1970:

[...] considerando não só o esforço que a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, vem realizando em favor do ensino mas também a vontade do Poder Executivo em participar do fortalecimento de sua rede escolar, tão precária e deficitária. [...] Ituiutaba vem sofrendo de ano para ano um incremento demográfico altamente expressivo, transformando sua demanda escolar em imprevisível, em consequência de ser polo de convergência econômica, cultural e social de todo o Pontal do Triângulo Mineiro – região das mais ricas de nosso Estado, e, que por isso mesmo, faz com que para lá se transfiram um considerável número de famílias na procura de melhores oportunidades. [...] desde o ano de 1927, foram construídas 6 (seis) Unidade Escolares pelo Poder Público Estadual, sendo uma delas do tipo pré-fabricado, o que nos dá uma ideia mais exata e real da desproporção entre o crescimento demográfico de Ituiutaba e o crescimento de sua rede física escolar. [...] 7 (sete) Unidades Escolares Oficiais alugadas, funcionando em prédios precários, em prejuízo da produtividade pedagógica, o que também contribui para a denominada indústria da repetência pedagógica (ITUIUTABA, 1974a, sem paginação).

Ainda de acordo com o Delegado Regional, o referido Termo de Ajuste se justificava tendo em vista que a Prefeitura Municipal estaria aplicando muito além dos mínimos prescritos pelo artigo 59 da Lei n.º 5692/71 e ainda tinha sob sua responsabilidade o Ginásio

Agrícola, a manutenção de uma escola normal municipal, a manutenção de uma escola municipal de música, subvenções diversas para outras entidades de caráter educacional e de um Instituto Municipal de Excepcionais (APAE), a construção de centro esportivo em Ituiutaba, além das 71 escolas rurais (assunto que será discutido no Tópico 2.3 desta dissertação), dentre outras denominações.

Contudo, verificou-se que o Termo de Ajuste (1974) só foi celebrado devido à mobilização do poder público municipal com outros setores, como por exemplo, a Igreja Presbiteriana, a Fraternidade Universal, a Paróquia São José e o Sindicato Rural de Ituiutaba, os quais enviaram ofícios ao Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, solicitando medidas para que fossem solucionados os problemas no setor escolar da cidade. O intuito era pressionar o governo mineiro, tendo em vista que as solicitações, em todos os ofícios, eram as mesmas, quais sejam: a construção de prédios escolares novos, devido às péssimas condições que se encontravam os imóveis onde funcionavam as escolas, e pelo fato de serem alugados, bem como a implantação de novas escolas, pois as que existiam não eram suficientes para atender a demanda de alunos na cidade. Para tanto, foi organizado um processo sobre as condições físicas de todas as escolas urbanas existentes, no qual constavam informações detalhadas sobre cada uma delas, como, por exemplo, quantidade de alunos e professores, séries oferecidas, características socioeconômicas dos alunos, tamanho das salas de aula, horário de funcionamento e fotografias que mostravam as deficiências a serem sanadas. Ressalte-se ainda que o termo de ajuste foi uma condição do Estado no qual foi imposto reciprocidade do município, entre as obrigações assumidas para melhorar o cenário educacional de Ituiutaba.

Dessa forma, analisando o Termo de Ajuste (1974), verificou-se que o Estado de Minas Gerais buscava meios de se eximir da responsabilidade com a educação pública no município e favorecer economicamente as escolas da iniciativa privada, ao propor a extinção do ensino público de 2º grau oferecido no Colégio Estadual de Ituiutaba, nos seguintes termos:

- a) A extinção do ensino de 2º grau no Colégio Estadual de Ituiutaba será feita progressivamente, ou seja, uma série por ano, a fim de que, de um lado, se reduza o impacto social, e, de outro, se possa aumentar o atendimento à demanda escolar sempre crescente no ensino de 1º grau, na faixa etária de 7 a 14 anos.
- b) a mesma medida será adotada pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em relação a sua Escola Normal Municipal, conforme compromisso já assumido pelo Executivo Municipal.
- c) tendo em vista que o ensino de 1º grau na faixa etária de 7 a 14 anos, é obrigatório e gratuito, conforme prescrevem os artigos 20 e 44 da Lei 5.692,

e, em consequência, a rede particular não tem condições de sobreviver, entendemos que esta fórmula de recuo tático do Poder Público do Ensino de 2º grau virá fortalecer a Iniciativa Particular, desde que a mesma seja amparada financeiramente pelo Poder Público, conforme preconiza o Artigo 45 da Lei 5.692, a fim de que a mesma possa cumprir plenamente o seu objetivo de qualificar o jovem para o trabalho (ITUIUTABA, 1974a, sem paginação).

Assim, os alunos de 2º grau comprovadamente carentes, do ponto de vista financeiro, seriam atendidos pelo Poder Público, conforme preceituava o artigo 44 da Lei n.º 5.692/71:

Nos estabelecimentos oficiais, o ensino de 1º grau é gratuito dos 7 aos 14 anos, e o de níveis superiores sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos e não tenham repetido mais de um ano letivo ou estudos correspondentes no regime de matrícula por disciplinas (BRASIL,1971).

A justificativa apresentada pelo Delegado Regional de Ensino, José Maria Fenelon dos Anjos, era que os vínculos empregatícios oneravam mais que as bolsas de estudos; por isso, seriam eliminados e, como as escolas particulares de Ituiutaba ofereciam habilitações em cursos técnicos de 2º grau concedendo bolsas, os alunos com hipossuficiência de recursos financeiros não ficariam desamparados. Esta proposta corrobora com o entendimento de Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), ao dizerem que, na década de 1980, o Estado gradativamente se descomprometeu de financiar a educação pública e que os recursos estavam comprometidos com o capital privado, pois o Estado repassava verbas para as escolas particulares.

Em um parecer relativo ao cadastramento Escolar de Ituiutaba, no qual o município solicitava ao Estado a construção de novos prédios, para que fosse ampliada a rede escolar de Ituiutaba, o Delegado Regional de Ensino de Uberlândia, José Maria Fenelon dos Anjos, relatou ao Superintendente Educacional da Secretaria de Estado da Educação que:

As proposições contidas no processo não são aconselháveis tendo em vista que a Iniciativa Particular ali existente vem realizando um trabalho educacional de excelente nível, poderá sofrer um colapso, podendo em consequência, desestimulá-la a não mais participar do sistema educacional Ituiutabano por falta de suporte financeiro, o que seria conveniente para o próprio estado por razões que nos parece evidente: há que se encontrar uma solução para o problema do atendimento à demanda escolar não em termos de expansão quantitativa da rede oficial mas sim em termos do que preconiza o artigo 45 da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 (ITUIUTABA, 1974a, sem paginação).

Dessa forma, percebeu-se que, no município de Ituiutaba, a educação estava em consonância com a realidade vivida no país, prevalecendo interesse das escolas da rede privada em detrimento das públicas.

Ainda de acordo com Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), no período que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988, observou-se a inexistência de uma política nacional de educação integrada e articulada. Em 1987, havia em todo o país 17.456.348 analfabetos de 15 anos ou mais, o que pode justificar a razão pela qual foi implantado, em Ituiutaba, o Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) – Clorinda Martins Tavares (ensino supletivo).

Entre os anos de 1970 e 1990, funcionavam, na cidade, 19 escolas estaduais e 8 escolas municipais, conforme demonstrado nos Quadros 2 e 3, a seguir.

Quadro 2: Escolas estaduais de Ituiutaba e sua criação.

ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS	DECRETO/DATA DA CRIAÇÃO
Grupo Escolar Ildelfonso Mascarenhas da Silva	Decreto n.º 2.395, de 31/1/1947
Grupo Escolar Senador Camilo Chaves	Decreto n.º 4.567, de 30/4/1955
E. E. João Pinheiro (Grupo Vila Platina)	Decreto n.º 4.966, de 27/1/1956
E. E. Governador Clóvis Salgado	Decreto n.º 4.966, de 27/1/1956
E. E. Arthur Junqueira de Almeida	Decreto n.º 5.438, de 18/4/1958
E. E. Governador Bias Fortes	Decreto n.º 005704, de 27/11/1959
E. E. Cel. João Martins	Decreto-lei n.º 6.044, de 14/12/1960
E. E. Cônego Ângelo	Decreto-lei n.º 7.215, de 10/10/1963
E. E. Cel. Tonico Franco	Decreto-lei n.º 8.406, de 24/6/1965
E. E. Dr. Fernando Alexandre	Decreto-lei n.º 8.407, de 24/6/1965
C. E. M. Dr. José Zoccoli de Andrade (música)	Lei n.º 3.595, de 25/11/1965
E. E. Prof. ^a Maria de Barros	Lei n.º 3.878, de 20/12/1965
E. E. Governador Israel Pinheiro	Lei n.º 3.936, de 23/12/1965
E. E. Rotary	Decreto n.º 9.703, de 6/4/1966
E. E. Prof. Álvaro Brandão de Andrade	Decreto n.º 11.097, de 9/5/1968
Grupo Escola Lions	1970
E. E. Antonio Souza Martins	Decreto n.º 16.654/74, de 15/10/1974
E. E. Bem-me-quer Educação Especial	Decreto n.º 28.284, de 20/10/1986
CESEC- Clorinda Martins Tavares - Supletivo	Resolução n.º 6.150, de 11/3/1987

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ituiutaba (1991 - 1993).

Quadro 3: Escolas municipais urbanas instaladas em Ituiutaba até 1990.

ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS	ANO DE CRIAÇÃO
E. M Machado de Assis	1941
APAE	1972
E. M Manoel Alves Vilela ⁵	1982
E. M. Tancredo de Paula Almeida ⁶	1978

⁵ Escola fundada em 1966 na zona rural e transferida da zona rural para urbana em 1982.

⁶ A escola fundada em 1966 na zona rural e transferida para zona urbana em 1978.

E. M Pref. Camilo Chaves Junior	1979
E. M Rosa Tahan	1980
E. M Aida de Andrade Chaves	1982
E. M. CIME Sarah Féres Silveira	1989

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ituiutaba (1991 – 1993).

Conforme se observa nos Quadros 2 e 3, foram implantadas somente duas escolas estaduais, uma com ensino supletivo e a outra para atender alunos com necessidades especiais, embora tenha havido forte expansão da escola pública no município. A partir da década de 1950, de acordo com os documentos pesquisados, percebeu-se que a implantação das escolas públicas urbanas se deu em um processo de precariedade, tanto de recursos humanos quanto da estrutura física das escolas e, ainda que houvesse um número expressivo de escolas, observou-se um evidente abandono pelo governo mineiro, na manutenção e conservação desses estabelecimentos de ensino. Esse fato é destacado também por Bezerra; Ribeiro e Araújo:

Embora tenham sido criadas escolas estaduais, o governo local investiu mais que o estadual. As contradições referentes a um município com índices econômicos elevados, tais quais os índices de analfabetismo - superiores à média de Minas Gerais - mostram ser complexas, ou seja, algo com determinantes externos ao município, e não - como se poderia pensar - como evento localizado. (BEZERRA; RIBEIRO; ARAÚJO, 2017, p. 210).

Dessa forma, apesar da negligência do governo mineiro e da falta de prioridade das autoridades locais em relação à educação pública, apesar da falta de recursos, houve ações do governo municipal, juntamente a outros setores da sociedade local, para que fossem sanados os problemas em torno da educação pública local.

2.3 A educação escolar rural no município de Ituiutaba

Neste item serão abordados aspectos sobre a inserção e expansão da educação rural no município de Ituiutaba, os quais servirão de suporte para identificar as características e especificidades da educação oferecida à população rural do município, sobretudo entre os anos de 1970 e 1990, período delimitado nesta pesquisa.

De acordo com IBGE, a população brasileira até a década de 1960 era de 70.992.343 habitantes; deste total, 54,9% residiam no campo e 45,1% na zona urbana, “caracterizando um período tipicamente rural” (SILVA; ZANCUL, 2012, p. 8).

Tabela 2: População residente por domicílio – Brasil (1940 – 1991).

Ano	População em milhões				
	Rural	%	Urbana	%	Total
1940	15.300.000	68,1	12.900.000	31,3	41.200.000
1950	33.200.000	63,8	18.800.000	36,2	52.000.000
1960	38.800.000	55,5	31.300.000	44,5	70.100.000
1970	41.100.000	44,1	52.100.000	55,9	93.200.000
1980	38.600.000	32,5	80.400.000	67,5	119.000.00
1991	35.800.000	24,5	111.000.000	75,5	146.800.00

Fonte: IBGE (1940 – 1991).

Ao se fazer uma incursão pela história da educação brasileira, percebe-se que a constituição da educação no país foi pautada em um paradigma urbano, tendo em vista que as políticas públicas para a educação eram pensadas quase que exclusivamente para cidadãos urbanos, o que levou Silva Júnior e Leite (2017, p. 328) a dizerem que “foi se efetivando uma idealização da cidade como espaço civilizatório, expressão da dinâmica política, cultural e educativa”. De acordo com os autores, construiu-se historicamente uma representação do espaço rural como inferior ao urbano, lugar de atraso, além de ter atribuído aos povos do campo uma identidade estereotipada.

Assim era também para Mello e Novais (1998, p. 574), que confirmam essa perspectiva de que a sociedade urbana via o ambiente rural e as pessoas provenientes dele, de uma forma negativa:

Matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de citadinos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, “superior”, que enxerga gente atrasada, “inferior”.

Ainda sobre este aspecto, ao considerar o perfil demográfico do país até a década de 1960, poderia se supor que a educação rural tivesse ocupado, ao menos até a primeira metade do século XX, um lugar de destaque, já que a maioria das crianças em idade escolar residia nas áreas rurais. Contudo, verifica-se que o desenvolvimento da educação rural esteve sempre à margem das políticas públicas para educação. Neste aspecto, Leite diz que

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: ‘gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade’ (LEITE, 1999, p. 14).

Historicamente, no Brasil, as políticas públicas voltadas para a escola instalada em meio rural, foram, por muito tempo, bastante desiguais, e ainda hoje continuam sendo alvo de intensos debates, pois as carências ainda persistem. Carvalho e Castro (2014) também mencionam o evidente descaso e a omissão do Estado brasileiro, não só com educação pública, mas especialmente em relação às escolas rurais no que diz respeito à falta de formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas.

Em termos gerais, pouco foi feito por parte do poder público para melhorar as condições de vida das pessoas que viviam nas áreas rurais do Brasil, principalmente a classe trabalhadora, privada de condições dignas de sobrevivência. Neste aspecto, Silva Júnior e Borges Netto revelam que:

A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral. (SILVA JÚNIOR; BORGES NETTO, 2011, p. 48).

Silveira e Ribeiro (2016), também confirmam essa perspectiva no capítulo, ‘O rural e o urbano nas atas de reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (ACIUB), 1933-1953’, sobre o pensamento empresarial uberlandense concebido pela ACIUB e seus projetos educacionais:

Ao que tudo indica o discurso e “empenho” da associação em prol da promoção da educação da população rural ficou restrito à criação de escolas e a alguns atos assistencialistas; a manutenção dessas escolas foi bastante precária. Diferentemente do espaço urbano / escola urbana, a promoção da escolaridade dos camponeses contou com pouco interesse dessa entidade (SILVEIRA; RIBEIRO, 2016, p.121).

Em uma breve incursão pela história da educação rural brasileira, logo se percebe as características de uma educação marcada pelo descaso e pela falta de políticas públicas específicas para a população que vivia no campo. Além disso, foi possível constatar uma consonância das características da educação oferecida à população rural na maioria dos

municípios brasileiros, tendo em vista que estes expressavam realidades bastante parecidas. De acordo com a pesquisa realizada pelo INEP publicada no ano de 2007, sobre o perfil da rede de ensino e das condições de oferta educacional na zona rural do país, foi possível constatar a realidade das escolas localizadas em áreas rurais de várias partes do país. Segundo o INEP (2007), para transformar a educação rural é necessário mais que a melhoria física das escolas ou a qualificação dos professores. É indispensável ter um currículo escolar baseado na vida e nos valores de sua população, para que o aprendizado também possa ser um instrumento de desenvolvimento do meio rural. Os principais apontamentos foram:

[...] a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; as dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar; a falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade; currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento; a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série; baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana; a necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas; a implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural, que se adapte à característica da clientela, em função dos períodos de safra (INEP, 2007, p. 8-9).

No que se refere à relação entre o estado de Minas Gerais e o município de Ituiutaba, Ribeiro, Silva e Quilicci Neto (2012) relatam que a responsabilidade das escolas rurais, desde 1934, ficou a cargo do município, e ao governo estadual coube a manutenção, em todos os aspectos, das escolas urbanas. Se, por um lado, a municipalização aproximava o diálogo entre a comunidade e o poder local, por outro, dificultava o acesso a investimentos da esfera federal destinados à educação. Ainda de acordo com Ribeiro, Silva e Quilicci Neto, nas consequências da municipalização da educação rural incluíam,

[...] escolas improvisadas, docentes sem formação específica escolhidos por vínculo político e com salários defasados. É o tom da precariedade que os registros do passado aqui considerados deixam entrever. Dito de outro modo, alguns registros históricos da escolarização da população rural de Ituiutaba da década de 1940 em diante revelam deficiências - quiçá passíveis de suscitar no camponês a ideia de que estudar na cidade fosse melhor (RIBEIRO; SILVA; QUILICCI NETO, 2012, p. 82).

De responsabilidade do município, no início da década de 1940, foram implantadas as primeiras escolas rurais em Ituiutaba. De acordo com Silva, Lima (2011), a educação rural que passou a ser oferecida no município, estava em consonância com o cenário observado nacionalmente. O município tinha a maioria da população vivendo no campo e um alto índice de analfabetismo, o que, de acordo com Bezerra, Ribeiro e Araujo (2017), contrastava com os índices ascendentes de uma economia de projeção em Minas Gerais, denunciando, dessa forma, a ausência do Estado e a falta de prioridade do poder público local em relação à educação rural.

A maioria das escolas funcionava com todo tipo de problemas, como, por exemplo, deficiências na infraestrutura; falta de recursos humanos; dificuldades de acesso, devido à distância; ausência de sanitários e de abastecimento de água, dentre outros. Vários aspectos contribuíram para o descrédito da educação rural em todo o país. Um dos principais foi a morosidade com que se deu a inclusão da educação rural na legislação brasileira, pois, de acordo com Leineker e Abreu (2012), somente em 1934 é que a Constituição Federal contemplou, pela primeira vez, assuntos relacionados à educação no meio rural, e assim mesmo, sem grandes avanços, pois o tema continuou à margem das legislações e das políticas públicas para educação. Contudo, de acordo com Ribeiro, Silva e Quillici Neto (2020), o desprestígio da escola rural não se restringia somente ao âmbito local; era um problema de alcance nacional.

A implantação das primeiras escolas no município de Ituiutaba, na década de 1940, coincidiu com os discursos sobre o combate ao analfabetismo no país. Nesta década, houve os primeiros movimentos voltados para a extensão do ensino às grandes massas de jovens e adultos analfabetos. Acabar com o analfabetismo passou a representar uma verdadeira campanha de salvação pública. De acordo com Lima e Silva (20017), em 1947, foi lançada a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no país, com o financiamento e regulamentação do FNEP (Fundo Nacional de Ensino Primário).

Segundo as mesmas autoras, em 1950, o recenseamento divulgado mostrou que, mesmo com as campanhas promovidas, o índice de analfabetismo continuava alto: 51,75% das pessoas adultas continuavam nessa condição, e “com esse fato ficou comprovado que a campanha não estava alcançando os resultados esperados e, por conseguinte, começou a entrar em declínio e a receber graves críticas sobre a sua atuação” (LIMA; SILVA, 2017, p. 107). Por isso, outras duas campanhas foram organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura: a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), em 1958. Estas campanhas influenciaram na

difusão do ensino primário, além de terem contribuído para o aumento das instituições escolares, sobretudo na zona rural, onde se encontrava a maior parte da população.

Em Ituiutaba, nas décadas de 1940 e 1960, foram implantadas 51 escolas na zona rural do município. De acordo com Ribeiro, Silva e Quillici Neto (2020, p. 1), “a escola rural foi necessidade que se impôs ao governo federal e seus planos em prol da alfabetização”. Segundo estes autores “o modelo dessas escolas se alinhava ao das escolas isoladas rurais, marcadas por precariedade material e nas funções do professorado”. Silva e Lima (2011, p. 4) afirmaram ainda “que a situação da educação regional se equiparava com a local, ela nunca foi prioridade para o poder público [...]”.

Essa mesma realidade em relação à educação rural foi observada em Monte Alegre de Minas e em Uberlândia, cidade próxima à Ituiutaba. Em seus estudos sobre a educação rural em Monte Alegre de Minas na década de 1970, Silva Júnior e Medeiros (2013) constataram que as condições das escolas rurais e as características da educação oferecida assemelhavam-se às das escolas rurais localizadas nas diversas partes do Brasil, e citam, inclusive, as deficiências também percebidas nas escolas rurais de Ituiutaba. Segundo os autores, as escolas rurais eram maioria em todo o município; porém, foram instaladas sob a economia dos recursos públicos. Tal fato resultava, por exemplo, na exploração do trabalho do professor que, além de mal remunerado, realizava várias outras funções na escola. Em síntese, muitas escolas rurais do município apresentavam características que, de acordo com Silva Júnior e Medeiros (2013), era uma realidade da maioria das escolas rurais do país:

[...] precárias condições materiais, baixo investimento; precárias estruturas físicas das instituições de ensino; baixos salários dos professores e precárias condições de trabalho; condições insalubres de trabalho; déficit no quadro de professores; currículos esvaziados de conteúdos. (SILVA JÚNIOR; MEDEIROS, 2013, p. 15).

Assis aponta problemas muito semelhantes a esses, na análise da educação rural no município de Uberlândia, no período situado entre os anos de 1950 e 1980. Segundo a autora, percebia-se

[...] a existência de uma certa regularidade no que diz respeito à precariedade física e pedagógica das escolas instaladas em espaços não urbanos, tais como: carência de materiais escolares e pedagógicos, falta de energia, água encanada, mobiliário, ventilação bem como a dificuldade no trajeto escola para casa, casa para escola, por estarem inseridas em muitos casos em locais de difícil acesso ou de longas distâncias (percorridas tanto pelas professoras quanto pelos alunos). Em alguns casos, quando não era possível o

deslocamento diário da professora, os desafios se compunham na relação social entre professora, alunos e comunidades rurais (ASSIS, 2018, p. 17).

Morais, em suas reflexões sobre a situação do ensino rural no município de Uberlândia nos anos de 1960 e 1970, também ressalta a permanência de alguns desses problemas. O cenário da escola rural “era caracterizado pela escassez de recursos materiais, insuficiência de condições gerais para o trabalho dos professores e precariedade dos espaços escolares” (MORAIS, 2020, p. 87). De acordo com o autor, essas situações referentes à educação rural também eram encontradas em outros municípios do estado de Minas Gerais e em outras regiões do Brasil, em diferentes períodos da história nacional, caracterizando, dessa forma, a constância da ineficiência das políticas públicas destinadas à educação rural em todo país.

Entre os anos de 1970 e 1990, a educação rural do município de Ituiutaba sofreu inúmeras transformações, em consequência da migração, a partir de 1950, da zona rural para urbana, pois o perfil populacional se inverteu e a população da cidade ultrapassou a rural. De acordo com Ribeiro, Silva e Quillici Neto (2020), inicialmente aconteceu a vinda dos migrantes de outros estados e de outras regiões de Minas Gerais para a zona rural de Ituiutaba, e posteriormente, para o meio urbano. Ainda de acordo com Ribeiro, Silva e Quillici Neto,

Por um lado, a escola rural do município parece ter convergido para o ideário de que: o lugar do rurícola é o meio rural e que lhe cabe trabalhar nesse meio, e não na cidade (na indústria e no comércio). O âmbito local replicava o global na intenção de fixar o rurícola no campo, ou seja, impedir ou retardar sua migração para a cidade. Ainda assim, não se pode dizer que a estratégia de fixar a população rural no campo tenha sido eficaz. (RIBEIRO; SILVA; QUILLICI NETO, 2020, p. 9).

Conforme mencionado anteriormente, o município de Ituiutaba, até a década de 1960, tinha um perfil demográfico agrário, com maior parte da população concentrada na zona rural. Porém, na década de 1970, o percentual da população rural reduziu de 55,61% para 27,13%, e pela primeira vez a população urbana ficou maior que a rural (IBGE, 1980).

Entretanto, nem mesmo esse perfil agrário do município foi relevante para que a escolarização da população do campo merecesse atenção dos governantes. Contudo, dentro de um Brasil que ainda era majoritariamente rural, observou-se a correspondência das características da educação rural local com os níveis estadual e nacional, marcadas pelo abandono e pelo esquecimento. Essa realidade pode ser comprovada pela implantação tardia das escolas públicas na zona rural do município. Conforme se verifica no Quadro 4, somente no início da década de 1940 foram implantadas as primeiras escolas rurais do município.

Quadro 4: Número de escolas rurais municipais no período de 1941 a 1972 em Ituiutaba.

Ano autorização municipal	Quantidade escolas
1941	6
1947	4
1951	4
1955	1
1960	1
1961	2
1962	5
1964	5
1965	1
1966	5
1967	1
1968	9
1969	6
1970	8
1971	8
1972	6
Total	72

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ituiutaba (1941 - 1972).

Com a falta de políticas públicas para escolarização da população rural, as primeiras escolas surgiam por iniciativa dos proprietários de terra, que instalavam, em suas fazendas, salas de aula de forma improvisada, onde seus filhos, juntamente aos filhos dos empregados, recebiam as primeiras noções de leitura e escrita ministradas por professoras, em sua maioria, leigas. De acordo com Lima, como as escolas rurais eram preteridas pelo poder político, para que funcionassem, contavam com a iniciativa dos fazendeiros que,

[..] muitas vezes, assumiam as despesas com a construção dos prédios e/ou liberação de espaço físico nas edificações já instaladas em sua propriedade; responsabilizavam-se, também, pela oferta de alojamento para os professores e demais recursos necessários não assumidos pelo governo do município. (LIMA, 2011, p. 214).

Esta prática foi constatada também na zona rural do município de Ituiutaba pela professora Antuza (2020), ao afirmar que primeira escola onde lecionou foi construída por seu irmão, que era fazendeiro, já que nas proximidades da propriedade não havia sido instalada, ainda, nenhuma escola.

Eu formei em 68. Aí então eu lembrei que eu fui lá pra uma fazenda que chama Estiva, quando eu tinha 23 anos, era em 68, eu fui pra essa fazenda lecionar é só pros meninos, mesmo sem ganhar, pra ajudar meu irmão, né. [...] meu irmão não era professor, meu irmão era fazendeiro. [...] Lá não tinha escola, eu fui lecionar para os meninos dele. Fui ajudar, porque ele não tinha condição. Naquele tempo não tinha perua pra buscar (ANTUZA, 2020, p. 1).

De acordo com o Quadro 4, até o ano de 1968, funcionavam 44 escolas rurais no município de Ituiutaba. No entanto, conforme relatado pela professora, é possível perceber que essas escolas não abrangiam todas as regiões do município e não supriam a demanda por vaga naquela década, o que levou o irmão de Antuza a fundar uma escola na própria fazenda, para escolarização dos filhos, a qual funcionou durante um ano, “fiquei lá um ano, lecionando só para os cinco menininhos, em 1968, depois fiquei ainda mais um ano” (ANTUZA, 2020, p. 1).

Sobre esta situação, é importante salientar que, de acordo com o processo de autorização de funcionamento das escolas municipais (ITUIUTABA, 1978a), nesta propriedade já havia sido autorizado o funcionamento da escola. Entretanto, a construção da escola só aconteceu em 1969, o que foi confirmado no depoimento da professora Antuza (2020), mostrando, dessa forma, a falta de prioridade da educação pública no país.

Todas as escolas instaladas na zona rural de Ituiutaba eram municipais; entretanto, com a falta de recursos por parte do governo local, era comum os donos das fazendas, onde as escolas eram instaladas, manterem-nas em prédios inadequados, o que levou Bezerra, Ribeiro e Araújo (2017, p. 210) a dizerem que talvez "pelo fato de essas escolas serem geridas por fazendeiros, provavelmente poderiam ser submetidas a interesses político-partidários”.

A partir dos anos de 1970, a educação escolar começou a ser regida pela Lei Federal n.º 5.692/71, a qual foi aprovada no Congresso no momento em que o país vivia um dos momentos mais duro do regime militar. Através da Lei n.º 6.692/71, o governo instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, modificando a estrutura de ensino do país, pois o curso primário e o antigo ginásio se tornaram um só curso de 1º grau.

Em relação à educação rural, alguns artigos da Lei n.º 5.692/71 referenciavam questões específicas do campo, mas sem representar grandes conquistas. O artigo 4º, por exemplo, deixou subtendido que a zona rural deveria ter um currículo adaptado às suas necessidades e peculiaridades locais. O parágrafo 2º do artigo 11, por sua vez, referia-se à especificidade do calendário escolar: “na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e da colheita de safras, conforme aprovado pela competente autoridade de ensino” (BRASIL, 1971, sem paginação).

Sobre a formação de professor, praticamente não houve alteração em relação à lei anterior. Na Lei n.º 5.692/71, o artigo 29 orientava que a formação fosse realizada de acordo com as diferenças culturais de cada região do país, o artigo dizia que:

Art. 29. A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos (BRASIL, 1971).

Sobre o financiamento da educação rural, os artigos 49 e 51 referiam-se às responsabilidades das empresas e dos proprietários rurais, nos seguintes termos:

Artigo 49 - As empresas e os proprietários rurais, que não puderem manter em suas glebas ensino para os seus empregados e os filhos destes, são obrigados, sem prejuízo do disposto no artigo 47, a facilitar-lhes a frequência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades.

Artigo 51. Os sistemas de ensino atuarão junto às empresas de qualquer natureza, urbanas ou agrícolas, que tenham empregados residentes em suas dependências, no sentido de que instalem e mantenham, conforme dispuser o respectivo sistema e dentro das peculiaridades locais, receptores de rádio e televisão educativos para o seu pessoal (BRASIL, 1971).

Ao analisar a Lei n.º 5692/71, percebe-se que não houve grandes avanços na educação rural, pois não havia garantias para que a lei fosse cumprida. Além disso, verificou-se que o poder público continuava isento das responsabilidades para com as questões que envolviam o meio rural. De acordo com Leite (1999), a Lei n.º 5.692/1971 não focalizou ou enfatizou a educação rural, mas a destituiu de sua identidade. Ainda de acordo com o autor, desde 1960 vinha-se discutindo educação rural, através de Ministério e Conselho de Educação; porém, nenhuma política específica para a escolaridade no meio rural foi estabelecida.

De certa forma, a Lei n.º 5.692/71 depositava sobre os professores habilitados a responsabilidade de melhorar o ensino, já que esta lei foi recebida como a redentora da educação brasileira, pois deveria atender aos propósitos e ideais de um projeto nacional, os quais serviriam de alavanca para o desenvolvimento do país. Entretanto, a maioria dos professores que exercia a docência não era habilitada. Se para os professores habilitados era colocada a responsabilidade de serem os grandes responsáveis pela mudança no ensino, mais difícil seria essa tarefa para os professores do antigo ensino primário, que ainda não eram habilitados. Para se ter uma ideia, em Ituiutaba, dos 20 professores que lecionavam no Curso de Magistério do Colégio Municipal Normal, em 1973, 16 não possuíam habilitação para o cargo, e destes, 14 cursavam Pedagogia, na Faculdade de Ciências e Letras de Ituiutaba, conforme verificado na Figura 4, a seguir.

Figura 4: Formulário com informações sobre a Escola Municipal Normal.

3.2 - Descrição do terreno: (dar as informações sobre as características do terreno julgadas importantes para a construção, como: declividade máxima, distância das redes; d'água, luz e esgoto, distância do calçamento, etc.)

4 - Funcionamento atual da escola:

4.1 - Matrícula

		1º Grau								2º Grau			
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1ª	2ª	3ª	4ª
1º Turno	Nº de classes												
	Nº de alunos												
2º Turno	Nº de classes												
	Nº de alunos												
3º Turno	Nº de classes												
	Nº de alunos												
Noturno	Nº de classes									3	3	3	
	Nº de alunos									23	121	123	

4.2 - Professores

Nº total de professores em exercício:

		Qualificado	Não qualificado
1º grau	4 primeiras séries		
	4 últimas séries		
2º grau		4	16

Nº total de especialistas:

Orientador educacional:

Orientador Pedagógico:

Psicólogo:

Diretor:

Coordenador de saúde:

Outros (especificar)

Conteúdo: conteúdos de Filosofia (14) e conteúdo 3ª série Curso Pedagógico (3)

Fonte: Ituiutaba (1973)

Conforme se observa, havia um número expressivo de alunos matriculados no Curso de Magistério de 2º Grau. Entretanto, de acordo com Moraes,

A expansão do ensino normal de nível médio por todo o país não foi garantia para a formação de professores em número suficientemente adequado para o ensino primário. Apesar do número expressivo de professores diplomados no Magistério de 1º grau, a cada ano era maior que a demanda para as escolas primárias, sendo que em algumas regiões do país a quantidade de professores leigos continuava aumentando pelo fato de que nem todas as normalistas ingressavam na carreira do magistério. (MORAES, 2014, p. 93).

Foi neste cenário que se deu a implantação das últimas escolas municipais rurais de Ituiutaba nos anos de 1971 e 1972, com a maior parte dos professores leigos e muitas escolas em péssimas condições.

Um fato bastante peculiar foi observado em relação à criação dessas escolas: na década de 1970, a agricultura de Ituiutaba e região havia entrado em crise, intensificando o êxodo rural no município, o que levou a uma diminuição drástica da população do campo. No entanto, houve a construção de 22 escolas rurais nos anos de 1971 e 1972, o que chamou a atenção, pois foi justamente na década de 1970, que, pela primeira vez, a população urbana ultrapassou a rural em 45,74%, conforme descrito na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3: População na década de 1970.

ANO	TOTAL	RURAL	PERCENTUAL RURAL	URBANA	PERCENTUAL URBANO (%)
1970	64.656	17.542	27,13	47.114	72,87

Fonte: IBGE (1970).

Assim, percebe-se um contrassenso ao considerar que na cidade, onde se registrou a fixação de um percentual de 72,87% dos habitantes do município nos anos de 1971 e 1972, não houve instalação de nenhuma escola na zona urbana. Na cidade, durante a década de 1970, houve somente a transferência da Escola Municipal Tancredo de Paula Almeida, da zona rural para urbana, em 1978, e a instalação da Escola Municipal Prefeito Camilo Chaves Júnior, em 1979, além da criação da Escola Estadual Antonio de Souza Martins, conforme descrito nos Quadros 2 e 3, do item 2.2.

De acordo com Silva e Lima (2011), a criação das escolas rurais pode ser explicada pelo fato de que no ano de 1966 ainda havia a preocupação em Ituiutaba em manter o homem no campo. Com efeito, uma revista da época anunciava os projetos para educação do então prefeito Samir Tannús (mandato de 1967 a 1971), que criou o Ginásio Agrícola de Ituiutaba, através da Lei Municipal n.º 1.338, de 23/10/1970; além disso, ainda constava, em seu projeto de governo, que seria criada uma escola a cada 50 dias durante o seu mandato.

Embora não tenham sido localizadas informações, ficou subtendido que a criação das escolas na zona rural seria uma tentativa de manter o homem no campo, justificando, dessa forma, a instalação de 39 escolas nas áreas rurais e nenhuma na zona urbana, durante o seu mandato. Contudo, a estratégia de fixar o rurícola no campo parece não ter funcionado, tendo em vista a diminuição progressiva da população rural neste período.

Em levantamento realizado através dos relatórios pesquisados na Secretaria Municipal de Educação, no ano de 1973 havia 8.384 alunos estudando nos turnos matutino e vespertino; deste total, 7.362 cursavam o ensino primário e 1.022 alunos cursavam o ensino de 5ª a 8ª série. De acordo com Fratari (1973), neste mesmo ano, na zona rural eram atendidos 2.917 alunos, nas 71 escolas rurais do município. Entretanto, é preciso considerar que na zona rural quase 100% das escolas possuíam sala única e funcionavam apenas em um turno e, embora na cidade tivesse um número bem inferior de escolas em relação à zona rural, as escolas urbanas possuíam várias salas de aula e podiam atender até três turnos, justificando a quantidade de alunos ser bem superior na zona urbana. No Quadro 5, a seguir, consta uma listagem das 72 escolas do município, os respectivos locais onde funcionavam, decretos e datas de suas criações.

Quadro 5: Escolas rurais municipais instaladas no município.

N.º	Escola	Decreto Municipal	Localidade
1	E. M. Alberto Torres	Decreto n.º 073, de 25/11/1941	Água Suja
2	E. M. Duque de Caxias	Decreto n.º 073, de 25/11/1941	Córrego da Canoa
3	E. M. José Bonifácio	Decreto n.º 073, de 25/11/1941	Córrego do Açude
4	E. M. Quirino de Moraes	Decreto n.º 073, de 25/11/1941	Mateirinha
5	E. M. São Francisco de Assis	Decreto n.º 073, de 25/11/1941	Córrego do Retirinho
6	E. M. Tiradentes	Decreto n.º 073, de 25/11/1941	Córrego Açude
7	E. M. Francisco Alves Vilela	Decreto n.º 178, de 06/03/1947	Campo Alegre
8	E. M. Augusto Alves Vilela	Decreto n.º 178, de 06/03/1947	Córrego da Divisa
9	E. M. Prefeito Adelino de O. Carvalho	Decreto n.º 182, de 19/06/1947	Córrego do Monjolinho
10	E. M. Prefeito Jaime Meinberg	Decreto n.º 182, de 19/06/1947	Ribeirão dos Baús
11	E. M. José Inácio de Souza	Decreto n.º 119, de 24/11/1951	Campo Alegre
12	E. M. Antonio Pedro Guimarães	Decreto n.º 119, de 24/11/1951	Córrego do Macaco
13	E. M. Constâncio Ferraz de Almeida	Decreto n.º 119, de 24/11/1951	Cotia
14	E. M. Francisco Antonio de Lorena	Decreto n.º 119, de 24/11/1951	Vila Miisa
15	E. M. Joaquim José Domingues	Decreto n.º 347, de 28/11/1955	Fazenda Santa Rita
16	E. M. Hilarião Chaves	Decreto n.º 559, de 21/03/1960	Salto de Moraes
17	E. M. Antonio Joaquim da Costa	Decreto n.º 637, de 01/12/1961	Ribeirão dos Baús
18	E. M. Santa Rita	Decreto n.º 637, de 01/12/1961	Fazenda Santa Rita
19	E. M. Antonio Baduy	Decreto n.º 240, de 22/02/1962	Campo Alegre
20	E. M. Castro Alves	Decreto n.º 241, de 23/02/1962	Ponte Rio Prata
21	E. M. São José	Decreto n.º 249, de 23/04/1962	Córrego da Mamona
22	E. M. João da Fonseca Filho	Decreto n.º 261, de 16/08/1962	Boa Esperança
23	E. M. Aureliano de Freitas Franco	Decreto n.º 264, de 20/08/1962	São Lourenço
24	E. M. Capela N. S. Aparecida	Decreto n.º 312, de 04/05/1964	Monte Azul
25	E. M. Getúlio Vargas	Decreto n.º 312, de 04/05/1964	Baixadão
26	E. M. Vereador Diógenes de Souza	Decreto n.º 312, de 04/05/1964	Pontinhas

27	E. M. Pref. José Arcênio de Paula	Decreto n.º 312, de 04/05/1964	Guariroba
28	E. M. José Marciano	Decreto n.º 312, de 04/05/1964	Campo Alegre
29	E. M. Fernando Martins de Andrade	Decreto n.º 954, de 29/03/1965	São Bento
30	E. M. Dep. Daniel de Freitas Barros	Decreto n.º 385, de 15/04/1966	Açude
31	E. M. Dr. Camilo Chaves Júnior	Decreto n.º 385, de 15/04/1966	Sapé
32	E. M. Joaquim José de Assis	Decreto n.º 385, de 15/04/1966	Campo Alegre
33	E. M. Domingos José Franco	Decreto n.º 404, de 27/12/1966	Ribeirão São Vicente
34	E. M. Manoel Alves Vilela	Decreto n.º 404, de 27/12/1966	Ribeirão São Vicente
35	E. M. Francisco José de Carvalho	Decreto n.º 432, de 23/08/1967	Capão Rico
36	E. M. Antonio Severino da Silva	Decreto n.º 454, de 12/02/1968	Rib. São Vicente
37	E. M. Augusto Martins de Andrade	Decreto n.º 454, de 12/02/1968	Pontal, Campo Alegre
38	E. M. João José dos Santos	Decreto n.º 1.325, 21/06/1968	Córrego da Chácara
39	E. M. Manoel Afonso Cancellia	Decreto n.º 492, de 08/07/1968	Ribeirão Santa Rita
40	E. M. Antonio Souza Martins	Decreto n.º 503, de 14/08/1968	Alto do Carmo
41	E. M. Cândido José de Carvalho	Decreto n.º 507, de 19/08/1968	Manga larga
42	E. M. Joaquim Antonio de Moraes	Decreto n.º 520, de 19/09/1968	Córrego do Retiro
43	E. M. José da Silva Ramos	Decreto n.º 534, de 02/12/1968	Córrego da Chácara
44	E. M. Gustavo Maia de Menezes	Decreto n.º 558, de 17/03/1968	Fazenda Estiva
45	E. M. Ari Barrosos	Decreto n.º 552, de 10/02/1969	Córrego do Coelho
46	E. M. João Ribeiro da Silva	Decreto n.º 587, de 24/06/1969	Fazenda Vale do Ingazeiro
47	E. M. Oldemar Ribeiro Vieira	Decreto n.º 607, de 04/08/1969	Três Vendas
48	E. M. Antonio Bento Parreira	Decreto n.º 609, de 25/08/1969	Açude
49	E. M. Dr. Hélio Benício de Paiva	Decreto n.º 627, de 02/10/1969	Instituto Agrícola
50	E. M. José Abadio da Costa	Decreto n.º 671, de 26/12/1969	São Lourenço
51	E. M. Arquidamiro Parreira de Souza	Decreto n.º 570, de 30/04/1969	Córrego da Abelha
52	E. M. Moacir Franco	Decreto n.º 701, de 12/05/1970	Granja Santo Antonio.
53	E. M. Umberto de Alencar C Branco	Decreto n.º 796, de 02/12/1970	Anexa Tiro de Guerra
54	E. M. Umberto Teodoro Gomes	Decreto n.º 702, de 12/05/1970	Córrego da Mamona
55	E. M. Pres. Prudente de Moraes	Decreto n.º 786, de 23/11/1970	Córrego do Lageado
56	E. M. Pres. Arthur da Silva Bernardes	Decreto n.º 788, de 23/11/1970	Córrego da Abelha
57	E. M. Verônica Maria de Moraes	Decreto n.º 789, de 23/11/1970	Paineiras
58	E. M. Arcaño Gervásio Guimarães	Decreto n.º 791, de 23/11/1970	Córrego Fundo
59	E. M. Julieta Alves Leite	Decreto n.º 797, de 02/12/1970	Córrego da Picada
60	E. M. Bernardo José Franco	Decreto n.º 881, de 10/05/1971	São Lourenço
61	E. M. Dr. Domicio de Souza Martins	Decreto n.º 881, de 10/05/1971	São José do Sucuri
62	E. M. Dr. José Zoccoli de Andrade	Decreto n.º 935, de 06/08/1971	Taperão
63	E. M. Névio Moraes	Decreto n.º 935, de 06/08/1971	Serra do Bauzinho
64	E. M. Dr. Antonio Cabral de Menezes	Decreto n.º 941, de 17/08/1971	São Vicente
65	E. M. Olegária Ribeiro Chaves	Decreto n.º 958, de 13/09/1971	Ipiranga
66	E. M. Rui Barbosa	Decreto n.º 836, de 04/01/1971	Fazenda Olhos D'água
67	E. M. Tancredo de Paula Almeida	Decreto n.º 881, de 10/05/1971	Ponto do Rio Tijuco
68	E. M. Artísio Marchiori	Decreto n.º 1111, de 03/08/1972	Fazenda Milton Marchiori
69	E. M. Francisco de Oliveira Carvalho	Decreto n.º 1111, de 03/08/1972	Fazenda Água Marela
70	E. M. João David	Decreto n.º 1053, de 29/03/1972	Serra do Bauzinho
71	E. M. José Carlos de Assis	Decreto n.º 1023, de 31/01/1972	Serra Bonfim
72	E. M. José de Freitas Franco	Decreto n.º 1111, de 03/08/1972	Fazenda São Lourenço

Fonte: El Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados constantes das fichas individuais de cada escola rural (ITUIUTABA, 1941 – 1972).

Mesmo tendo um número bastante elevado de escolas rurais no município, Silveira (2014, p. 80) relata que “havia grande descaso do poder público com o estabelecimento e a manutenção dessas escolas”, o que tornava a educação oferecida bastante precária. Conforme apontam Silva Júnior e Leite (2017) em relação às escolas rurais em geral,

Eram escolas isoladas, ou seja, caracterizadas pela economia de dinheiro público de diversas maneiras: primeiramente, economiza na dupla exploração do professor que, além de mal remunerado, é professor, faxineiro, diretor, coordenador, cozinheiro e secretário. Existiam professores leigos, que corresponde atualmente aos anos iniciais do ensino fundamental; outros haviam concluído o que denominamos anos finais do ensino fundamental e professoras com magistério. Os documentos revelam que as salas eram multisseriadas, havia um número reduzido de estudantes por escola e eram de difícil acesso, tanto para professores como para os alunos. Não havia condições físicas e de pessoal que garantisse o bom funcionamento das escolas (SILVA JÚNIOR; LEITE, 2017, p. 339).

2.4 Infraestrutura das escolas rurais em Ituiutaba

As instalações físicas de muitas dessas escolas rurais do município de Ituiutaba pouco condiziam com espaços destinados a instituições de ensino. É certo que Neste aspecto, a professora Rosa (2020) relata, em seu depoimento, as condições das instalações físicas das escolas em que trabalhou, dizendo:

[...] eu já trabalhei em escolas que não tinha nem paredes e também já trabalhei em escolas que eram ranchos cobertos de capim, paredes feitas de pau a pique, ou seja, pau roliço que cortava lá e lá ficava. De chão batido, sem ladrilho, eu trabalhei em escolas variadas (ROSA, 2020, p. 7).

De acordo com as fichas técnicas (1941 – 1972) das escolas rurais do Município de Ituiutaba, foram observadas algumas características em relação às escolas construídas pela prefeitura. Destaco duas dessas características: a primeira, em relação à área total construída; e a segunda, em relação ao modelo e à fachada das escolas. De acordo com as fichas, entre as escolas construídas, haviam duas escolas com 102m² e 35 com 103m² e, em todas observa-se que apresentavam modelos e fachadas semelhantes, havendo portanto, uma padronização no modelo e na metragem das construções, perfazendo 51,38% do total das escolas, conforme figuras 5 e 6 a seguir.

Figuras 5: modelo escola rural de Ituiutaba com 102m².



Fonte: Ituiutaba (1941 – 1972).

Figuras 6: modelo escola rural de Ituiutaba com 103m².



Fonte: Ituiutaba (1941 – 1972).

Verifica-se que havia uma padronização das construções, com projeto específico para as escolas rurais do município. Além disso, de acordo com os documentos pesquisados, a cada escola criada, era realizado um Relatório de verificação in loco, para posterior autorização do funcionamento das Escolas de 1º Grau da Rede Municipal. Alguns requisitos eram exigidos para o funcionamento da escola rural, como, por exemplo, exigência de no mínimo 15 alunos por turno, área de pelo menos 1m² por aluno; nos prédios cedidos, o direito de utilização tinha que ser pelo prazo mínimo de três anos. Constam no relatório de cada escola várias informações, dentre elas: o nome da escola; o local onde era instalada; a distância que o local tinha da cidade; número do decreto de criação; data e número do documento de autorização; ano da construção; o estado de conservação do prédio; a salubridade do local; observações sobre o oferecimento de possíveis riscos aos alunos e professores; forma de ocupação (se é prédio próprio ou cedido), condições de iluminação e

arejamento adequados. O quadro 6, a seguir especifica as áreas construídas das 72 escolas instaladas no município.

Quadro 6: Escolas e respectivas metragens das construções.

Quantidade escolas	Mesma área construída
35	103m ²
2	102m ²
1	194m ²
1	70m ²
1	74m ²
1	96m ²
2	48m ²
2	30m ²
9	20m ²
13	10m ²
2	15m ²
1	Funcionava sala residência
2	Sem informações

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados constantes das fichas individuais de cada escola rural (ITUIUTABA, 1941 – 1972).

As informações trazidas nas fichas técnicas de cada uma das 72 escolas descrevem alguns aspectos de suas condições físicas, dentre as quais destacam-se: paredes, piso, sanitários (fossas rudimentares) e cobertura. Destas, 52 possuíam construção de alvenaria, 37 tinham 103m² de área construída, telhas de barro e piso cimentado; 21 escolas não tinham abastecimento de água; todas possuíam apenas uma sala, quando da sua origem, em relação aos sanitários, 42 tinham fossas sépticas, sendo que destas, 38 tinham dois sanitários, um feminino e um masculino, 8 tinham fossa rudimentar única, 2 sequer tinha sanitários, conforme Quadro 7, a seguir.

Quadro 7: Quantidade e características dos sanitários.

Quantidade de Escolas	Tipos de sanitários
17	Fossa rudimentar única
40	Fossa séptica, sendo 38 com sanitários femininos e masculinos
15	Ausência de sanitários

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ituiutaba (1941 – 1972).

Quadro 8: Quantidade de escolas que funcionavam em prédio próprio ou cedido.

Quantidade	Prédio próprio ou cedido
41	Prédio próprio
31	Prédio cedido

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ituiutaba (1941 – 1972).

No Quadro 9, a seguir, foram descritas informações em relação às instalações físicas das 20 escolas que apresentavam problemas mais graves, pois, além de não oferecerem

conforto algum, sequer tinham capacidade para receber móveis e utensílios que pudessem favorecer a qualidade do ensino.

Quadro 9: Escolas com características consideradas mais precárias.

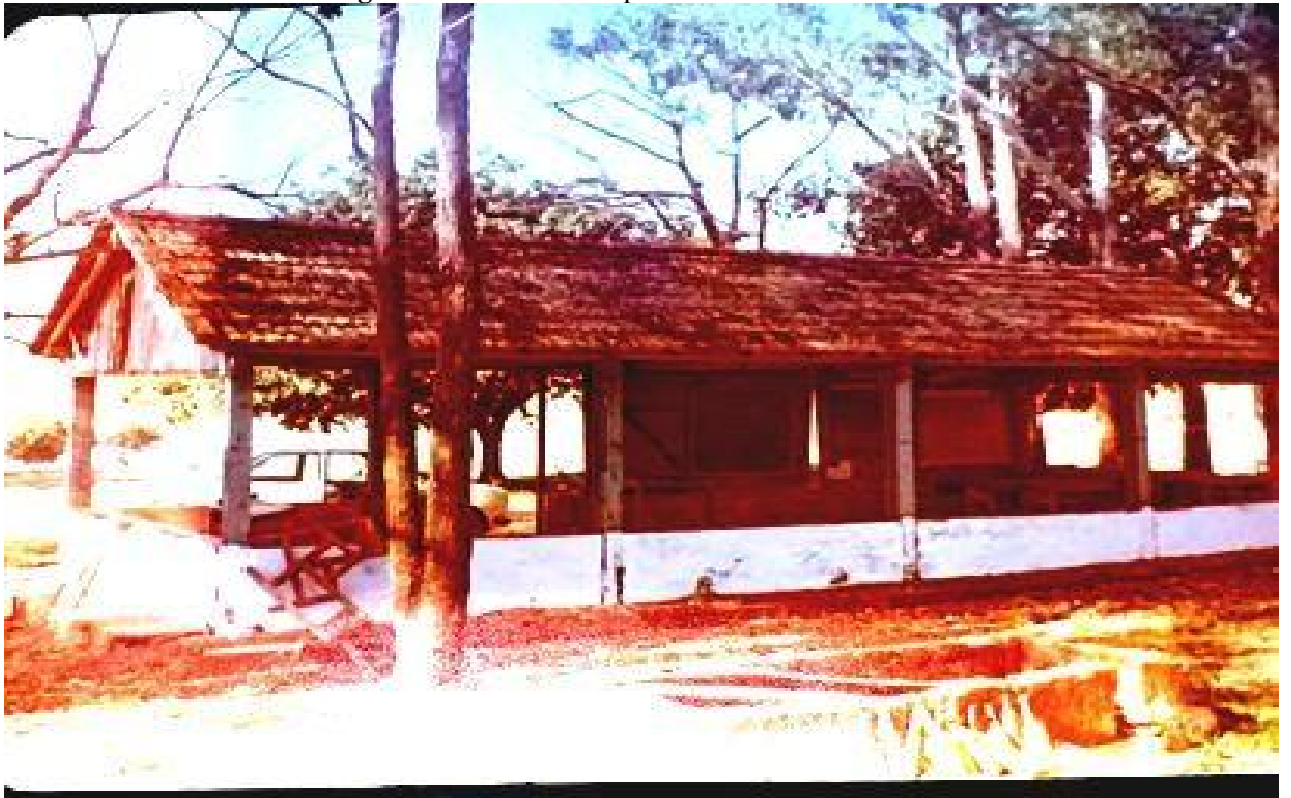
N.º	Escola	Paredes/piso	Sanitários (fossa rudimentar)
1	E. M. Antonio Baduy	pau a pique – piso terra batida	0
2	E. M. Antonio Cabral de Menezes	pau a pique – piso terra batida	0
3	E. M. Domício de Souza Martins	pau a pique – piso terra batida (péssimo estado)	fossa única
4	E. M. João David	pau a pique – piso tijolo	0
5	E. M. José Abadio da Costa	pau a pique – piso terra batida	0
6	E. M. José de Freitas Franco	pau a pique – piso terra batida	0
7	E. M. José Zoccole de Andrade	pau a pique – piso terra batida	0
8	E. M. Julieta Alves Leite	pau a pique – piso terra batida	0
9	E. M. Pres. Arthur da Silva Bernardes	pau a pique – piso terra batida	0
10	E. M. Umberto Teodoro Gomes	pau a pique – piso terra batida	fossa única
11	E. M. Francisco de Oliveira Carvalho	pau a pique – piso terra batida – cobertura palha de coqueiro	0
12	E. M. Manoel Afonso Cancela	pau a pique – piso terra batida - cobertura palha de coqueiro	fossa única
13	E. M. Rui Barbosa	pau a pique – piso terra batida - cobertura palha de coqueiro	0
14	E. M. Augusto Martins Andrade	alvenaria – terra batida	0
15	E. M. Francisco José Carvalho	madeira – piso terra batida	0
16	E. M. José Bonifácio	madeira e tijolo – cimento	fossa única
17	E. M. José Carlos de Assis	madeira – cimento	0
18	E. M. Moacir Franco	madeira – cimento	fossa única
19	E. M. Olegária Ribeiro Chaves	madeira – cimento	0
20	E. M. Artísio Marchiori	sem paredes – piso cimento - cobertura telha barro	0

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ituiutaba (1941 – 1972).

Conforme se verifica, em geral, havia muitos problemas nas escolas rurais do município, o que reforça a insuficiência de investimentos, bem como a ausência de prioridade, por parte do poder público, em relação à educação e instrução pública do município.

As fotografias a seguir são de três das vinte escolas que possuíam estruturas mais precárias, dentre as quais é possível verificar algumas características citadas anteriormente, tais como: ausência de paredes e de sanitários, cobertura inadequada, paredes de pau a pique, chão batido, falta de ventilação, falta de segurança em relação à estrutura física. Conforme dito anteriormente, a municipalidade considerava alguns aspectos para que fosse autorizado o funcionamento da escola; entretanto, ao observar a estrutura física de algumas delas, percebe-se que nem sempre eram observados todos os requisitos exigidos para o seu funcionamento, bastando apenas a presença de um professor que tivesse disposto a trabalhar, seja onde fosse e independentemente das condições oferecidas.

Figura 7: Escola Municipal Artísio Marchiori.



Fonte: Ituiutaba (1941 – 1972).

Figura 8: E. M. Pres. Arthur da Silva Bernardes.



Fonte: Ituiutaba (1941 – 1972).

Figura 9: E. M. José Bonifácio.**Fonte:** Ituiutaba (1941 – 1972).

Nos relatórios pesquisados na Secretaria Municipal de Educação foram identificadas algumas informações sobre a demolição de cinco prédios escolares, os quais se encontravam em péssimas condições físicas, bem como sobre a desativação provisória e definitiva e a reativação de algumas dessas escolas. Um exemplo foi a desativação, com posterior transferência para a cidade, das escolas Tancredo de Paula Almeida e Manoel Alves Vilela, na década de 1980. Porém, não foi possível identificar, com precisão, todas as datas de quando houve a desativação e reativação posterior de todas as escolas, tendo em vista que algumas fichas constam somente o ano em que foram desativadas e alguns relatórios mencionam somente o ano em que algumas escolas foram reativadas posteriormente, conforme demonstrado nos quadros a seguir.

Quadro 10: Escolas demolidas.

Ano	Escolas desativadas e demolidas
1975	- E. M. Dr. Camilo Chaves Júnior (demolida pelo fazendeiro)
1976	- E. M. Cândido José de Carvalho
1980	- E. M. Ari Barroso
1981	- E. M. Antonio Severino da Silva
Não consta	- E. M. Tiradentes

Fonte: Ituiutaba (1941 – 1972).

Quadro 11: Escolas desativadas definitivamente entre os anos 1974 a 1982.

Ano	Escolas desativadas
1974	E. M. Augusto Martins de Andrade
1975	E. M. Julieta Alves Leite
1975	E. M. Olegária Ribeiro Chaves
1976	E. M. Deputado Daniel de Freitas Barros
1979	E. M. João David
1980	E. M. Antônio de Souza Martins
1980	E. M. Cândido José de Carvalho
1980	E. M. Gustavo Maia
1980	E. M. José Abadio da Costa
1981	E. M. Névio Franco de Moraes
1982	E. M. Umberto Teodoro Gomes
1982	E. M. Oldemar Ribeiro Vieira

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de Ituiutaba (1984 -1990).

Quadro 12: Escolas desativadas e reativadas posteriormente.

Desativação	Escolas	Ano da Reativação
1974	E. M. Presidente Prudente de Moraes	1983
1977	E. M. Dr. José Zoccole de Andrade	Não consta
1978	E. M. José Carlos de Assis	1986
1979	E. M. Arcanjo Gervásio	1983
1979	E. M. Francisco de Oliveira Carvalho	1984
1979	E. M. Hilário Chaves	1985
1980	E. M. Antonio Baduy	1985
1980	E. M. Antonio Cabral de Menezes	1986
1980	E. M. Ari Barroso	1984
1980	E. M. Francisco José de Carvalho	1983
1981	E. M. Antonio Severino da Silva	1984
1981	E. M. Dr. Hélio Benício de Paiva	1984
1981	E. M. José de Freitas Franco	1985
1982	E. M. Getúlio Vargas	1983
-	E. M. Dr. Domicio José Martins	1983
-	E. M. Dr. José Bonifácio	1983
-	E. M. José Inácio de Souza	1984
-	E. M. João José dos Santos	1984
-	E. M. Artísio Marchiori	1985
-	E. M. Moacir Franco	1986
-	E. M. Capela Nossa Senhora da Aparecida	1986
-	E. M. Antonio de Souza Martins	1986

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de Ituiutaba (1984 -1990).

Na década de 1980, havia um cenário de abertura política, em um contexto de discurso democrático aclamado por diferentes forças sociais e políticas. Com o fim do Regime Militar, instaurou-se, no Brasil, o regime democrático, no qual foi promulgada a Constituição Federal de 1988. Apesar de não conter nada específico em seu texto relacionado à educação rural, a Constituição Federal de 1988 representou um grande marco para a defesa dos direitos sociais, pois trouxe novos horizontes para o debate educacional junto às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e às Constituições Estaduais, evidenciando um grande avanço na área da

educação como um todo, inclusive reafirmando que a educação é direito de todos e que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, além de ter garantido o mínimo de recursos necessários para o ensino, 18% para a União e 25% para Estados e Municípios para o ensino (BRASIL, 1988). Dessa forma, a Constituição Federal de 1988, ao garantir o direito à educação básica em todos os níveis e modalidades de ensino, possibilitou situar de forma mais eficiente a educação rural nas políticas públicas educacionais, além de ampliar as diretrizes para a educação em geral.

Observou-se, então, que durante a década de 1980, houve muitas modificações no cenário da educação rural em Ituiutaba. Ao analisar os relatórios elaborados pela Secretaria Municipal de Educação entre os anos de 1970 e 1992, verificou-se que, com a migração da população do campo para a cidade, conseqüentemente, o número de alunos matriculados diminuiu. Conforme se verifica no Quadro 13, entre os anos de 1983 e 1990 houve redução do número de matrículas em 18,26%, enquanto que, no mesmo período, na zona urbana, houve um aumento de 62,11%.

Quadro 13: Número de escolas e alunos (rural e urbano), período de 1983 a 1990.

ZONA RURAL			ZONA URBANA		
ANO	NÚMERO ESCOLA	NÚMERO ALUNOS	ANO	NÚMERO ESCOLA	NÚMERO ALUNOS
1983	45	1035	1983	24	2336
1984	50	1218	1984	24	2718
1985	50	1168	1985	24	2582
1986	50	1180	1986	24	3094
1987	52	1037	1987	24	3295
1988	55	1073	1988	24	3282
1989	57	1028	1989	25	3634
1990	59	846	1990	25	3787

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Ituiutaba, 1979 - 1992.

O êxodo rural progressivo, nos anos de 1970, no Município de Ituiutaba, devido ao processo contínuo de queda da produção agrícola em função dos processos de modernização e mecanização da produção, levou a um esvaziamento do campo e, por conseguinte, produziu uma redução da população em idade escolar no meio rural. Entretanto, em relação ao número de escolas rurais, de acordo com o relatório da Secretaria Municipal de Educação (1984 – 1990), observou-se que embora tenha havido variação, devido à desativação e reativação de algumas escolas, entre os anos de 1983 e 1990, ao contrário do número de alunos, a quantidade de escolas aumentou, tendo em vista que havia 45 escolas em 1983 e 59 no ano de 1990, conforme observado no Quadro 13 (ITUIUTABA, 1984 – 1990).

Somente no final dos anos de 1990, com a expansão da cana-de-açúcar, é que realmente modificou a realidade das escolas no município de Ituiutaba, passando a educação ser quase na totalidade, urbana. Além disso, de acordo com documentos pesquisados, as escolas rurais do município passaram por dois processos de nucleação durante a década de 1990, dos quais resultaram na permanência de apenas 5 escolas ativas atualmente, conforme demonstrado no Quadro a seguir.

Quadro 14: Escolas rurais no município de Ituiutaba em 2020.

Escolas	Localização
E.M. Quirino de Moraes	Mateirinha
E. M. José da Silva Ramos	Córrego da Chácara
E. M. Arquidamiro Parreira de Souza	Córrego da Abelha
E. M. Bernardo José Franco	São Lourenço
E. M. Francisco Antonio de Lorena	Vila Miiza

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de Ituiutaba (1991 -1993).

Buscou-se compreender, até aqui, as influências das transformações ocorridas nos espaços urbano e rural do município de Ituiutaba e na organização das escolas rurais do município. Observou-se que a implantação das escolas rurais no município de Ituiutaba se deu em consonância com a realidade da maioria das escolas rurais em todo país. Porém, salienta-se que 90% delas surgiram entre as décadas de 1950 e 1970, num momento em que a população do campo se transferia de forma acelerada para o meio urbano, em consequência da modernização que houve no campo. Assim como a maioria dos municípios brasileiros, as escolas rurais de Ituiutaba seguiam o modelo e estrutura que se alinhavam às escolas isoladas, com uma única sala de aula, maioria dos professores leigos, muitas escolas com estrutura física dos prédios deficientes, sem água encanada, sem rede de esgoto e instalações elétricas, ausência de sanitários, dentre outros aspectos.

Contudo, os problemas em relação à educação no município, não se restringiam às escolas rurais, tendo em vista as precariedades e abandono observados nos documentos pesquisados, sobretudo pelo governo do Estado de Minas Gerais, em relação às escolas estaduais urbanas, na década de 1970. Entretanto, a pesquisa evidenciou certa invisibilidade em relação às escolas rurais por parte das autoridades locais, prevalecendo a preocupação e a prioridade das escolas do meio urbano.

No próximo capítulo, as atenções estarão voltadas às professoras entrevistadas, com intuito de perscrutar e compreender aspectos da trajetória profissional de cada uma delas, transcorrida no interior dessas precárias escolas anteriormente caracterizadas.

3 PROFESSORA DA ESCOLA EM MEIO RURAL

Neste capítulo, busca-se conhecer as formas de ingresso e a formação inicial e continuada das professoras que atuaram nas escolas rurais do município de Ituiutaba. Além desse aspecto, pesquisou-se como foram sendo desenvolvidas as práticas dessas professoras e quais eram as suas condições de trabalho e, para tanto, investigou-se sobre o tempo de permanência na educação rural, salários recebidos, os materiais didáticos existentes e utilizados, os meios de transporte e a estrutura física das escolas.

3.1 Ingresso das professoras no magistério rural

No período delimitado para esta pesquisa, 1970 a 1990, verificou-se que o ingresso das professoras para exercerem o magistério nas escolas rurais no município de Ituiutaba ocorria, prioritariamente, por meio de contratações informais, por indicações de políticos influentes ou a pedido de familiares que possuíam contatos ou algum prestígio junto a políticos e autoridades locais.

No entanto, estas modalidades de contratações de professores, seja para o ensino urbano ou rural, não se restringiam somente a Ituiutaba. Verificou-se que aconteciam em muitos municípios brasileiros, sendo legitimadas com discursos relacionados à falta de professores habilitados e pelo grande número de professores leigos atuando nas escolas do país. Sobre este aspecto, Peixoto (2005) faz menção a este discurso, ao relacionar a presença expressiva dos docentes leigos nas escolas com a política de cunho clientelista adotada pelos próprios governos e sustentada na prática de barganha política, com o objetivo de garantir que o professor leigo exercesse a docência.

De acordo com as pesquisas, esta era uma realidade observada em todo o país. Segundo Gouveia e Gouveia Neto (2015), entre os anos de 1960 e 1985, o ingresso das professoras continuava ainda por apadrinhamentos, sendo mais comum nas escolas rurais.

[...] a maioria do professorado recrutado continuava sendo pessoas do sexo feminino que conciliava as atividades docentes com os afazeres domésticos e no caso da professora rural com as lidas do campo. [...] O professor leigo também era um dependente dos jogos de influências políticas, pois devido a alguns incentivos governamentais (por exemplo, diminuição dos gastos no ensino básico), tornou-se uma prática comum nas escolas estaduais e

municipais incorporar os “não habilitados” na rede de ensino, uma vez que o pagamento era de acordo com a qualificação (GOUVEIA; GOUVEIA NETO, 2015, p. 32).

Segundo Piacentine (2012), na década de 1970, em Dourados, no Mato Grosso do Sul, a admissão de professores leigos também se fazia com base nos critérios políticos, fosse por indicação de deputados, prefeitos ou vereadores, fosse por indicação de pessoas ligadas aos políticos, latifundiários, parentes e amigos. Ainda de acordo com a autora, apesar de a Lei n.º 5.692/71 ter trazido à tona a discussão em torno do grande número de professores leigos existentes no país, ela acabou ratificando a concepção de professor leigo contida na Lei n.º 4.024/61.

Gonçalves (2015) também relatou que no Piauí, entre os anos de 1970 e 1981, o apadrinhamento, o clientelismo e as redes de relações ainda eram usados por políticos, mesmo havendo parâmetros legais para a contratação de docentes. Segundo autor, essas relações compadrio e de favorecimento eram preponderantes na zona rural.

No município de Uberlândia-MG, de acordo com Assis e Lima (2019), até 1980, mesmo existindo dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

4.024 (BRASIL, 1961) e a Lei n.º 5.692 (BRASIL, 1971), estas contratações também seguiam a mesma realidade. Dessa forma,

Para normatizar a contratação por meio de concursos e processos seletivos, em Uberlândia, assim como em várias localidades do país, em decorrência da escassez de pessoas habilitadas e dos jogos de interesse advindos das políticas de clientelismo e favoritismo, era comum o ingresso na docência rural ocorrer por indicações e/ou convites (ASSIS; LIMA, 2019, p. 3).

Segundo Ribeiro, Silva e Quilicci Neto (2012), outro fator que contribuiu para esta política de contratação de professores foi a municipalização das escolas rurais. De acordo com estes autores, além de ficarem marcados pelo imprevisto dos prédios escolares, os professores eram escolhidos em função de relações políticas e contratados informalmente.

Dessa forma, verificou-se que esta modalidade de admissão de professores potencializava a desvalorização do trabalho docente, principalmente nas áreas rurais, onde a maior parte dos professores era leiga. Embora a Lei n.º 5.692/71 houvesse regulamentado o preenchimento dos cargos de professores, ao mesmo tempo havia flexibilização na forma de contratação no artigo 34 da referida lei, dizendo que a admissão de professores deveria ser por concurso público de provas e títulos. Por outro lado, o artigo 77 dizia que

Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário: a) no ensino de 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série de 2º grau (BRASIL, 1971, sem paginação).

Ao analisar a Lei n.º 1691, de 1º de julho de 1975, em particular as diretrizes que dispunham da reorganização do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Educação de Ituiutaba, bem como das diretrizes para a classificação e avaliação de cargos, reajustamento e vencimentos, verificou-se que o município, em seu quadro de pessoal, contava com os quadros permanente e o suplementar⁷. No entanto, após o primeiro concurso público realizado, o quadro suplementar foi suprimido, tendo sido observado o direito adquirido, nos termos da lei. A referida lei não fazia qualquer menção aos professores das escolas rurais. Em relação à forma de provimento dos cargos de professor, dizia que seria por meio de recrutamento amplo.

Quanto à remuneração, o artigo 10 dispunha que “os professores das escolas municipais que receberem por salário-aula serão remunerados de acordo com o Anexo VII, integrante desta lei” (ITUIUTABA, 1975 - 1986, sem paginação).

Não constava na Lei n.º 1691/1975 outra forma de remuneração de salário de professores que não fosse por salário-aula, mas ficou subentendido que havia outra forma de pagamento. Porém, em relação aos professores das escolas municipais rurais, entendeu-se que recebiam salário-aula, conforme demonstrado no anexo VI da lei, apresentado a seguir.

Figura 10: Sobre os salários.

Modelo 2	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA	
ANEXO VI	
PLANO DE PAGAMENTO A PROFESSORES REMUNERADOS POR	
SALÁRIO-AULA	
I - Professor Habilitado - Escola Municipal de 1º e 2º Grau "Machado de Assis"	Cr\$ 13,52
II - Professor não Habilitado - Escola Municipal de 1º e 2º Grau "Machado de Assis"	Cr\$ 12,67
III - Professor Habilitado - Escola Agrícola Municipal de 1º Grau	Cr\$ 16,22
IV - Professor não Habilitado - Escola Agrícola Municipal de 1º Grau	Cr\$ 15,20

Fonte: Ituiutaba (1975 - 1986, sem paginação).

⁷ O quadro permanente era constituído por professores e por especialistas em caráter efetivo, ou de provimento em comissão e funções gratificadas. O suplementar era composto por cargos os quais seriam extintos quando vagassem e por cargos de servidores não habilitados em curso pedagógico e a título precário. (ITUIUTABA, 1992, p. 3).

No dia 02/10/1978, a Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia enviou ofício para informar que o Regimento das Escolas Municipais Rurais de Ituiutaba havia sido aprovado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Tal regimento foi proposto pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Educação e Cultura do município, para regulamentar todas as escolas sob a sua jurisdição administrativa. Porém, é importante salientar que naquele ano, com exceção do Colégio Normal Municipal, todas as escolas municipais estavam localizadas na zona rural. Salienta-se ainda que embora este regimento informasse em seu título o direcionamento às escolas rurais, as suas determinações seguiam todas as normas e especificidades das escolas urbanas. Em relação à admissão de professores para compor o corpo docente para atuar nas escolas rurais, por exemplo, o artigo 66 dizia que “a admissão de professores em caráter de contrato e em substituição seria da competência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Ituiutaba” (ITUIUTABA, 1978b, p. 12). O artigo 68 referia-se aos direitos dos professores somente em relação ao ambiente de trabalho e material didático necessário para docência:

Art. 68 – Constituem direitos dos professores:

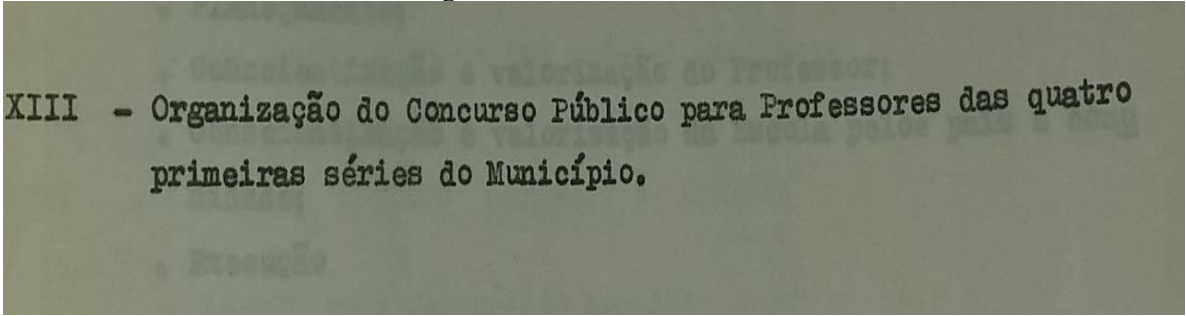
I – ter local adequado para o desempenho de suas funções;

II – solicitar material didático necessário ao seu trabalho, de acordo com as possibilidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ituiutaba (ITUIUTABA, 1978b, p. 13).

O Regimento também não apresentou mudanças na forma de admissão e tampouco sistematizou qualquer dispositivo em relação a garantias, promoção e valorização do quadro de pessoal do magistério.

Na década de 1970, a organização da educação estava em consonância com a Lei n.º 5.692/71, tanto do estado quanto do município, tendo em vista que foram criados planos de ações visando a reforma do ensino de 1º e 2º graus. Entretanto, assim como acontecia em todo país, no município de Ituiutaba, o número de professoras habilitadas era ínfimo, tornando-se uma das problemáticas centrais da escolarização, sobretudo na zona rural (ITUIUTABA, 1984 – 1990).

Assim, as contratações dos professores nem sempre aconteciam em conformidade com a legislação vigente, pois observou-se que, mesmo quando não eram encontradas candidatas suficientes ao número de vagas, não havia abertura de processo de seleção ou concurso. Não foi localizado nenhum documento no qual constasse a realização de processo seletivo ou concurso público até o ano de 1990, com exceção de uma informação do relatório de 1984, conforme figura a seguir:

Figura 11: Concurso Público.


XIII - Organização do Concurso Público para Professores das quatro primeiras séries do Município.

Fonte: Ituiutaba, 1984 - 1990, p. 7.

Por outro lado, consta do relatório da Secretaria Municipal de Educação (1984-1990), a aprovação do novo Regimento do Magistério Municipal de Ituiutaba, sancionado em 15/10/1986, o qual regulamentava a carreira do docente Municipal e concedia aos professores, estabilidade e promoção, demonstrando características mais democráticas.

Como não tive acesso ao referido Estatuto, não foi possível saber sob quais condições essa estabilidade tinha sido ancorada. O que se observa é que o conteúdo do relatório em relação à aprovação do Estatuto estava em consonância com o momento vivido no país, tendo em vista o fim do regime militar e o restabelecimento da democracia.

Dessa forma, as mudanças mais significativas ocorreram no ano de 1989, quando foram propostas modificações no Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação e no Estatuto do Magistério, o qual foi aprovado no ano seguinte (1990), alterando as formas de admissão de professores e especialistas do Ensino Médio, conforme redação do artigo 113, que dizia: “A admissão de Professores e Especialistas do Ensino Médio, será efetivada através de Concurso Público, na forma da legislação Vigente” (ITUIUTABA, 1989 - 1990, p. 25). Verifica-se, portanto, que a nova forma de admissão trazida no novo Estatuto estava de acordo com o que foi estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, no art. 37, II, que passou a exigir a aprovação em concurso público para a investidura em cargo ou emprego público:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade. [...] II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL, 1988, sem paginação).

Outra mudança verificada foi em relação ao título do novo estatuto, que passou a ser “Regimento Escolar para as Escolas da Sua Jurisdição Administrativa” (ITUIUTABA, 1989 - 1990, p. 1), e não mais direcionada às escolas rurais.

O primeiro concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, que permitiu a efetivação e estabilidade dos servidores públicos, foi realizado no mandato do Prefeito Gilberto Aparecido Severino do Partido Democrático Social (PDS), no ano de 1991, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual regulamentou nos termos do Artigo 37, os cargos, empregos e funções públicas e colocou fim no caráter informal das contratações e indicações dos professores que ingressariam na profissão docente na administração pública. (ITUIUTABA, 1991 – 1993).

Foi, portanto, nesse contexto que atuaram as professoras entrevistadas, como informa o quadro a seguir. Ao verificar as formas pelas quais foram contratadas para o exercício do magistério nas escolas rurais, constatou-se que todas ocorreram informalmente, sem qualquer tipo de processo seletivo que, como dito anteriormente, era a prática comum para a época.

Quadro 15: Período trabalhado no magistério rural.

Professoras	Zona rural de Ituiutaba	Zona rural/outro município
Antuza	1969 a 1976	-
Leide	1971 a 1974	-
Lena	1982 a 1986	-
Rosa	1981 a 1984	1971 a 1980
Margarida	1989 a 2005	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir das narrativas das professoras entrevistadas (2020).

Em relação à sua forma de contratação, Margarida (2020) mencionou que seu trabalho como professora na zona rural foi iniciado em 1989, através de indicação, por intermédio de seu pai, que tinha influência junto aos políticos da cidade.

[...] fiquei desempregada em 88, né, e aí meu pai conversando com os políticos amigos dele, pediu pra que eu escrevesse uma carta pra Belo Horizonte, Samir Tanús, pra que me colocasse, porque naquela época tinha que ter tudo isso, né? Quase que proteção. Não tinha concurso, não teve naquela época. Aí, eles escreveram uma carta pra Secretaria de Educação... delegacia da prefeitura, mandando convocar. Eu trabalhei em 89 e 90, contratada. Aí depois teve o concurso, efetivei... na zona rural (MARGARIDA, 2020, p. 2).

A professora Margarida (2020) relatou ainda que foi aprovada no primeiro concurso público da Prefeitura Municipal de Ituiutaba no ano de 1991:

eu passei com 70% e pude tomar posse na mesma escola que eu estava, porque por direito, os 70%, eu passei [em] 11º, tinha 15 vagas, aí eu tomei posse lá na fazenda mesmo e nesse período eu trabalhei concursada de 91 até 2005. (MARGARIDA, 2020, p. 3).

Quanto à professora Lena (2020), ela disse que conseguiu seu primeiro emprego de professora na Escola Municipal Adelino de Oliveira Carvalho, na Fazenda Monjolinho, em 1982, no ano seguinte à sua formação no curso de Magistério, porque seu pai era muito amigo do Secretário Municipal de Educação. Disse que nessa época não se lembrava de ter havido concurso público ou algum tipo de processo seletivo.

Eu terminei o magistério, aí eu procurei, né... me informaram que precisava de professor na zona rural e que era um pouco difícil de arrumar... aí o meu pai que ajudou, foi falar com o Secretário pra vê se conseguia um lugar pra mim. [...] É porque ele era muito amigo dele. Nessa época não tinha concurso público e nem outro meio de processo seletivo, pelo menos que eu me lembre... As pessoas conseguiam trabalho assim (LENA, 2020, p. 3).

A professora Leide (2020) disse que ao concluir o Curso Normal, procurou o Secretário Municipal de Educação da época, Gerson Abrão, e através dele conseguiu seu primeiro emprego como professora. Seu início, no ano de 1971, ocorreu na Escola Municipal Tancredo de Paula Almeida, próxima à ponte do Rio Tijuco, na zona rural de Ituiutaba. De acordo com a professora, essa escola foi reaberta por intermédio dela própria, pois o Secretário impôs uma condição para que fosse contratada professora: conseguir o número de alunos suficientes para que a escola daquela localidade fosse reaberta.

Na época, essa escola... era uma escola fechada, era um espaço físico ali na fazenda do seu Arlindo Maximiliano, da família de Drummond aqui, né?! Então, lá nessa fazenda... pra sair daqui de Ituiutaba pra dar aula lá, era próximo de Ituiutaba, porém a pé não dava pra ir todos os dias, né?! E a prefeitura na época, o secretário era Dr. Gerson Abrão, era Secretário da Educação. Nós vamos ver o que é possível você trabalhar. Eu fui em busca de oportunidades, se não buscar a gente não alcança nada, né?! (LEIDE, 2020, p. 4). Gostaria de ressaltar isso aqui pra você, como foi esse início meu. Claro, eu teria oportunidade de ser uma contratada para a zona rural naquela época, para a zona rural mediante a minha andada na redondeza ali no bairro de cá (antes do rio Tijuco), o São José, e os adjacentes do rio pra gente observar crianças em faixa etária de escolaridade (LEIDE, 2020, p. 4).

Segundo a professora Antuza (2020), ela começou exercendo a docência de maneira informal em 1968, pois seu irmão organizou um espaço em sua propriedade para que ela lecionasse para os seus filhos e para as crianças das fazendas vizinhas, tendo em vista que não

tinha escola nas proximidades. No ano seguinte, em 1969, ela iniciou como professora contratada do município na Escola Municipal Gustavo Maia de Menezes, construída pela Prefeitura na Fazenda Estiva, de propriedade de seu irmão, onde ela já residia. Nas outras três escolas em que trabalhou, a professora Antuza (2020) disse que os contratos aconteceram da mesma forma e, como ela morava próximo às escolas, a prefeitura deu preferência pra ela, tendo em vista que, nesta época, não era disponibilizado transporte para professor.

Já em relação ao ingresso da professora Rosa (2020) na educação rural no município de Ituiutaba, ela narrou ter ocorrido em 1984, na Escola Quirino de Moraes. Ela contou que tal fato se dera por intermédio de um vereador da época, o qual era seu primo e, assim como as demais, foi contratada em regime celetista, sem processo seletivo ou concurso público.

Embora todas tivessem formação para atuarem nas séries em que ingressaram, conforme discutiremos no próximo item, verificou-se que a contratação das professoras para exercerem a função docente na zona rural acontecia informalmente, evidenciando que nem sempre os diplomas que conferiam habilitação às professoras eram suficientes ou necessários para garantir uma vaga para lecionar nas escolas do município, pois a maioria das professoras tinha que recorrer, muitas vezes, aos políticos e às autoridades, e ficar à mercê das conveniências e interesses políticos partidários.

Os relatos das professoras confirmaram que, no período estudado, era grande a falta de professores habilitados no município, até mesmo pra trabalhar na cidade. Além disso, de acordo com as pesquisas, a maioria dos professores que compunha o quadro docente do município era mulher, as quais, por diversos motivos, resistiam ao trabalho nas escolas rurais. Não fosse essa carência de professores habilitados, sobretudo na zona rural, talvez muitas delas nem mesmo com diplomas em nível superior conseguiriam vaga para trabalhar como professora no município, enquanto não se regulamentasse o ingresso por meio de concurso público.

Outro aspecto a ser considerado é que, de acordo com a Lei n.º 5692/71, havia exigência de formação mínima para atuação de professores no Ensino de 1º e 2º Graus. Entretanto, a própria lei permitia a contratação de professores, a título precário, nos termos do Parágrafo Único do Art. 77.

Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar:

a) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que hajam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos;

- b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação;
- c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior, indicados pelo mesmo Conselho (BRASIL, 1971, sem paginação).

No que concerne às motivações para o ingresso das professoras entrevistadas no magistério rural, ao serem questionadas sobre as razões de terem escolhido a profissão, foram citados, em seus relatos, conveniências e motivos diversos, tais como: admiração pelas professoras que tiveram; sonho desde a infância; trabalhar um período; convite, dentre outros. Somente professora Lena (2020) disse que não queria ser professora, queria outra profissão, mas que depois se realizou no exercício do magistério. Inicialmente, a sua vontade era de fazer Contabilidade e trabalhar em um escritório na cidade; porém, de acordo com ela, sua mãe não permitiu e, além disso, a obrigou fazer o curso de magistério:

É... eu não escolhi, me colocaram. Minha mãe que me obrigou, eu não queria fazer, minha mãe me obrigou a fazer o magistério – magistério é melhor pra mulher, mulher vai casar, você vai ter família. Você vai ter que fazer magistério”. Mas, hoje eu agradeço a minha mãe de pé junto, porque eu amei fazer o magistério e dar aula. Foi minha vida... (LENA, 2020, p.1).

O depoimento da professora Lena remete às representações construídas em torno do exercício da docência pelas professoras ao longo do tempo. De acordo com Brito Ferreira (1998), inicialmente, o ofício da docência estava relacionado a uma vocação, a uma missão, a um sacerdócio; posteriormente, com o fenômeno da feminização, deu-se ao magistério uma concepção básica ligada à função materna, baseada em aspectos como: amor, dedicação, civilidade, valores morais e paciência, características estas que só as mulheres possuíam. Entretanto, observa-se que a mulher, no magistério, trazia marcas predeterminadas que a colocava em condição de submissão. Neste aspecto, Louro (1989, p. 33) assevera que “Às mulheres estava tradicionalmente reservado o mundo doméstico e sua participação no trabalho fora de casa precisava ser justificada sem a negação do seu destino primordial”. Dessa forma, verifica-se que no depoimento de Rosa estava presente a representação do magistério como um trabalho tipicamente feminino, associado às suas habilidades afetivas e maternas, o que corrobora com as análises de Villela (2000, p. 122) sobre as representações formadas sobre a professora, quando o autor afirma que “Pouco a pouco, as práticas mais

repressivas sobre a figura da mulher-professora vão cedendo lugar à difusão de ideias que a associam ao lar, à criança e à regeneração de uma sociedade sadia”.

Todas as depoentes disseram que queriam, sim, trabalhar, ter salário; porém, uma delas, Antuza (2020), disse que queria trabalhar, mas que não era pelo salário, pois não era apegada a dinheiro. Ao concluir o curso de Magistério, inicialmente, ela foi para a fazenda do seu irmão, dar aulas para os filhos dele e para as crianças da vizinhança. No ano seguinte (1969), ela começou a dar aula na escola recentemente construída pela prefeitura na fazenda do seu irmão. Justificou tal fato dizendo que:

Porque no começo eu falei que era por causa de emprego, nunca fui invocada com dinheiro, eu formei e fui pra casa do meu irmão, lecionar pra não ganhar nada. Aí abriu-se uma escola, eu tinha 23 anos e eu fui pra fazenda, morar na fazenda. Lá não tinha escola, eu [fui] lecionar para os meninos dele. Fui ajudar, porque ele não tinha condição (ANTUZA, 2020, p. 1).

A professora Rosa (2020) disse que desde criança tinha um sonho de ser professora e se espelhou nas professoras que teve quando fez ensino primário, na fazenda do seu pai.

Ah sim, eu tinha muita admiração pelas minhas professoras, minhas primeiras professoras, Zeneida Moraes e Zilda Moraes, eu achava muito educadas, disciplinadas, bonitas Aquelas mulheres elegantes, então, tudo me chamava atenção. E elas tinham assim... muito domínio da língua portuguesa e falava muito bonito. Então, eu tive muita facilidade em língua portuguesa, devo a elas e com aquele trabalho de qualidade que elas faziam foi um incentivo pra que eu tornasse também professora rural. O rural sempre me chamou atenção assim... de tamanho que eu não tenho nem explicação! Até hoje eu tenho muita paixão pela zona rural (ROSA, 2020, p.1).

No depoimento da professora Rosa fica evidente a marca deixada pelas primeiras professoras que influenciaram na sua trajetória escolar. Ela ressalta o respeito e a admiração por elas.

Os aspectos ressaltados por Rosa, em relação às suas professoras, estão de acordo com as representações construídas ao longo do tempo sobre a profissão docente de que o magistério era uma profissão destinada à mulher; além disso, reforçam as análises de Villela (2000, p. 120) sobre o fato de que com a ampliação da rede escolar no Brasil houve a necessidade de mulheres assumirem o magistério nas escolas femininas, o que fez “que se construísse uma argumentação que atribuía às mulheres o papel de regeneradoras morais da sociedade”.

Já a professora Leide (2020), disse que ganhou uma bolsa para estudar numa escola confessional, o Colégio Santa Teresa⁸, em Ituiutaba, onde cursou o ginásial e o Curso Normal. Segundo o seu relato, nesse período de formação já desejava ser professora.

Terminei minha carreira estudantil com meus pais sempre me ajudando muito... chega a hora da decisão, mais na frente, o que que eu quero? Qual minha profissão? Minha escolha né... é um momento que Deus tinha que discerni: ou isso, ou aquilo. No meu período de formação, no magistério, já tinha essa vontade muito de ser professora, eu quero educação, eu não quero pensar em outras áreas... eu queria a educação, e vamos lá. Iniciei no Colégio Santa Tereza em 1964. Em 1964 era o primeiro ginásial, não era primeiro ano, era o ginásio e foram quatro anos de ginásio e habilite-se a normalista (LEIDE, 2020, p.1).

Ficou evidente a emoção da professora Leide ao falar do momento de fazer a escolha de sua profissão; entretanto, ela já tinha o sentimento de vocação para a profissão docente, e como ela havia feito magistério, só faria sentido escolher ser professora, conforme dito por ela, “aí veio a dúvida, o que mais que eu quero após o curso de formação de magistério? Normalista, como se falava na época. Normalista seria o que? Pra dar aula, né?” (LEIDE, 2020, p.1).

A professora Margarida (2020) era a única entre as entrevistadas que não tinha formação no Curso Normal ou Magistério de 2º Grau, ou seja, para atuar nas séries iniciais. Ela disse que queria dar aulas para trabalhar somente um período, pois na época ela trabalhava 8 horas por dia no comércio, e empregar-se em escola facilitaria sua vida.

Uai, é que eu. Quando eu comecei como professora foi em 82, mas na escola estadual, né, porque eu trabalhava no comércio e queria. Era doida pra trabalhar como professora, pra trabalhar um período, né, pensando já em casar e ficar mais fácil, né?! Aí, eu comecei na escola Lions, em 82, depois eu trabalhei lá em 84 e voltei em 87, quando depois eu fiquei desempregada um bom tempo (MARGARIDA, 2020, p. 1).

Em seu discurso, a professora Margarida também traz aspectos relacionados às representações construídas com a feminização do magistério, pois claramente ela revela que a a profissão docente seria ideal para que ela, ao casar, pudesse conciliar a docência com os afazeres domésticos e ainda exercer maternidade.

⁸ Este colégio, de acordo com Oliveira (2003, p. 5), “[...] foi fundado para atender às famílias mais abastadas de Ituiutaba, evidentemente católicas; aspecto que muito interessava à Congregação, uma vez que, desde o início do século XX, as escolas e colégios confessionais se constituíram instrumentos de revitalização da Igreja Católica no Brasil. Percebe-se, nas entrevistas, que o currículo elucidado pelo Colégio se pautava pela preocupação de formar bem as crianças nas séries iniciais do primeiro ao quarto ano primário e posteriormente as moças, futuras mães e professoras.”

Diante dos apontamentos observados, verificou-se que o ingresso das professoras na educação rural, muitas vezes, era a única opção para que conseguissem ingressar na carreira docente. Este fato fica mais evidente ainda ao observar a sua permanência na educação rural, discussão que será explorada posteriormente, pois mesmo que o ingresso na carreira fosse uma vontade de muitas professoras, a maioria delas não desejava trabalhar em escolas situadas em áreas rurais.

Além destes aspectos, há ainda as deficiências e as imposições nas formas de contratações, que aconteciam, em grande parte, por conveniências das autoridades públicas. Esse fato também contribuía para a desvalorização dos professores que atuavam nas escolas rurais, bem como para a falta de melhorias nas condições de trabalho, visto que se viam obrigados aceitar as situações às quais estavam sendo submetidos, por falta de opção. Nesse sentido, ainda que até o final da década de 1980 a maioria das escolas do município de Ituiutaba estivesse localizada na zona rural, onde também estava a maior parte das vagas, compreende-se como foi se constituindo as representações negativas em torno das escolas rurais.

As professoras que iam da cidade para trabalhar em escolas localizadas nas fazendas distantes, normalmente, eram obrigadas a morar na casa de alunos e se adaptarem no ambiente rural, o que, para elas, significava sair de uma zona estável culturalmente construída e começar a pensar uma nova realidade. Além disso, morar nas fazendas distantes significava estar longe das oportunidades de crescimento profissional, tendo em vista que não seria possível continuar os estudos na cidade, o que, para as cinco entrevistadas, era um fato muito importante.

Dessa forma, embora a preferência nas contratações fosse por professoras que moravam na zona rural, tendo em vista que até o final da década de 1980, a maioria das escolas do município de Ituiutaba estava localizada na zona rural e, conseqüentemente, havia um grande número de vagas para docentes, a exigência de habilitação determinada pela Lei n.º 5.692/71 se tornou um empecilho, pois a maioria dessas professoras, inclusive as que já exerciam a docência, era leiga.

Contudo, todos estes fatores não obstaram as contratações utilizando práticas clientelísticas, as quais continuaram coexistindo e só diminuíram após a promulgação da Constituição Federal de 1988, devido ao reconhecimento e legitimação do cumprimento do dispositivo legal de ingresso no serviço público, via concurso.

3.2 Formação Inicial e em Serviço

De acordo com Farias et. al (2011, p. 67) “a formação é um dos contextos de socialização que possibilita ao professor reconhecer-se como um profissional, constituindo-se com base nas suas relações com os saberes e com o exercício da docência”. No Brasil, desde os anos de 1970, as discussões sobre a escola e seu papel vêm se destacando; a formação do professor como requisito imprescindível à democratização e ao desenvolvimento da escola passou a ser o centro dos debates, vez que a formação do professor e sua participação nas tomadas de decisões nas políticas públicas para educação revelaram-se de suma importância nos processos pedagógicos em todos os níveis de ensino.

De acordo com Nóvoa (1992, p. 8), enquanto a década de 1970 fundou o debate sobre a formação de professores, a década de 1980 “ficou marcada pelo signo da profissionalização em serviço dos professores”. A formação inicial e a formação em serviço relacionam-se ao longo da carreira do docente. As formas de organização relacionadas à sua profissionalização, com o tempo, vão atribuindo sentido e significações que constituirão a sua identidade profissional.

Através da formação profissional, em diferentes tempos e espaços, são produzidos os saberes docentes, e assim, o professor, em sua trajetória, vai sempre construindo e reconstruindo seus conhecimentos, em um processo constante de mudança de si mesmo, conforme assevera Freire (1991, p. 88) quando diz que “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”. Para este autor, a formação permanente faz-se e se refaz constantemente na ação, tendo em vista o inacabamento do sujeito, em constante desenvolvimento de sua identidade profissional e pessoal.

Em Ituiutaba, apesar das lutas em prol da educação pública e do discurso direcionado às mudanças por meio da educação, o município até a década de 1940 permaneceu sem escolas públicas em número suficientes para atender todas as crianças em idade escolar.

Na zona rural, a situação educacional era ainda mais crítica, tendo em vista que a população do município, até o início de 1940, era predominantemente rural e, conforme já dito anteriormente, não havia escolas em número suficiente para atender à demanda. Por conseguinte, a maioria da população do município em idade escolar não podia estudar. Somente a partir da década de 1960 é que começou a expandir mais significativamente o número de escolas rurais no município, que, em quantidade, se tornou bem superior às

urbanas. Entretanto, as preocupações não se resumiam somente em criar escolas para ensinar as primeiras letras, pois, além dos problemas que caracterizavam as escolas rurais. Verificou-se que o município não tinha professores suficientes para atuarem nas escolas rurais e, por isso, muitas eram fechadas. Além disso, resolver os problemas relacionados à falta de professores e investir em educação não era prioridade por parte dos vereadores da cidade. A carência de professores na zona rural era um dos maiores entraves para a escolarização da população do município de Ituiutaba, o que pode justificar o alto índice de analfabetismo até a década de 1960 que, de acordo com Bezerra, Ribeiro e Araújo (2017, p. 192), chegava a “57%, mais expressivo que as taxas de Minas Gerais”.

Ressalte-se que a falta de professores já era um problema antigo no município, de acordo com NETO FRATARI, (2009) na Ata de uma seção de votação na Câmara de Vereadores de Ituiutaba em 1955, consta que foi apresentado um projeto, pelo vereador Antenor Tomaz Domingues, para criação de novas escolas na zona rural, ao qual o vereador Daniel de Freitas Barros se opôs dizendo que, baseado em informações prestadas pela Prefeitura Municipal, existiam 20 escolas paralisadas por falta de professores e que a criação das instituições, oneraria o município. Nesta mesma reunião o Dr. Hélio Chaves disse que a maior dificuldade seria de se conseguir professoras para lecionarem na zona rural, o que explicava tantas escolas estarem paralisadas na zona rural.

Apesar da informação de que havia 20 escolas fechadas, é importante salientar que, de acordo com os documentos pesquisados, tal fato não condiz com a realidade, tendo em vista que até o ano de 1955 existiam 15 escolas instaladas na zona rural de Ituiutaba, conforme descrito no Quadro 6, o que nos leva a crer que, como a configuração política territorial do município nesta data ainda era composta por outros cinco distritos, as 20 escolas mencionadas pelo vereador talvez não pertencessem todas ao município de Ituiutaba.

No período estudado foi constatado que a carência de professores ainda continuava sendo um problema para o desenvolvimento do sistema educacional do município, pois muitos que atuavam nas escolas rurais de Ituiutaba, entre os anos de 1970 e 1990, não tinham formação. Em sua pesquisa, Moraes relata que no município de Ituiutaba até o ano de 1961,

[...] grande parte das professoras alfabetizadoras eram professoras leigas, pois no município só havia duas escolas de formação de professores de iniciativa privada e que a maioria da população não tinha como pagar. Descobri que as professoras leigas, utilizaram, como principal recurso em suas práticas de alfabetização, vivências de seu próprio processo de alfabetização. (MORAES, 2014, p. 17).

Salienta-se que foi a partir da LDB n.º 4024/1961 que a educação profissional passou a ser equivalente ao curso Colegial Secundário para fins de continuidade de estudo, pois até então, era preciso cursar o ensino Clássico, Científico ou Normal para o ingresso no ensino superior.

Até o início da década de 1970, o processo de formação de professores ocorria através das escolas normais, nos termos da LDB n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, legislação vigente à época, a qual tratava da organização do sistema de ensino no país. No que se refere à formação de professor do ensino primário, os Art. 52 e 53 desta lei estabeleciam que:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:

- a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica;
- b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial (BRASIL, 1961, sem paginação).

Em relação às instituições que ofereciam o Curso Normal, constatou-se que o município de Ituiutaba teve cinco instituições de formação de professores para o ensino das séries iniciais.

Quadro 16: Escolas Normais de Ituiutaba.

Escola	Período funcionamento	Rede
Escola Normal Dr. Benedito Valadares - (Instituto Marden)	1935 – 1970	Particular
Escola Normal Santa Teresa	1958 – 1971	Particular
Colégio Normal do Educandário Ituiutabano ⁹ (público filantrópico)	1965 – 1972	Filantrópica
Colégio Normal do Colégio São José	1967 – 1972	Particular
Colégio Normal Municipal (a partir de 1975 EMMA)	1969 – 1999	Municipal

Fonte: Ituiutaba (1974a, sem paginação).

Ainda em relação à formação de professores, destaca-se além das instituições de educação básica, a instalação, em Ituiutaba, de duas instituições de Ensino Superior, a Faculdade de Administração de Empresas e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituiutaba, no final da década de 1960, na qual funcionavam os cursos de Pedagogia, habilitações em Magistério das Disciplinas Pedagógicas do 2º grau, Supervisão Escolar e

⁹ Escola construída pela União da Mocidade Espírita de Ituiutaba (UMEI), através contribuições da população e especialmente da comunidade espírita do município, que angariavam fundos promovendo festas e bailes para a eleição da Rainha do Arroz.

Administração Escolar; Ciências Biológicas, licenciatura plena, de História de Letras, habilitação em Português-Inglês e de Matemática.

Durante vinte anos, desde a implantação da primeira instituição, a cidade permaneceu com apenas uma escola particular que oferecia a formação de normalista. Em relação à instituição pública de formação de professor para o ensino primário, foram muitas décadas até que fosse implantada a primeira, o Colégio Municipal Normal, em 1969.

A instalação dessas instituições em Ituiutaba, sobretudo, do Colégio Normal Municipal, possibilitou a abertura de mais vagas para formação de docentes, principalmente para quem não tinha condições financeiras de pagar escola. Além disso, aumentou o número de professoras certificadas para atuar no ensino primário do município, sem, contudo, resolver, de imediato, o problema de falta de professores habilitados.

Com a reforma do ensino, na década 1970, através da Lei n.º 5.692/71, as Escolas Normais foram extintas, passando a formação de professores para as séries iniciais a se realizar nas escolas de 2º grau (curso técnico em magistério). Além disso, instituiu a obrigatoriedade da formação docente, o que, de certo modo, levou os municípios a criarem estratégias para formar seus professores, tendo em vista a exigência da formação para atuar como professor e as habilitações mínimas exigidas em cada nível de ensino, conforme descrito no artigo 30 da Lei n.º 5.692/71:

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:
a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (BRASIL, 1971, sem paginação).

De acordo com Tanuri (2000), com a Lei n.º 5.692/71, a qual estabeleceu alterações nas diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, a escola normal perdeu o status de escola e de curso e se transformou em uma das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, como a chamada Habilitação Específica para o Magistério, fazendo desaparecer os Institutos de Educação, passando a formação de especialistas e professores para o curso normal a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia. Neste aspecto, segundo Moraes (2014), ao conduzir a formação de professores para o nível superior, a LDB n.º 5.692/71 transformou o magistério, caracterizando-o somente em mais uma das habilitações do ensino

de segundo grau, ocasionando uma procura maior pela formação docente em nível de ensino superior.

Dessa forma, em todo o país, de acordo com a alínea C, do artigo 30, da Lei n.º 5.692/71, a formação do professor primário foi elevada ao nível superior de ensino, de modo que a formação deveria ocorrer nos cursos de Licenciatura Plena, o que representou um salto em relação à qualidade do trabalho do professor, entretanto não deixou de ser contraditório, pois, como “justificar um maior número de anos de formação, tendo em vista as condições de exercício do magistério, geralmente difíceis, com uma remuneração humilhante” (WEREBE, 1996, p. 196).

A falta de professores habilitados continuou sendo um problema em todo país. De acordo com a análise dos dados divulgados da SEE/MEC, referentes ao ensino de 1º grau em 1983, verificou-se que:

num total de 884.257 professores de 1º grau, 206.837 trabalham em zona rural; dos 748.927 professores do sexo feminino, 174.692 atuam em zona rural; num total de 884.257 professores de 1º grau, 226.247 são leigos (considerados leigos os professores com escolaridade até 2º grau incompleto na habilitação em magistério e 2º grau completo em outra habilitação); dos 151.148 que atuam em zona rural, 113.469 possuem 1º grau incompleto, sendo 94.049 em zona rural (SEE/MEC, 198, p. 19).

Em Ituiutaba esta realidade também foi constatada, sobretudo nas escolas rurais, onde a maioria das professoras em atuação, era leiga. Além disso, o problema da falta de professores na zona rural não se restringia somente à falta de habilitação. Havia resistência, principalmente, das professoras, em trabalhar na zona rural, por razões diversas, como, por exemplo, a dificuldade para chegar até a escola e deixar filhos, casa, marido, dentre outros.

Na maioria das regiões, por muito tempo, as escolas normais regionais eram a única opção para formar e habilitar professores que atuariam no ensino primário. Ademais, as faculdades de filosofia eram particulares e eram pouquíssimas, sobretudo nas cidades do interior do país. Assim, o Curso Normal quase sempre era a última etapa na qualificação profissional das professoras da época. No município de Ituiutaba, embora este tivesse perfil exclusivamente agrícola até o início dos anos de 1970, nunca houve instalada uma Escola Normal Rural. As políticas educacionais eram voltadas para o ensino tradicionalmente urbano, e como se observou ao analisar a formação inicial das cinco professoras entrevistadas, nenhuma delas tinha formação específica para o ensino rural.

Por outro lado, em relação à formação, todas as entrevistadas possuíam a formação inicial de professora estabelecida em lei para o nível em que lecionavam. Verificou-se, conforme exposto no Quadro 17, que, ao iniciar a carreira docente, das cinco professoras entrevistadas, duas tinham concluído Licenciatura, uma Licenciatura em Letras e a outra em Pedagogia, enquanto as demais possuíam diploma de normalistas.

Quadro 17: Formação inicial das professoras no magistério rural.

Professora	Início	Formação
Antuza	1969	Normalista
Rosa	1971	Normalista
Leide	1971	Normalista
Lena	1977	Magistério
Margarida	1989	Licenciatura Plena em Letras e Curso Técnico em Contabilidade

Fonte: Elaborado pela autora a partir das narrativas das professoras, 2020.

Ao serem questionadas se a formação inicial que elas possuíam no início da carreira ajudou no trabalho docente, foram unânimes em responder que foi importante. A professora Leide (2020) disse que ajudou

Muito! Porque a didática é o importante hoje. Dona Mirza – querida Dona Mirza Cury, tá aí... Graças a Deus, com vida até hoje – excelente professora! Ela, exigia aquela bagagem gostosa e tinha que passar aquele ensinamento pra outros, pra terceiros... e esses terceiros era o que?! Crianças, né?! Crianças as quais dediquei minha vida muito e muitos anos com crianças até chegar no patamar de supervisão (LEIDE, 2020, p. 3).

Além deste aspecto, na fala da professora Leide é possível verificar características relacionadas ao ensino que ela recebeu durante o período em que cursou o ginásio e curso normal no colégio confessional Santa Tereza de Ituiutaba. Sua fala é carregada de uma herança cultural inspirada nos moldes do cristianismo, os quais instituíam formas de comportamentos e virtudes que as mulheres deveriam possuir, passando, inclusive, a servirem de pré-requisito para que elas exercessem a docência, como, por exemplo: a moral, zelo, prática de princípios religiosos e muita abnegação. Princípios estes explícitos na fala da professora Leide. Verifica-se ainda, que este padrão de comportamentos e atitudes, observados no passado, também influenciou na escolha da profissão docente, tendo em vista que ela mesma entende, serem essenciais para exercer o magistério.

De acordo com Brito Ferreira (1998), o impulso à modernização da sociedade brasileira, ocorrida nos anos de 1970, fez aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho, contudo, a profissão docente na educação básica, mesmo sendo exercida quase

que na sua totalidade por mulheres, a maioria delas não possuía formação técnica (magistério de 2º grau e/ou curso superior).

No município de Ituiutaba, embora não tenha sido possível levantar a quantidade de professores habilitados no município no período estudado, foi possível observar nos relatórios realizados pela Secretaria Municipal de Educação que até a metade da década de 1980, com exceção dos professores da Escola Machado de Assis, todos os docentes da rede municipal de Ituiutaba trabalhavam nas escolas rurais do município. De acordo com as entrevistas e pesquisas em documentos, foi constatado que havia um grande número de professores leigos, o que levou a prefeitura a realizar, constantemente, cursos de aperfeiçoamento, com o intuito de amenizar os problemas em relação ao ensino-aprendizagem.

A formação inicial de muitos docentes nem sempre era suficiente para que tivessem um bom desempenho ao ministrar suas aulas. Portanto, os cursos de aperfeiçoamento contribuíam para melhorar as práticas em sala, principalmente no caso dos professores leigos. Neste aspecto, ao serem questionadas sobre as dificuldades ou não no início da carreira, as professoras fizeram relatos parecidos.

A professora Rosa (2020) disse que começou a trabalhar como professora na zona rural do município de Gurinhatã, tendo apenas o quarto ano primário; porém, não enfrentou muitas dificuldades, devido às oportunidades de aperfeiçoamento que teve no decorrer do trabalho. Quando iniciou seu trabalho em Ituiutaba, Rosa já era normalista e de acordo com ela, eram realizados cursos de aperfeiçoamento, normalmente no mês de janeiro, antes do início das aulas. Ela não soube falar, ao certo, quantos dias duravam esses cursos. De acordo com o seu relato, os professores que ministravam o curso eram formados e faziam parte do corpo docente da Faculdade de Filosofia e Letras de Ituiutaba. A professora relatou ainda que, como os cursos eram somente de aperfeiçoamento, não tinha necessidade de realização de estágios; porém, elas tinham que fazer avaliações e dar aulas para as colegas e professores que ministravam o curso.

[...] Então, nós dávamos aulas para as colegas presentes e para os professores que davam o curso. As vezes a gente ficava muito inibida, porque os professores da faculdade que hoje é a UEMG, eles também eram iniciantes, né, eles também eram novos na faculdade. Então, não era fácil. As vezes aquilo que você sabia na hora dava um branco, você deixava de saber, nós éramos testados e testados, o nosso saber, a nossa capacidade de ser, de ensinar, de ministrar, nós éramos realmente muito cobrados! A gente fala UEMG porque acostumou, né? (ROSA, 2020, p. 4).

A professora Rosa (2020) relatou também que suas vivências no cotidiano contribuíram para suas práticas na sala de aula e que muitas dificuldades foram amenizadas devido às suas experiências.

Em 1990, em Ituiutaba, foram instituídos os cargos dos especialistas no município, em conformidade com as orientações da Lei n.º 5.692/71 e, com isso, as professoras das escolas rurais passaram a receber um pouco mais de suporte e orientações pedagógicas. De acordo com os relatórios realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba, o poder público local fazia visitas periódicas às escolas rurais, por meio do supervisor, além de organizar cursos de aperfeiçoamento para os professores em atuação, buscando conformidade com o disposto na aludida lei, de acordo com as orientações nacionais. Porém, é importante destacar que, mesmo havendo critérios estabelecidos para a admissão, às vezes ainda era necessário a contratação de professoras leigas, tendo em vista que o número de pessoas habilitadas não supria todas as vagas ociosas no magistério rural. De acordo com as professoras, havia reunião mensalmente

Então, acontecia como as nossas reuniões? Eram mensais, pegava esse pessoal leigo, tinham muitos leigos que não era que nem nós de formação, mas já capacitados... já faleceram alguns, é claro a gente conhece muitas pessoas e tal, na minha época, porém as reuniões da Secretaria de Educação aconteciam mensalmente na Câmara Municipal. Então eles vinham pra cidade naquele dia, na reunião pedagógica mensalmente. Aquela bagagem, com os supervisores contratados da secretaria pra prestar o trabalho de apoio pedagógico as escolas municipais, já tinham já os técnicos profissionais que iam até nós, e nós íamos na cidade uma vez por mês. A escola por ser próxima a Ituiutaba, as visitas eram realmente muito frequentes, supervisor, orientador educacional, eles visitavam a escola lá na zona rural. Por ser ali uma zona rural, a Tancredo de Paula Almeida, as vezes você nem sabia que tava chegando visita e a perua parava. É muito importante ter, assim, aquela responsabilidade () (LEIDE, 2020, p. 4).

A professora Lena (2020) começou seu trabalho na zona rural, lecionando nas séries iniciais. Segundo ela, sua formação inicial em magistério ajudou no seu trabalho na zona rural, porque ela aprendeu o que havia estudado; porém, disse que, para trabalhar zona rural, deveria haver algum tipo de preparação específica para a educação rural, um estágio, por exemplo:

Eu acho que eu deveria ter feito um estágio... É, pelo menos ir lá e assistir uma aula, como que era... porque não tinha nada, nada. A gente ia. Eu fui, por exemplo, com uma mão na frente. Eu fui, por exemplo, eu nunca tinha ido nem na zona rural. E eu comecei a dar aula nas quatro séries juntas, né. Mas deu certo (LENA, 2020, p. 2).

A formação inicial da professora Antuza (2020) era de normalista. Ao ser questionada se sua formação no Curso Normal ajudou no início de sua carreira e, especificamente, no trabalho na escola rural, ela disse:

Uai, claro! Quem forma fica sabido!
 [...] É a mesma coisa! Zona rural com a zona da cidade é do mesmo jeitinho, só é que a sala é mista, né. Você leva. A gente levava a matéria, punha uns dali quatro, cinco alunos em uma matéria (ANTUZA, 2020, p. 2).

A professora Margarida (2020) foi a única que não trabalhou nas séries iniciais, pois, como tinha formação em Letras, iniciou seu trabalho na zona rural na Escola Municipal Quirino de Moraes, no período noturno, para ministrar aulas das disciplinas de Português e Inglês na 5ª Série. A escola só tinha uma sala e os alunos eram de diferentes idades, cursando a mesma série. Quando questionada se sua formação inicial ajudou no seu trabalho na zona rural, ela disse que

Auxiliou muito, mas eu tive que pedir muita ajuda, né... porque lá na fazenda, as primeiras turmas eram jovens e madurezas também. Tinha muito adultos também, professores que tinham só quarta série primária e nós começamos lá com a quinta série só. Eram duas escolas: na Mateirinha e na João Ribeiro. [...] muitos alunos lá faziam mais de 15 anos que não frequentava aula (MARGARIDA, 2020, p. 4).

Ainda sobre a formação inicial, a professora Margarida (2020) disse que o que ajudou muito na sala de aula foi o fato de os alunos da fazenda serem mais simples e, além disso, ela tinha boa experiência, devido às substituições que ela tinha feito nas escolas da cidade, antes de começar na escola rural. Ela relatou ainda que quase todo semestre eram oferecidos treinamentos pela Secretaria Municipal de Educação e que, além disso, as supervisoras estavam sempre atentas ao trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Conforme a professora Leide (2020) explica, durante o período que trabalhou, fez cursos de aperfeiçoamentos e participou de reuniões pedagógicas mensais.

Nas nossas reuniões pedagógicas mensais tinham todos os recursos pra gente estar colhendo aquele material para que pudéssemos desenvolver dentro da didática bem. A formação, os planejamentos adequados a série, com tudo certinho... Capacitação mesmo! [...] Nós estávamos ali envolvidas aquilo pra não deixar a desejar, né? E foi um período muito bom, nessa época, porque a gente via progresso. Tanto é que quando terminava a quarta série, vinha pro estadual... o Israel Pinheiro era referência em Ituiutaba na época, né. Então, quem morava do lado de lá... é uma escola boa até hoje, mas naquela época era muito mais! Tinha um nome: Escola Israel Pinheiro que a

meninada vinha tudo pra li. E a gente tinha aquele intercambio professor e, logo, amizade profissionais, diretor, supervisora da escola estadual, recebendo alunos da escola rural. Fala escola municipal, né?! É escola rural! Então, vinham com condições de iniciar a primeira série ginasial com muita propriedade, sabe?! E hoje estão aí, são vários alunos que já passaram pela escola rural no meu período (LEIDE, 2020, p. 7).

A professora Lena (2020) não se lembrava de ter feito nenhum curso de aperfeiçoamento ou treinamento, com exceção de reuniões. A professora Antuza (2020, p. 10) ao ser questionada sobre a realização de cursos de aperfeiçoamento disse que “Não tinha como! Não tinha como, a gente não tinha tempo, né, tava na fazenda.” Em seguida ela buscou na memória e disse “parece que eu tô lembrando que teve, porque eu tinha até um diploma, de um cursinho assim. de dois, três dias, teve! Teve sim! Lembrei.” (ANTUZA, 2020, p. 10).

Os relatórios pesquisados no período entre os anos de 1984 a 1992 da Secretaria Municipal de Educação contêm informações sobre o desempenho dos professores, bem como sobre os cursos de aperfeiçoamentos, treinamentos, reuniões e visitas realizadas pela equipe pedagógica nas escolas rurais do município; porém, as ações citadas nos relatórios são bastante sucintas, o que dificultou uma análise mais profunda. Não obstante, foi possível observar que os depoimentos das professoras entrevistadas condizem com as informações trazidas nos relatórios em relação às ações desenvolvidas na pela Secretaria Municipal de Educação. De acordo com os relatórios, a equipe de especialistas realizava anualmente várias atividades de aperfeiçoamento para os professores das escolas rurais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 18: Atividades realizadas durante o ano na área pedagógica.

Distribuição de escolas rurais à equipe de especialistas, conforme localização das escolas.
Realização de treinamentos e aperfeiçoamentos, antes do ano letivo, para os professores da zona rural e urbana, ministrados separadamente, os quais eram realizados quase sempre na última semana de janeiro e primeira semana de fevereiro.
Curso de treinamento sobre conteúdos de 1ª a 4ª série do 1º Grau, para professores da zona rural.
Curso de treinamento sobre alfabetização para todos os professores da zona rural.
Curso de aperfeiçoamento e reciclagem para professores de Matemática para o conteúdo de Medidas Agrárias.
Treinamento individual com professores novatos, nos meses de janeiro e julho.
Atendimento pelas supervisoras, realizados in loco, nas escolas rurais com maior grau de dificuldades, em conjunto com professor, alunos e pais, buscando sanar as dificuldades.
Realização de planejamentos e cursos específicos em regime de extensão pela Assessora Técnica de Educação, com fornecimento de material didático e indenizações com passagens e transportes.
Planejamento didático pedagógico nas escolas rurais e na E. M. Agrícola de Ituiutaba.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de Ituiutaba (1984 -1990).

No relatório do ano de 1987, consta que a Secretaria Municipal de Educação fez uma avaliação sobre o trabalho dos professores rurais entre os anos de 1983 e 1986. Segundo o relatório, “o nível dos professores era muito baixo”, o que levou a secretaria a treinar intensivamente estes professores, com intuito de melhorar a qualidade do ensino e restabelecer o crédito das escolas municipais que era nulo na avaliação da Secretaria. Em 1987, a secretaria avaliou que o nível dos professores havia melhorado, e que em 1987, encontrava-se satisfatório. Ainda de acordo com o relatório, o número de professores leigos no município era bem menor que o existente em 1983, pois estavam sendo habilitados pelo Logos II ainda em 1987. (ITUIUTABA, 1984 – 1990).

Salienta-se que, de acordo com os documentos pesquisados, havia um grande número de professores leigos atuando, sobretudo nas escolas rurais. Por isso, o município aderiu ao Projeto LOGOS II¹⁰, um programa que, em regime emergencial, habilitava em nível de segundo grau e magistério os professores não habilitados que estavam atuando em sala de aula, nas quatro primeiras séries do ensino de 1º Grau. Como o Projeto Logos II funcionava aos finais de semana, na cidade de Santa Vitória – MG, para que os professores pudessem frequentar as aulas sem prejuízo de suas funções, a prefeitura de Ituiutaba fornecia transporte para levá-los para o curso, em Santa Vitória (ITUIUTABA, 1984 - 1990, sem paginação).

De acordo com o relatório, o Logos II foi uma forma encontrada pelo município de formar professores para atuarem nas séries iniciais do município, tendo em vista a expressiva quantidade de professores leigos em atuação. Entretanto, nenhuma das entrevistadas fizeram o curso.

Figura 12: Logos II.

3.4- TRANSPORTE PARA PROFESSOR MUNICIPAL
 3.4.1- VIAGENS À SANTA VITÓRIA PARA HABILITAÇÃO DE PROFESSORES LEIGOS, O CAMINHO MAIS VIÁVEL, QUE ENCONTRAMOS, PARA HABILITAR PROFESSORES LEIGOS, FOI ATRAVÉS DO SISTEMA SUPLETIVO, VIA PROJETO LOGOS II, QUE PERMITE O ATENDIMENTO AOS PROFESSORES EM EXERCÍCIO, SEM PREJUÍZO DE SUAS FUNÇÕES, ENCAMINHANDO-OS NO ÚLTIMO SÁBADO DE CADA MÊS À CIDADE DE SANTA VITÓRIA;

Fonte: Ituiutaba (1984 - 1990, sem paginação).

Ao analisar a formação inicial das professoras, observou-se que somente uma delas tinha Curso Superior no início da carreira, três delas eram normalistas e uma tinha o Curso de

¹⁰ O Projeto Logos II iniciou em 1982 para ministrar curso em nível de magistério, para professores de 1ª e 4ª séries do Ensino Fundamental, que atuavam em sala de aula sem ter formação (professores leigos) (ITUIUTABA, 1984 – 1990).

Magistério de 2º Grau. Conforme já informado, nunca houve, no município, nenhuma escola normal rural. Além disso, o ensino nas escolas rurais do município seguia o mesmo currículo das escolas urbanas, embora o Regimento das Escolas Municipais Rurais de Ituiutaba dispusesse nos incisos I; II; III e VII do artigo 4º, que a escola rural deveria atender as peculiaridades do meio rural, de acordo com o depoimento das professoras, isso não ocorria. Segundo o Regimento, a escola rural deveria:

I - Integrar o educando ao meio, a fim de atender as peculiaridades locais e regionais. II - Atender a população escolarizável com o objetivo de fixá-la em seu meio ambiente. III - Proporcionar ao educando condições de valorizar a terra como fonte de sobrevivência humana. VII - Valorizar o trabalho manual, bem como as novas técnicas no campo e na pecuária (ITUIUTABA, 1978, p. 2).

Não foram encontrados registros de cursos ou treinamentos que atendessem às especificidades da escola rural. Das cinco professoras entrevistadas, duas delas disseram ter tido dificuldades quando iniciaram, devido à falta de treinamento voltados para escola rural. A professora Lena (2020) mencionou que teria sido mais fácil se ela tivesse realizado pelo menos um estágio, antes do início das aulas. Sobre este aspecto, a professora Rosa (2020) fez o seguinte desabafo:

Nós tínhamos que ser capazes de lá no curso junto com os professores ser um professor, e quando chegar na zona rural multiplicar esse professor ser dois... trabalhar a realidade da cidade, do que aprendíamos no aperfeiçoamento e depois enfrentar a realidade na zona rural. (ROSA, 2020, p. 5).

Observou-se que o Regimento das Escolas Municipais Rurais de Ituiutaba estava em consonância com a Lei n.º 5.692/71. Entretanto, de maneira geral, de acordo com as entrevistas e os documentos pesquisados, a falta de formação específica para a educação rural não representava um problema, pois não se considerava, dentro da perspectiva do ensino aprendizagem, diferenças entre a escola urbana e a rural.

Em relação à formação continuada, embora não tenha sido possível a obtenção de informações detalhadas dos cursos, ao comparar os registros nos documentos da Secretaria Municipal de Educação com os depoimentos das professoras, foi possível constatar que as ações propostas pela Secretaria em busca do aperfeiçoamento dos docentes representaram ferramentas importantes de auxílio em suas práticas na sala de aula. Entretanto, não havia, no município, um plano de educação que se alinhasse aos parâmetros do contexto rural.

3.3 Condições de Trabalho

Neste tópico, serão discutidos aspectos sobre as condições de trabalho das professoras entrevistadas das escolas rurais entre os anos 1970 e 1990, buscando compreender as características e as condições de funcionamento dessas escolas no que diz respeito à estrutura física, aos materiais de didático-pedagógicos, bem como aos meios de transporte utilizados pelas professoras.

3.3.1 Estrutura física dos prédios escolares e materiais didáticos

Os professores das escolas primárias localizadas na zona rural sofreram, durante décadas, com diversos problemas, como, por exemplo, falta de transporte e de material didático-pedagógico, estruturas físicas das escolas improvisadas e inadequadas, localização em difícil acesso, falta de mobiliário escolar, inexistência de transporte para professores e alunos, dentre outros. Com o passar dos anos, as condições das escolas urbanas foram melhorando. Entretanto, as escolas isoladas das áreas rurais continuaram enfrentando dificuldades, posto que às vezes eram construídas pelos próprios moradores, sem o apoio do poder público do município, o que fez com que muitas vezes se constituísse em torno dessas escolas representações depreciativas.

Conforme dito anteriormente, no município de Ituiutaba havia 72 escolas espalhadas pela zona rural. O Quadro 19 apresenta apenas as escolas onde as professoras entrevistadas trabalharam.

Quadro 19: Escolas rurais onde as professoras trabalharam.

Professora	Nome Escola	Localização	Período trabalhado
Antuza	E. M. Prefeito Jaime Membeg	Fazenda Ribeirão dos Baús	1968 a 1976
	E. M. Joaquim José Domingues	Fazenda Santa Rita	
	E. M. Tancredo de Paula Almeida	Ponto do Rio Tijuco	
	E. M. Manoel Afonso Cancelli	Ribeirão da Santa Rita	
Leide	E. M. Tancredo de Paula Almeida	Ponto do Rio Tijuco	1971 a 1974
Lena	E. M. Ari Barroso	Fazenda Córrego do Coelho	1982 a 1983
	E. M. Adelino de Oliveira Carvalho	Fazenda Monjolinho	1984 a 1986
Margarida	E. M. Quirino de Morais	Fazenda Mateirinha	1989 a 2005
	E. M. João Ribeiro da Silva	Fazenda Vale do Ingazeiro	1989
Rosa	E. M. Quirino de Morais	Fazenda Mateirinha	1981 a 1984

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de depoimentos das professoras.

Conforme já dito, a responsabilidade pelas escolas rurais era dos municípios. Dessa forma, o Estado não arcava com os custos de construção de prédios escolares rurais. Portanto, muitas vezes a construção ficava a cargo das comunidades rurais, ou de algum fazendeiro que doava ou cedia espaço, na própria fazenda, para construção das escolas. Por isso, não raro, os grupos escolares acabavam recebendo o nome daquele que normalmente contribuía ou se preocupava com a causa da instrução pública ou de alguma personalidade importante, seja do meio político ou do meio artístico por exemplo.

A tradição de homenagear pessoas com o nome de escolas, já era comum desde a instituição dos grupos escolares no país. Souza (1998, p. 134) declara que “instituíam-se, dessa forma, a figura do ‘patrono’, personalidade a ser enaltecida e cultuada por professores, alunos e a sociedade, especialmente em datas de comemoração do aniversário da escola”. Ainda de acordo com a autora,

A escola primária, dever do Estado e direito do cidadão, transforma-se em uma dádiva; não é apresentada à população como decorrência de uma política social, mas como resultado do concurso de um ‘honrável cidadão’. Como tais homens pertenciam à oligarquia econômica e política ficava reafirmada a legitimada a figura do patrono e da República (SOUZA, 1998, p. 134).

Contudo, a inscrição ‘Grupo Escolar’ nos edifícios identificava a instituição; porém, a denominação atribuída ao patrono revelava um tributo à sua memória, diferentemente de muitos dos patronos das escolas rurais de Ituiutaba.

Em relação ao espaço físico e aos materiais didáticos, conforme mencionado pelas professoras entrevistadas, estes variavam de escola para escola, havia aquelas que tinham melhores estruturas e outras em condições mais precárias. Ao serem questionadas sobre as condições físicas e materiais das escolas em que lecionaram, com exceção da professora Antuza, as demais relataram que não faltavam materiais para o desenvolvimento das aulas. As cinco disseram que as escolas em que trabalharam possuíam carteiras escolares para os alunos e que, para uso do professor, havia somente o giz e o quadro negro.

A professora Lena (2020), por exemplo, disse que recebia da Secretaria de Educação o programa que teria que seguir, bem como os livros para pesquisa e preparação das aulas. De acordo com a professora, esses livros eram sua única fonte de pesquisa, “passava o que era pra ser trabalhado... tudo através dos livros” (LENA, 2020, p. 30). Questionada sobre a suficiência dos recursos didáticos, ela disse que tinha o básico e que a prefeitura fazia o que

podia, dentro das possibilidades da época. Disse ainda que sempre que precisava, era atendida.

Já as professoras Margarida e Rosa relataram que na Escola Quirino de Moraes recebiam apostilas da Secretaria Municipal de Educação para auxiliar no trabalho docente. A professora Margarida disse que,

[...] naquela época a gente não tinha o livro didático, nós tínhamos que nos virar, né, mas a prefeitura sempre dava apoio... apostilas, a gente formava apostilas é... tinha anual, tinha os pontos dos professores na Secretaria de Educação pra gente tá trabalhando, mas material mesmo a gente tinha que se virar pra... pra produzir, elaboração de aula, de provas, elaboração de aulas e era assim... (MARGARIDA, 2020, p. 7).

Diferentemente da professora Margarida, a professora Rosa disse que não recebia livros ou apostilas da prefeitura. De acordo com a professora, o que ela tinha era o caderno, no qual ela fazia suas anotações nos cursos que eram oferecidos, “era oralmente e por escrito, a gente fazia aquele apanhado por escrito” (ROSA, 2020, p. 5). Ela relatou ainda que comprava os livros de acordo com o que tinha sido cobrado nos cursos que a prefeitura ministrava.

A professora Leide mencionou que na escola Tancredo de Paula Almeida não faltava nada e que a Secretaria Municipal de Educação dava toda assistência necessária. Segundo seu relato, na escola

Tinha tudo! Tinha um armário, aos poucos foi conseguindo armário de aço, as chaves ficava comigo, o maior zelo. Essa senhora lá zelava... não existia, assim "Ah! Roubou, sumiu...". Não! O armário era um só pra duas colegas. As professoras Era tudo organizadinho minha parte e a parte da Rosa que era minha colega... [...] A Secretaria sempre foi muito assim... assídua a entrega de material, você tinha recursos pedagógicos pra você trabalhar. Falar: “ah, não tem nada lá só tem lápis e o giz”. Não! Tinha tudo, porque mantinha. (LEIDE, 2020, p. 11-12).

Ouvindo a professora foi possível notar certo entusiasmo e gratidão em sua fala em relação à assistência recebida da Secretaria. Entretanto, em outros aspectos, como, por exemplo, a estrutura física da escola e os meios de transporte por ela utilizados, ficou evidente a omissão do poder público municipal, conforme será abordado mais à frente.

A professora Antuza (2020) disse que, dentre as escolas em que trabalhou, somente a escola Tancredo de Paula Almeida oferecia melhores condições em relação ao material didático e certa assistência do Município. “Ali na beira do rio era outra coisa, mais perto da

cidade né. A gente já tinha caderno...” (ANTUZA, 2020. p. 7) o que confirma a fala da professora Leide sobre este aspecto. Entretanto, nas outras três escolas ela relatou que a prefeitura não disponibilizava nenhum material didático, nem pra ela, nem para os alunos, “nessa época nunca recebi nenhum livro da prefeitura, a coleção que eu tinha foi eu que comprei.” (ANTUZA, 2020. p. 20). Ela disse, ainda, que além da própria sabedoria, a coleção de livros ‘Biblioteca Dinâmica do Ensino Moderno’ (Figura 13), editora Dinâmica, era sua única fonte de pesquisa para o planejamento de suas aulas e que ela guarda até hoje.

Figura 13: Coleção usada pela professora Antuza.



Fonte: Acervo particular: professora Antuza (2020).

Ao analisar a fala das professoras percebe-se que as escolas, em geral, eram carentes e funcionavam com o mínimo necessário. Além disso, havia escola cuja estrutura física era tão diferente que não tinha condições nem mesmo de receber móveis e utensílios para melhorar as salas de aula. As salas eram mantidas com o mínimo necessário, a maior parte delas não tinha decoração, não havia um ambiente alfabetizador para crianças. Além disso, faltavam livros didáticos, cartilhas, jogos pedagógicos e outros materiais os quais poderiam tornar mais eficientes e diversificados o fazer docente.

Outros aspectos também devem ser considerados, pois ficou evidente o acúmulo de tarefas das professoras, que, além da função de docente, muitas vezes tinham que assumir outras tarefas, como, por exemplo, de faxineiro, diretor, cozinheiro e secretário. Percebe-se, também, que havia um isolamento, não só das escolas, mas também das professoras rurais,

pois a maioria trabalhava sozinha, praticamente sem contato com outros professores, supervisores e orientadores educacionais.

Todavia, essa realidade não era exclusiva das escolas rurais de Ituiutaba. De acordo com o INEP (2007), constatou-se a mesma realidade nas escolas localizadas em áreas rurais de várias partes do país. Uma das constatações foi sobre a atividade docente, uma vez que, além do trabalho em salas multisseriadas, “os professores acumulam outras tarefas administrativas voltadas para a manutenção da unidade escolar, chegando, na maioria das vezes, a ter que conciliar as atividades de limpeza com o preparo da merenda escolar” (INEP, 2007, 25).

Assis também revelou essa realidade no município de Uberlândia-MG. De acordo com a autora,

[...] a falta de espaços, a unidocência e a multiplicidade de tarefas no cotidiano da escola eram apresentadas na fala das professoras de Uberlândia como desafios cansativos, mas compensados pela condição de solidariedade construída entre a escola rural e a comunidade. (ASSIS, 2018, p. 136)

Conforme demonstrado nos depoimentos das entrevistadas, a jornada diária das professoras era intensa, percorriam longas distâncias e ao chegar à escola ainda tinham que organizar sala, limpar o ambiente. Ao serem questionadas sobre o lanche, se na escola tinha ou quem o preparava, duas professoras disseram que elas mesmas tinham que fazê-lo, o que aumentava ainda mais as suas jornadas de trabalho, pois serviam o lanche e, em seguida, lavavam todos os utensílios utilizados. A professora Lena, por exemplo, disse:

A gente que fazia o lanche... A prefeitura mandava o material do lanche. [...] Eu fazia Mingau, sopa, é... as vezes tinha canjica também. Assim as coisas, assim.... mais... E eu lembro que recreio era grande, a gente fazia o lanche, né. [...] Eu tinha que chegar mais cedo pra fazer a limpeza da escola e organizar a sala, era a gente que fazia tudo (LENA, 2020, p. 5).

Questionada se não era cansativo pra ela fazer tudo e ainda fazer o lanche, ela respondeu com voz emocionada:

Não... Era tão gostoso, era maravilhoso, eu fazia tudo né... Eu andava quatro quilômetros todos os dias pra chegar na escola, ia a pé. Porque eu morava lá Monjolinho... Mas era super divertido, parece que lá nós formamos uma família mesmo sabe, porque parece que lá na outra escola, como eu vinha embora pra casa todos os dias, parece que era mais vago o relacionamento

com os alunos, mas lá no Monjolinho não, lá foi um experiência incrível (LENA, 2020, p. 6).

As experiências relatadas sobre as condições de trabalho na escola rural são diversas pois, ao contrário da professora Lena, a professora Antuza disse que na escola Joaquim José Domingues (localizada na Fazenda Santa Rita), onde trabalhou mais tempo e também no período mais difícil, “Uma vez eu tava muito doente, porque eu tive muito problema de aborto [...] Lá em Santa Rita foi o mais difícil...” (ANTUZA, 2020, p. 11). Das quatro escolas, foi somente na Joaquim José Domingues que ela era responsável pelo lanche.

[...] na Santa Rita eu era a merendeira. Eu mesmo fazia a merenda, tinha a hora da merenda... E lá... Que foi muito difícil! Porque eles mandavam farinha de trigo pra fazer bolo, não tinha forninho... e eu ficava até tardão assando... assando bolo na panela de ferro no terreiro com a tampa de brasa por cima. E a lua vai embora... a lua indo embora e eu lá assando bolo... [...] E um dia eu pus a merenda, eu pus a merenda... a coisa de merenda, o caldeirão de merenda pra esfriar no reguinho e veio um pintinho já grande e tchum dentro da merenda! Morreu o pintinho, morreu o franguinho e a merenda foi jogada fora! Foi difícil. Eu fiz a merenda lá o tempo todo. Nós ficamos [19]73, 74, 75, 76... metade do ano, meio do ano de 76 nós viemos pra cá (ANTUZA, 2020, p. 11).

Dos ingredientes usados para fazer o lanche, a professora relatou que a prefeitura mandava somente a farinha, “Ah, o bicarbonato era meu... [...]. Os ovos também e o leite também! Só a farinha de trigo! (ANTUZA, 2020, p. 11).

Em relação à estrutura física das escolas onde as professoras entrevistadas trabalharam, constatou-se que eram realmente carentes. Através da análise das fichas técnicas de cada escola foi possível acrescentar às narrativas das professoras algumas informações sobre as suas precárias condições e deficiente estrutura física. Nesse sentido, sobre a estrutura física das quatro escolas onde Antuza (2020) trabalhou, os dados constantes nas fichas técnicas informam, conforme o que foi relatado por essa professora: que as duas escolas tinham modelo padrão mencionado anteriormente, com estrutura física básica, prédio próprio, paredes de alvenaria, piso cimentado, abastecimento de água por cisterna, fossa séptica, sem instalação elétrica; uma contava com área de 102m² e a outra com 103m² de construção (ITUIUTABA, 1941 – 1972, sem paginação).

Já a Escola Municipal Manoel Afonso Cancelli era a que tinha o prédio mais rudimentar, “mas era um prédio bem pititinho, pouco o dobro... o triplo dessa sala, custava dar o triplo, viu? Era que o povo fez de pau a pique ” (ANTUZA, 2020, p. 10). De acordo com a pesquisa, na ficha técnica da escola Manoel Afonso Cancelli, além das paredes de pau

a pique, o piso era de terra batida, ou seja, não ladrilhado, tinha pouca ventilação e iluminação, tinha fossa rudimentar, a cobertura era de coqueiro, e área de apenas 10m² (ITUIUTABA, 1941 – 1972, sem paginação). Na Figura 14 a seguir é possível constatar as informações relatadas pela professora,

Figura 14: Escola Municipal Manoel Afonso Cancellia



Fonte: Acervo Particular: professora Antuza (Ituiutaba, 1973).

Por último, a Escola Municipal Tancredo de Paula Almeida, embora fosse instalada em uma casa de alvenaria, piso ladrilhado, não contava com prédio próprio e funcionava em um dos cômodos de uma residência familiar. Conforme Antuza:

Eu acho que a escola era na casa do morador! Morava lá... Porque eu não tô vendo... eu olhando agora não tô vendo a escola, tô olhando a casa. Eu lembro que a gente escutava assunto. Lembrei agora! Lembrei, era na casa, na própria casa. (ANTUZA, 2020, p. 20).

Foi também nesta escola, Tancredo de Paula Almeida, que a professora Leide iniciou sua carreira docente. Em seu depoimento, ela confirmou o que a professora Antuza havia dito sobre a escola ser instalada na residência de uma família,

[...] lá na fazenda, nessa casa que funcionava a escola, tinha morador a sala ali, a cozinha a casa, a casa é tudo uma casa só, porém essa é a sala de entrada com a porta de entrada do lado da frente, aí ouvíamos toda conversa de lá, refogar arroz, comida... ouvia tudo, mas procuravam manter em silêncio pra não atrapalhar o andamento da aprendizagem aqui na sala de aula. Foi um período muito bom (LEIDE, 2020, p. 5).

A estrutura da escola Tancredo descrita pela professora Leide (2020) corrobora com Brandão (1983, p. 142), ao referir-se às escolas rurais presentes de modo geral no interior do Brasil “Não há placas nem sinais exteriores que digam ao passante que ali é ‘a escola’. Apenas por dentro os sinais do ofício: carteiras, quadro negro, quadros e cartazes”.

A professora disse ainda que a escola tinha carteiras com assento duplo, somente um sanitário, o qual era comum para todos, “tinha que usar o banheiro lá da casa, porque não tinha um só pra essa sala, né? Então, a criançada tinha que usar o mesmo, muito bem cuidadinho. Banheiro de fazenda, né?!” (LEIDE, 2020, p. 15).

Já a professora Lena, trabalhou em duas escolas; a primeira foi ano de 1982, na Escola Municipal Adelino de Oliveira Carvalho (Figura 15), na Fazenda Córrego do Monjolinho. Segundo a professora

“A escola era bem simples. Tinha um salão grande, uma varanda, né... uma varanda... e as carteiras de duplas, era aquelas duplas antigas e tinha um quadro só pra eu trabalhar com as quatro séries. [...] E tinha também... uma cozinha, um banheiro.” (LENA, 2020, p. 5).

Figura 15: E. M. Adelino de Oliveira Carvalho.



Fonte: Ituiutaba (1941 – 1972).

De acordo com a professora Lena (2020), a Escola Municipal Ari Barroso, onde ela trabalhou no ano de 1984, tinha estrutura física bastante precária, era um galpão,

[...] tinha um pouco de parede, mas era tipo aberta assim.... oh! E eu lembro quando chovia dava um problemão pra gente é. correr, esconder da chuva. Mas era de alvenaria, era cimentado, tinha os banheiros... eram dois banheiros separados. (LENA, 2020, p. 15).

Na ficha técnica com dados da escola, consta que a mesma foi construída em 1969 e, posteriormente, demolida; porém, não há informação sobre a data da demolição.

A professora Rosa trabalhou em várias escolas rurais. Entretanto, começou sua carreira docente em uma escola rural no município de Gurinhatã – MG, Em Ituiutaba, ela trabalhou na Escola Municipal Quirino de Moraes, onde começou em 1981, sobre a qual demonstrou um imenso carinho:

Em Ituiutaba eu trabalhei em três escolas aí eu já tinha voltado a estudar, eu vinha pra Ituiutaba todos os dias. Eu vinha de manhã, de madrugada.... Falar a verdade, né? Ia de madrugada e voltava a tarde. Uma das escolas era a Quirino. Trabalhar na escola Quirino de Moraes pra mim foi um sonho! Era um sonho dourado, porque essa escola se iniciou na sala da residência de meus pais, então, pra mim foi um sonho realizado trabalhar na escola municipal Quirino de Moraes. (ROSA, 2020, p. 7).

Foi também na Escola Quirino de Moraes que a Professora Margarida iniciou no magistério rural, em 1989, e dedicou quase toda sua carreira docente, onde, de acordo com ela, permaneceu até se aposentar, no ano de 2005. Segundo essa professora, na escola funcionava, no período matutino, uma sala multisseriada de 1º ao 4º anos, e, em 1989, a escola começou a oferecer o 5º ano no período noturno. A professora disse ainda que no ano de 1989 trabalhou também na Escola Rural João Ribeiro da Silva que, assim como na Escola Quirino de Moraes, contava com uma sala multisseriada de 1º ao 4º anos no período matutino e um 5º ano, que também começou a ser oferecido em 1989 no período noturno. No ano de 1990, a Escola João Ribeiro de Moraes ficou somente com os alunos do ensino primário, pois não pôde oferecer a 6ª série, tendo em vista que a escola só tinha uma sala de aula. Por esse motivo, os alunos foram transferidos para a Escola Quirino de Moraes que, apesar de não ter uma estrutura física de qualidade e também possuir apenas uma sala, passou a oferecer a 6ª série em um posto de saúde construído ao lado da escola, o qual tinha três cômodos, onde funcionaram nos anos seguintes as salas de 6ª a 8ª séries no período noturno. Conforme descreveu a professora Margarida, “a gente trabalhava no posto de saúde que era ao lado dessa salinha. Nós tínhamos, no posto de saúde, três salas... que era muito difícil, muito quente, não podia nem fechar a porta pra trabalhar com os alunos, né.” (MARGARIDA, 2020,

p. 7). Ela relatou ainda que a estrutura física das duas escolas era semelhante, ambas possuíam uma única sala:

[...] quando eu comecei a noite a gente ficava nessa sala, quadro tudo esburacado, tudo difícil, faltava material, faltava tudo... [...] Tinha sexta, sétima e oitava série no posto de saúde e quinta série nessa escolinha precária. Mas a gente foi se virando, foi dando certo.... Depois eles começaram a construção..., como começou a construção foi proibido dar aula lá no posto de saúde, porque já começou atendimento, aí a gente trabalhava nessas casinhas de tábuas que os construtores construíram para eles trabalharem durante o dia... era tudo terra, areia, a gente trabalhava ali, com maior dificuldade, mas trabalhava. (MARGARIDA, 2020, p. 7).

Ambas as escolas tinham somente um banheiro. Na Escola Quirino, inicialmente, prossegue a Professora,

“Nós não tínhamos merendeira. Eu mesma sugeri uma vez, que a gente ficava com fome lá, os alunos, a gente chegava lá cinco horas da tarde, aí esperava o aluno chegar, improvisei: - cada um paga um real pra gente pagar uma aluna...” (MARGARIDA, 2020, p. 7).

Sobre a ampliação da Escola Quirino de Morais, a professora Margarida não lembra ao certo em que ano foi realizada; porém, de acordo com as pesquisas nos relatórios da Secretaria Municipal de Educação, a construção iniciou em 1992, ou seja, antes da nucleação, em 1994 (ITUIUTABA, 1991 p. 49). A Figura 16, a seguir, mostra como era a fachada da Escola Quirino antes da ampliação das novas salas de aulas.

Figura 16: E. M. Quirino de Morais.



Fonte: Ituiutaba (1941 – 1972).

De acordo com a professora Margarida, durante o período da construção para ampliação da escola, as condições de trabalho se tornaram bastante difíceis,

Depois que passou, mais ou menos, uns dois anos, três anos eles começaram a construir a escola nova. Grande até..., mas só que aí eles fizeram aquelas casinhas de construtores, é... de, de... lá nós já tínhamos de quinta a oitava série, porque já fazia quatro anos que a gente tava lá, como já tinha a quinta a oitava série, antes a gente funcionava... (MARGARIDA, 2020, p. 7).

Além destes aspectos, as professoras mencionaram que, com exceção da Escola Tancredo de Paula Almeida, que era localizada às margens do Rio Tijuco, em uma fazenda próxima à cidade, as demais escolas estavam instaladas em áreas isoladas, ou seja, não havia outras escolas nas proximidades. Dessa forma, chegar até a escola, muitas vezes, era desgastante, tanto para o professor quanto para os alunos.

3.3.2 Dos meios de transporte das professoras

Todas as professoras precisaram utilizar algum meio de transporte para chegar à escola. A professora Antuza inicialmente residia na fazenda onde lecionou, por isso, utilizou transporte somente no período em que trabalhou na escola Tancredo,

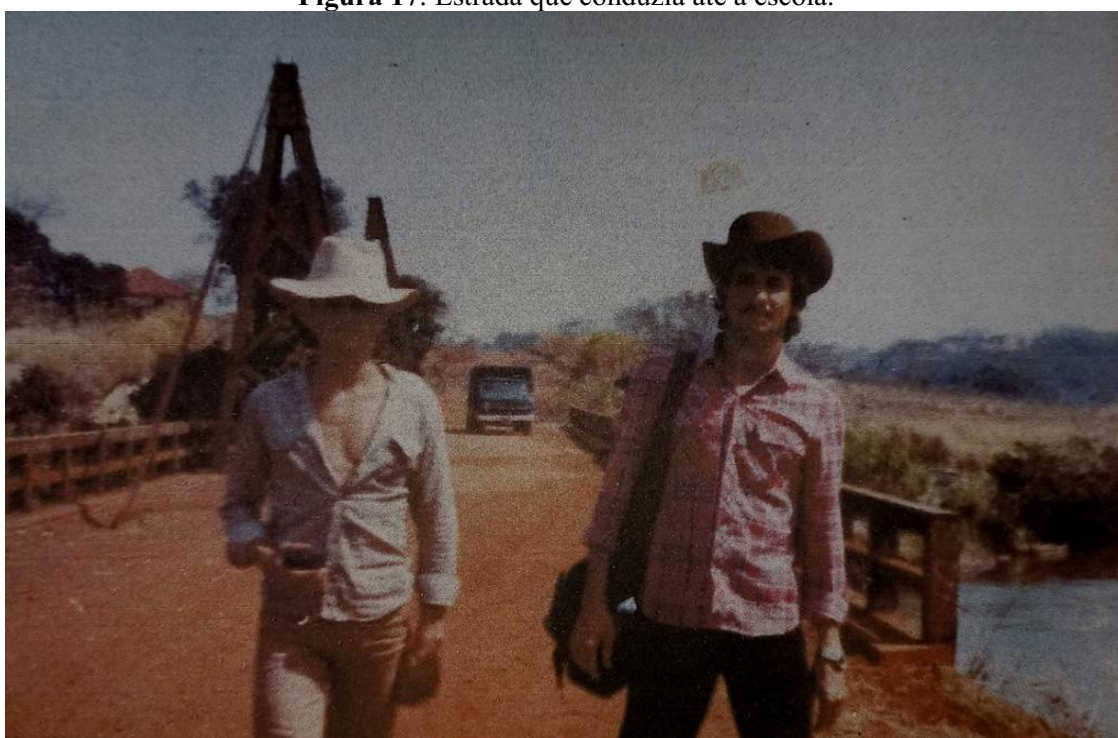
Naquele tempo, o ponto de ônibus era na 26 e a gente tinha que sair daqui, as seis da manhã. [...] No coletivo mesmo, eu pagava com meu dinheiro. A escola era na beira do rio, ficava longíssimo! Porque a gente parava ali no posto e tinha que andar muito pra chegar, porque era bem na beira do rio, do lado esquerdo. [...] A gente ia ladeando a rodovia... (ANTUZA, 2020, p. 6).

Para as outras três escolas, a professora Antuza disse que não necessitava de transporte, pois residia na zona rural, sempre muito perto das escolas em que trabalhou. Assim como a professora Antuza, a professora Leide também ia de ônibus para a escola Tancredo. Ela morava no centro da cidade de Ituiutaba, e relatou:

[...] eu saía da minha casa na 23, pegava na rodoviária antiga lá... e descia na rodovia.... Como na volta não tinha ônibus, eu vinha de carona, com um senhor, ele tinha uma perua, essa perua era a locomoção que eu tinha pra voltar, por causa do horário que eu tinha que vir pra cá ainda (LEIDE, 2020, p. 13).

Segundo a professora, este senhor trabalhava em uma máquina de arroz que ficava próxima à escola, entretanto “No dia que não tinha energia eu olhava assim. [...] Não tinha energia na rua, lá pra trabalhar... pra mexer com a máquina de arroz, aí eles não iam esperar até 11 horas, né?!” (LEIDE, 2020, p. 13). Portanto, a professora dependia de favor de um trabalhador da máquina de arroz, situada próxima à escola, e quando ele não ia trabalhar ela caminhava quase duas horas até chegar à sua casa. A Figura 17 mostra a estrada que conduzia até a Escola Rural Municipal Tancredo de Paula Almeida. No lado esquerdo da foto, é possível ver parte da casa onde funcionava a escola.

Figura 17: Estrada que conduzia até a escola.



Fonte: Ituiutaba (1971).

De acordo com a professora Leide, ao sair da escola, ela ainda ajudava os alunos para que pudessem atravessar a rodovia, pois, como a escola era perto da cidade, alguns deles moravam no bairro às margens da rodovia.

Eu trazia as crianças, atravessava... não é brincadeira passar aquela rodovia ali, então o menorzinho que ficava lá, da algodoeira¹¹, o bairrinho lá... o bairro com as casas lá pertinho, ficava de cá... os que vinham para o Gardênia, atrás do restaurante gardênia lá... eu com todo cuidado, olhando pra lá e pra cá... atravessava pra cá comigo... (LEIDE, 2020, p. 13).

¹¹ Empresa Algoit de Ituiutaba, especializada em processamento de algodão com capacidade de 700.000 arrobas e 20.000 fardos/ano de algodão no ano.

A professora Lena trabalhou nos anos de 1982 e 1983 na Escola Municipal Adelino de Oliveira Carvalho, na Fazenda Monjolinho, “Morava na casa de um aluno, na casa da família de um aluno lá. Aí eu ficava. Chegava lá no domingo, ia no domingo três horas da tarde e ficava até no sábado. Aí no sábado eu ficava em casa” (LENA, 2020, p. 1). Como a escola ficava distante da fazenda onde morava, ela caminhava aproximadamente uma hora e quinze minutos pra chegar à escola, “A gente passava numas quatro fazendas, corria muito de gado, de vaca, de passar de baixo da cerca...” (LENA, 2020, p. 6). Já em relação à Escola Municipal

Ari Barroso, inicialmente, a professora dependia de ônibus ou de carona para chegar ao trabalho,

A princípio... no primeiro ano eu ia de carona, eu ia de ônibus e voltava de carona, todos os dias. O ônibus de Santa Vitória. [...] Geralmente era o engenheiro agrônomo que trabalhava lá ou o pai de aluno também. [...] Eles plantavam seringueiras lá, pra faculdade, na época era a FEIT. [...] A escola era lá dentro da fazenda experimental. Aí no ano seguinte eu comprei uma mobilete. Eu ia de mobilete e voltava. (LENA 2020, p. 4).

Questionada se a prefeitura dava ajuda de custo para transporte, ela disse que não, “sem qualquer ajuda, nem pra gasolina...” (LENA 2020, p. 5). Com efeito, em 1984, a professora Rosa foi trabalhar na Escola Municipal Quirino de Moraes; ia de ônibus todos os dias, e tanto o transporte como as despesas eram de responsabilidade da professora.

Já em 1989, quando a Professora Margarida iniciou na escola rural, o Município já fornecia o transporte aos professores. Em seu depoimento, ela relatou que trabalhou, em 1989, na Escola Municipal Quirino de Moraes e na Escola Municipal João Ribeiro da Silva, no período noturno,

[...] eu ficava dois dias, na Quirino, a perua vinha depois e me buscava... eu dava aula segunda e terça na Quirino, quarta eu dava aula nas duas, eu dava dois horários na Quirino, aí o Fiat-147 da prefeitura vinha me buscava na hora do recreio e me levava lá pro João Ribeiro da Silva pra dar mais duas aulas. E na quinta e na sexta eu dava aula só lá no João Ribeiro da Silva (MARGARIDA, 2020, p. 5).

Embora a prefeitura oferecesse o transporte, o trajeto de casa até escola era desgastante, ela tinha aula de segunda a sexta-feira, saía de casa às 17 horas e chegava à sua casa à meia-noite.

Nós íamos de Fiat-147... primeiro, nós íamos quatro professores... e o motorista, cinco quilômetros antes da escola pegava os alunos, que assim... moravam na beira da rodovia, eram uns três alunos... [...] Teve um dia que... o motorista ganhou um leitãozinho, e esse o leitão veio lá conosco no carro”. [...] eu ficava dois dias, na Quirino, a perua vinha depois e me buscava. Eu dava aula segunda e terça na Quirino, quarta eu dava aula nas duas, eu dava dois horários na Quirino, aí o Fiat-147 da prefeitura vinha me buscava na hora do recreio e me levava lá pro João Ribeiro da Silva pra dar mais duas aulas. E na quinta e na sexta eu dava aula só lá no João Ribeiro da Silva (MARGARIDA, 2020, p. 13).

De acordo com a professora, a partir de 1990 a prefeitura estendeu o transporte escolar também aos alunos,

[...] só que era uma perua, nós íamos as quatro professoras, entrávamos assim, uns cinco quilômetros antes da Quirino... onde é ali, o centro, nós entrávamos e ia pegando aluno. Tinha vez que eu chegava lá na escola com dois, três alunos no colo, que só tinha aquela perua. E na volta, nós saíamos aqui de casa é... por volta de quatro e meia pra dar tempo e depois como tava muito aluno, eles deixavam nós na escola e já aumentou mais uma perua. Eles deixavam nós, professores, na escola...” [...] Isso, a noite. Eles deixavam nós na escola, nós chegávamos na escola devia ser mais ou menos umas cinco e meia, a aula começava sete horas, seis e quarenta... aí eles deixavam que aí já tinha tudo na mesma escola. Eles deixavam nós lá na escola e ia buscar mais alunos. Já ia entrando e pegando mais alunos que dava pra pegar, e deixava nós na escola e ia pegar mais alunos (MARGARIDA, 2020, p. 13).

Observa-se que dentre as condições de trabalho das professoras rurais do município de Ituiutaba, o transporte era um dos principais desafios enfrentados pelas docentes, pois, quando não havia professores nas fazendas onde se localizava a escola, era preciso contratar da cidade. Assim, as professoras que trabalhavam nas escolas mais longínquas não possuíam meios de ir e voltar para casa; por isso, se viam obrigadas a morar nas fazendas onde era localizada a escola. Até mesmo as professoras que moravam na cidade e trabalhavam em escolas rurais mais próximas, enfrentavam problemas, pois, além de arcar com as despesas, dependiam do transporte de particulares, de fazendeiros ou de trabalhadores que se deslocavam todos os dias da cidade para trabalhar em locais próximos à escola e ainda tinham que contar com a sorte, para que não houvesse imprevistos.

De acordo com o relato das professoras entrevistadas, os transtornos não se resumiam somente à falta de transporte, pois mesmo depois que o município começou a oferecê-lo, no final dos anos de 1990, era preciso considerar as situações durante o trajeto de ida e volta, como, por exemplo, o horário de sair e chegar à escola, pois o tempo gasto para ir e voltar era

longo, além dos riscos na estrada, problemas nos veículos, dentre outros. A esse respeito, a professora Margarida disse que pra ela o maior problema era o transporte,

Quando encravava. Teve uma vez que, isso ainda trabalhando a noite, aí as peruas entrava pra pegar aluno, né, teve um dia que a perua dançou assim.... perueiro falou: Nossa, nós vamos cair, nesse ‘córrego’ aqui. Falava córrego, né, pensou que nós íamos cair no córrego e aí a gente ficava tudo com medo, né. Nesse dia, não teve como chegar na escola, como tinha poucos alunos em prova de recuperação, esse dia foi prova de recuperação, esse dia foi muito difícil! Aí nós ficamos numa casa lá, ficava mais ou menos no meio do caminho onde estavam aqueles alunos de recuperação, e aplicamos as provas ali. Aí aplicamos todas as prova. (MARGARIDA, 2020, p. 13).

Outras situações, às vezes, também tornavam o percurso até a escola perigoso, principalmente quando elas andavam sozinhas nas estradas ou nos caminhos de acesso às escolas, por conta de animais ou de possíveis encontros com pessoas desconhecidas, dentre outros fatores, que, conseqüentemente, acabavam se tornando obstáculos para a permanência das professoras na educação rural.

Assim as professoras avaliavam suas próprias trajetórias profissionais e a maior parte delas buscava outras oportunidades nas escolas urbanas, que eram onde elas enxergavam melhores condições de trabalho e a possibilidade de estarem mais perto da família e sem correr riscos de qualquer natureza. De acordo com os depoimentos das cinco professoras entrevistadas, somente uma optou por permanecer na escola rural atuando como professora até se aposentar; as demais optaram pelas escolas urbanas, onde permaneceram até o final da carreira docente.

Embora as cinco professoras entrevistadas tenham concluído curso superior, para a maioria das professoras do município, o Curso Normal ou de Magistério de 2º grau, quase sempre tinham caráter terminal e profissionalizante, tendo em vista que o acesso dos docentes ao ensino superior era limitado apenas a alguns cursos da Faculdade de Filosofia, além disso, a faculdade era particular, o que dificultava ainda mais o acesso aos cursos superiores.

Assim também ocorria na maioria das cidades do interior do país, principalmente nas cidades de pequeno porte, as quais não possuíam nenhum curso superior que atendesse à população ao final dos cursos de nível médio. A partir dos relatos das professoras e dos registros documentais foram constatadas ações pela Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba em busca de aperfeiçoamento dos docentes, as quais podem ser consideradas como formação em serviço, pois, através delas, eram buscadas soluções para os problemas gerais do ensino e aperfeiçoamento do saber docente.

Sobre as condições de trabalho, verificou-se que havia ainda questões relacionadas à multiplicidade de tarefas e problemas na estrutura física das escolas. Por exemplo, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, sem dúvida nenhuma, o principal problema das professoras era a falta de transporte, tanto para chegarem às escolas isoladas, quanto para retornar pra casa ao final do trabalho. Conforme observado nos depoimentos, as professoras Lena, Rosa e Leide eram responsáveis pelo próprio transporte para se dirigirem até às escolas. Somente no final da década de 1980, após ser implementado o transporte escolar, sob a gestão do Prefeito Gilberto Aparecido Severino do Partido Democrático Social (PDS), é que a situação se modificou. Esse prefeito implantou o transporte diário para a cidade e permitiu que muitas professoras pudessem não só voltar a estudar, mas conciliar a moradia na zona urbana, com o trabalho na zona rural, como no caso da professora Margarida, que, das cinco entrevistadas, foi a única que permaneceu exercendo a carreira docente na zona rural até se aposentar. As demais, embora tenham continuado na carreira docente até a aposentadoria, optaram pela docência nas escolas urbanas.

4 PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE A ESCOLA RURAL

Neste capítulo, por meio das narrativas das professoras e dos demais documentos pesquisados, serão discutidos: a) as práticas implementadas pelas professoras para o ensino em salas multisseriadas; b) as representações da profissão docente na zona rural, construídas pelas próprias professoras, tais como: a importância de seu trabalho na escola rural e a relação com os sujeitos habitantes do meio rural. Para isso, foram utilizadas as fontes orais, legislação, documentos escolares e diário pessoal.

4.1 As práticas das professoras nas escolas rurais

Nas escolas rurais de Ituiutaba, desde os anos de 1940 até por volta do final dos anos de 1990, o corpo docente era constituído, em sua maioria, por professoras não habilitadas. A partir da década de 1970, com a Reforma do Ensino, que resultou na Lei n.º 5.692 de 1971, o Curso Normal e os Institutos de Educação, responsáveis em formar docentes para as séries iniciais deixaram de existir e a formação de professor para o ensino primário ficou a cargo das escolas de 2º grau, nas chamadas Habilitações de Magistério, configurando-se em uma modalidade de ensino técnico profissionalizante.

De acordo com Moraes (2014), a expansão do ensino normal de nível médio por todo o país não foi garantia para a formação de professores em número suficiente para o ensino primário e apesar do número expressivo de professores habilitados no Magistério de 1º grau, a cada ano era maior a demanda nas escolas primárias, sendo que, em algumas regiões do país, a quantidade de professores leigos continuava aumentando, tendo em vista que, além do número insuficiente de habilitadas, nem todas as normalistas ingressavam na carreira do magistério.

No município de Ituiutaba, a realidade era semelhante àquela verificada no restante do país, pois, mesmo com o aumento da oferta do curso de magistério na Escola Municipal Normal, a partir do ano de 1969, e do curso de Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituiutaba, instalada no final dos anos 1960, o número de professores habilitados continuava insuficiente para suprir a demanda de vagas nas escolas do município,

sobretudo na zona rural, onde, entre os anos de 1970 e início dos anos de 1990, ainda funcionavam 72 escolas.

Conforme discutido no segundo capítulo, todas as professoras entrevistadas na presente pesquisa eram habilitadas quando iniciaram no magistério rural no município de Ituiutaba. De acordo com os depoimentos, inicialmente, nem todas almejavam a profissão docente; contudo, segundo algumas delas, circunstâncias e acontecimentos influenciaram para que ingressassem no magistério.

Os relatos das professoras revelaram que entre os anos de 1970 e 1990 ainda estavam presentes elementos que limitavam a mulher a escolher uma profissão, pois, nos depoimentos, foram percebidas representações típicas de uma sociedade ainda patriarcal, relacionadas à subordinação feminina, bem como a presença de fatores incorporados ao magistério ao longo do tempo, dos quais faziam da docência um dos poucos caminhos para que pudessem ocupar um espaço na sociedade.

Portanto, as semelhanças observadas na escolha da profissão docente pelas entrevistadas não eram mera coincidência. Observou-se que esta opção de trabalho, para algumas, ia além da vocação ou missão de ser professora, pois possibilitava conciliar o trabalho com as atividades domésticas, demonstrando-se, assim, que as mulheres continuavam sendo as responsáveis por múltiplas tarefas associadas à casa, aos filhos e à família, além de ratificar a posição desfavorável da mulher, do ponto de vista do seu reconhecimento social no período pesquisado. Neste sentido, a professora Margarida (2020, p. 3) fez o seguinte relato: “Logo eu casei e ficava difícil, né!? Trabalhar o dia todo, e optei por dar aula, aí surgiu aula pra mim em 89 na zona rural”.

Se, por um lado, a escolha da profissão docente era calcada nas conveniências, por outro, exercer a docência nas escolas da zona rural, para a maioria delas, nem de longe era uma opção, mas o único caminho para conseguir iniciar na profissão do magistério, confirmando a existência do apadrinhamento e do clientelismo político nas contratações das professoras no município de Ituiutaba.

Todavia, é preciso considerar que na zona rural estava a maior parte das instituições escolares do município e, além da falta de professores dispostos a trabalharem nestas escolas, a maioria dos que estava em serviço era leiga.

Dessa forma, após a reforma do ensino de 1º e 2º Graus, através da Lei n.º 5.692/71, exigindo a formação mínima em curso técnico de magistério, tanto para os docentes ingressantes quanto para as docentes em atuação, foi facilitado, desse modo, o ingresso das professoras já habilitadas.

Entretanto, a maioria não almejava o trabalho na zona rural em razão dos obstáculos existentes, como, por exemplo, as dificuldades de acesso às fazendas onde se localizavam as escolas, a falta e/ou precariedade dos meios de transporte e condições dignas de moradia, dentre outros. Estes fatores, aliados à falta de apoio às docentes por parte do poder público municipal, tornavam o trabalho das professoras nas escolas rurais inviável, explicando, talvez, a impermanência e a escassez de docentes habilitados na zona rural, como também o alto número de professoras leigas em exercício.

É inegável que todos estes aspectos influenciavam no desejo das professoras de trabalharem nas escolas da cidade, contagiando, inclusive, as que viviam no campo, pois parece pouco provável que, diante dessas circunstâncias, as professoras conseguissem inculcar nos alunos valores e encantamentos da vida no meio rural, contrariando, dessa forma, o discurso de construir escolas rurais para manter o homem no campo, já que a maioria das professoras idealizava e almejava o trabalho na cidade.

Além disso, a configuração e organização das escolas rurais acabavam exigindo das professoras um acúmulo de funções, pois além das atribuições da docência, ainda eram responsáveis por toda a parte administrativa da escola, como a realização das matrículas dos alunos, manutenção e movimentação dos registros de transferências e desistências, busca ativa dos alunos desistentes, bem como no período de matrícula, a fim de garantir o funcionamento da escola e o trabalho da professora, conforme relatou Leide:

[...] a escola na qual eu trabalhei, foi reaberta pra que eu pudesse iniciar meu trabalho lá, a escola estava fechada, ninguém tinha interesse de dar continuidade, mandar um professor pra lá... e tiveram essa ideia de assim que arrumasse tudo lá, eu seria professora na qual está solicitando a oportunidade de trabalho. E aconteceu, olha... mas é o seguinte, mas você vai até a região procurar a matrícula. [...] E assim eu fiz, chamei uma amiga minha – que hoje é madrinha do meu filho. [...] Então, como foi tão bom essa caminhada nos bairros, conhecendo de porta a porta a realidade do funcionamento da escola. [...] procuraram a escola. Aqueles que encontramos... que na época, ele pediu tal X, não me lembro mais. O total de alunos pra essa sala, era heterogênea (LEIDE, 2020, p. 4).

Percebe-se, nos depoimentos, que o trabalho da professora foi condicionado a várias tarefas administrativas, as quais faziam parte do cotidiano escolar. Entretanto, essa multiplicidade de tarefas além do trabalho docente nas salas multisseriadas contribuiu para que fosse criada uma espécie de estereótipo das professoras das escolas rurais, além de uma representação negativa do trabalho na educação rural.

Conforme dito anteriormente, as escolas rurais de Ituiutaba possuíam sala de aula única e apenas uma professora. Entre os anos de 1970 e 1990, todas as escolas ofereciam somente o ensino primário. Entretanto, é preciso ressaltar que a Escola Quirino de Moraes, a partir do ano de 1989, começou a oferecer o ensino de 5ª a 8ª séries do 1º Grau, e por isso, adaptou mais uma sala para 5ª série, ampliando, conseqüentemente, nos anos seguintes, as salas de 6ª, 7ª e 8ª séries.

O espaço escolar é onde se desenvolve o processo pedagógico educativo, por meio de práticas cotidianas que vão muito além da relação entre professor e aluno no contexto da sala de aula. Não por acaso, para Certeau (1985), as relações sociais são formadas por práticas cotidianas que revelam as diversas maneiras de fazer, utilizando táticas e estratégias, a partir das diversas atividades que se exercem na vida cotidiana (profissional, social, política e cultural). Certeau (1985) ainda chama atenção para a memória presente nas práticas cotidianas das pessoas.

Das cinco professoras entrevistadas, quatro lecionavam no ensino primário, em sala multisseriada; a professora Margarida (2020) foi a única que não trabalhou no ensino primário.

Conforme verificado, em todas as escolas rurais do município, o ensino primário era ministrado em sala multisseriada, constituída por uma professora que atendia simultaneamente a alunos da primeira à quarta séries. Essa estrutura influenciava fortemente na conduta das atividades com os alunos, pois, para as professoras, o trabalho com séries diferentes na mesma sala constituía uma das maiores dificuldades enfrentadas por elas, conforme relato da professora Leide:

[...] era de 1º a 4º ano, uma só sala, as carteiras eram duplas, e eu fui enfrentar a multisseriada, não foi fácil não, mas enfrentei. Ali eu tinha pré, primeiro, segundo. Então a gente avaliava a criança percebendo a idade, o que ela tinha de bagagem, o conhecimento dela, né?! (LEIDE, 2020, p. 4).

Além disso, a maioria dos alunos iniciava a vida escolar sem antes ter qualquer contato com a escola, o que tornava maiores os desafios das professoras na sala de aula, sobretudo da primeira série, pois os alunos iniciavam na escola sem quaisquer noções de letras, números, quantidades ou outros conteúdos do mundo escolar, conforme pontuado por Rosa:

Olha, era uma luta... era, era o método eclético, né. O menino nunca tinha ido a escola, começava do zero, sem saber nem pegar no lápis. Tinha que dar

conta. A gente usava várias situações, várias alternativas para que o aluno tivesse seu aprendizado. Eu gostava muito de trabalhar caça-palavras, porque era algo assim que o aluno Eu até comprava material, era caça-palavras, aqueles alunos que tinha dificuldades, passavam a ter interesse e vontade ao procurar as palavras, eles achavam muito interessante. (ROSA, 2020, p. 14).

O depoimento de Rosa (2020) corrobora com Lima (2012), em seu estudo História do ensino rural em Uberlândia MG, no qual a autora diz que era comum as professoras usarem táticas diversas para ensinar nas salas multisseriadas:

[...] o uso de cordão e do “quadro valor de lugar” para explicar de forma mais concreta a relação matemática entre conjuntos e numerais; o emprego de fichas alfabéticas, criação de histórias, poesias e jogos, preenchimento de cheques, escrita de telegramas e cartas (trocadas entre os alunos) e resolução de cruzadinhas para o ensino da leitura e da escrita; promoção minidebates e teatros, criação de palanques com tábuas e caixas, utilização de microfones confeccionados com latas de extrato de tomate e cordão para o desenvolvimento da comunicação (LIMA, 2012, p. 140).

Cada uma delas tinha um jeito próprio de organizar a sala. Normalmente os alunos eram dispostos em fileiras, uma para cada série; assim também era o quadro negro, dividido em partes. Sobre este aspecto, a professora Rosa e a professora Antuza relataram:

Eu dividia, colocava os terceiros juntos, o quarto ano juntos, o segundo junto... eu dividia os alunos nas carteiras. Primeiro aninho, segundo, terceiro, quarto... como as carteiras dava essa oportunidade, eles eram separados e dividia o quadro também. O quadro era dividido no rumo de cada série e ficava na carteira para que tivesse uma visão maior do quadro negro (ROSA, 2020, p. 11).

Eu chegava com o material e como se fosse o mimeógrafo, a gente copiava e chegava com a página pra cada um e ele fazia, porque... um pouco ficava no quadro... vamos falar que os mais adiantados, de terceiro ano no quadro, os outros que já estavam lá a gente já levava matéria dele pra copiar (ANTUZA, 2020, p. 20).

No que concerne ao planejamento das aulas, as cinco entrevistadas relataram que essa prática não era fundamentada como é hoje. A maioria delas planejava suas aulas semanalmente, porém, sem adotar critérios formais que o planejamento exige.

A grade curricular para o ensino rural e urbano era a mesma, sem qualquer adaptação ao rural. Os conteúdos eram tratados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Educação Moral, Social e Cívica. A figura a seguir refere-se

ao diário de classe, da professora Leide, no qual constam os conteúdos ministrados, na Escola Municipal Tancredo de Paula Almeida, no ano de 1973.

Figura 18: Diário de Classe/conteúdo ministrado.

MÉDIAS MENSAS							
Total de faltas	Assinalar com X os alunos infrequentes	Com. e Expressão	Matemática	Estudos Sociais	Moral e Cívismo	Ciências Naturais	Média
		90	80	90		50	90

Fonte: Diário de classe, Arquivo da E. M. Tancredo de Paula Almeida (1973).

De acordo com as professoras, elas recebiam os programas de ensino com os conteúdos que deveriam ser tratados durante todo ano, ficando a critério delas as estratégias a serem utilizadas, mostrando, dessa forma, que obrigatoriamente deveriam ter autonomia para tomarem iniciativas que lhes parecessem as mais apropriadas nos locais onde trabalhavam, tendo em vista o abandono e a falta de apoio da Secretaria da Educação para as escolas rurais mais distantes da cidade.

Verificou-se que as aulas eram planejadas a partir das apropriações que elas formaram durante o período em que eram alunas, bem como das pesquisas e planejamentos, confirmando as palavras de Tardif (2000, p. 13), de que “uma boa parte do que os professores sabem sobre o ensino, sobre os papéis do professor e sobre como ensinar provém de sua própria história de vida escolar”.

Quando questionadas se utilizavam alguma peculiaridade local no planejamento das aulas, todas disseram que não, que tinham dificuldades em pensar nos conteúdos do currículo para aquele lugar, para aquele povo, pois, justificaram que a formação que elas tinham na época não era suficiente para que elas trabalhassem as especificidades do meio rural. Além disso, elas consideravam que não deveria haver diferenciações entre os currículos da escola urbana com o da escola rural. A professora Lena (2020, p. 7), ao ser questionada sobre utilizar o cotidiano dos alunos no planejamento de suas aulas, respondeu que: “Não, não utilizava. Porque eu não tinha prática nenhuma com a fazenda, né. Então, eu não lembro de trabalhar com eles assim... de utilizar o cotidiano deles não...”. Sobre este aspecto, a professora Antuza, disse:

Não. A gente não tinha essa habilidade, atualmente a didática exige assim... acontece uma coisa então vamos falar daquilo, né... [] Vamos falar naquilo, né? Eu não lembro, mas eu acho que não tínhamos essa habilidade, não, porque a gente tinha que seguir... a gente tinha que seguir o programa e a gente não podia cochilar muito. (ANTUZA, 2020, p. 8).

Ao analisar os relatos, percebeu-se que, apesar das dificuldades, elas não negaram a importância do planejamento, e, embora o currículo fosse desvinculado da realidade dos alunos, verificou-se que algumas vezes as professoras buscavam estratégias, na tentativa de contextualizar o ensino e torná-lo mais próximo dos alunos.

A professora Leide, por exemplo, relatou que tinha o hábito de coletar materiais nos arredores da escola para trabalhar nas aulas de Ciências, Matemática, Geografia e História e falou da alegria que era, pra ela e para as crianças, quando ministrava alguma aula prática:

[...] olha que legal, nunca esqueci, por que que eu nunca esqueci?! [...] em ciências, tipo de solo, olha que legal, nunca esqueci, por que eu nunca esqueci?! Saí com eles, ficou uma senhora com uma atividade em sala pra que eu saísse com os meninos da terceira série, próximo ao rio, ali, pra pegar tipos de solo. Erosão. Trabalhei muito! Então o que eu fiz? Areia fina, areia grossa, cores de areia, que muda, né? A terra mais escura, a terra mais clara. Então, eu não esqueço dessa aula prática! Porque nada melhor pra um menino da zona rural vivenciar aquilo que ele tá no dia-dia dele. No entorno dele. Então, eu não esqueci dessa aula... foi muito gostosa! [] Mamãe fazia salgado, o vidro de pote de palmito e de ervilha. de azeitona, eu lavava e tirava o rótulo e separei e fiz todos os tipos de solo, porque eu queria dar uma aula sobre solo. Então eu queria..., o dia agendado lá no meu plano era isso, eu tinha um compadre – já falecido, dono da fábrica de farinha, ali na 32, ele pescava, aí eu falava ‘Compadre você vai pescar quando? Traz areia pra mim?... era uma areia branquinha, que nem esse papel aqui. E essa aula, foi muito rica... olha o que eu guardei de bom! Quantas coisas também, mas essa ficou marcada... Eu providenciei tudo! Foi uma aula prática, o dia que

tinha que sair com os meninos da quarta e terceira série, pra eles ficar a Dona Liliozi e a menina mais velha ajudava olhar pra mim, ficava lá com eles, dava brincadeira... brinquedo não faltava! Atividades... [...] Então, eu saí... não demorava, porque. O que era erosão? Pra eles sabe: “É o barranco!” – eu disse, “Pisou aqui, desmontou, caiu”. Coisas que eles usavam pro resto da vida. (LEIDE, 2020, p. 21-22).

Mesmo em condições difíceis, a professora conseguiu criar modos de fazer e não se colocar estática frente à falta de materiais, à deficitária estrutura física da escola e à sala heterogênea. Ainda sobre este aspecto, a professora Rosa relatou que tinha facilidade de integrar as coisas do entorno da escola ao trabalho na sala de aula e por isso utilizava o que tinha disponível para suas aulas,

Por exemplo, folhas, flores, areia, água, terra colorida, terra, monte, serras. Então, eu tinha muita facilidade para realizar trabalho. A gente coletava folha, frutos e... então, a gente trabalhava ali na área de ciências é..., de geografia, de história, mesmo em portuguesa. [...] a gente fazia, eu iniciava uma como se fosse uma redação, uma dissertação, começava. Colocava no quadro e aí cada aluno ia complementando, não importava a série, entendeu? Iam complementando e eu ia colocando na ordem o que eles iam falando daquela coleta. Então, ali a gente tava trabalhando todos os conteúdos e aquelas crianças que ainda não sabiam ler e escrever tinham a motivação de aprender a ler e a escrever também. (ROSA, 2020, p. 10).

Com o tempo, o fazer pedagógico foi se aprimorando, principalmente no caso das professoras Leide e Rosa, pois, ambas já cursavam Pedagogia no período em que eram professoras na zona rural de Ituiutaba e, mesmo sendo habilitadas, percebeu-se que elas buscavam meios de melhorar a prática docente. Entretanto, verificou-se que, embora nenhuma delas tivesse formação específica para o magistério rural, todas elas consideravam que os saberes adquiridos nas instituições onde se formaram eram adequados, tanto para as escolas urbanas quanto para as rurais.

Sobre as dificuldades no que diz respeito ao exercício da profissão docente rural, as professoras, de certa forma, amenizaram os problemas. Para elas, cada época da história encerrou dificuldades e facilidades próprias. Sobre este aspecto, a professora Antuza (2020, p. 17), disse: “A gente quando vive uma época e o outro vê a época antiga acha que aquele tempo lá era difícil, né? Era normal, era um tempo normal, era daquele modelo”.

A figura a seguir refere-se ao diário de classe da professora Leide (2020). Conforme se verifica, na sala tinha trinta e cinco alunos da 2^a, 3^a e 4^a séries, com idade entre 9 e 15 anos. Observa-se que estão presentes desde crianças pequenas até adolescentes, confirmando, dessa

forma, a presença de classe multisseriada no ensino rural à qual as professoras se referiram anteriormente.

Figura 19: Diário de Classe.

The image shows two pages of a handwritten 'FOLHA DE LANÇAMENTO' (class register) from 1973. The pages are filled with student names, birth dates, and other administrative information. The register is organized into columns and rows, with handwritten entries in black ink. The pages are titled 'FOLHA DE LANÇAMENTO' and include fields for 'Ano Letivo' (1973), 'Série' (1ª, 2ª, 3ª, 4ª), and 'N.º de dias Letivos' (184). The register lists students such as Francisco, João, Maria, and others, with their respective birth dates and class levels. The pages are numbered 1 through 13 on the left side.

Fonte: Diário de classe, Arquivo E. M. Tancredo de Paula Almeida (1973).

Era um número expressivo de alunos, principalmente considerando a falta de estrutura física da escola, pois funcionava em uma sala adaptada, na casa onde residia uma família, conforme relatado pelas professoras Leide (2020) e Antuza (2020). Dessa forma, as professoras precisavam criar meios para ensinar, simultaneamente, vários alunos, em diferentes séries, unindo os saberes da formação de normalista à ação do cotidiano.

Nas palavras de Tardif (2002, p. 39), "esses saberes brotam da experiência e são por ela validados", já que a formação inicial que os professores recebem nem sempre é suficiente para o enfrentamento dos reais problemas do ensino, tendo em vista que muitas vezes se constrói, durante os cursos de formação, uma visão de ensino que não corresponde à realidade prática da sala de aula, ou seja, o professor ao sair do seu processo de formação se depara com situações em que os fundamentos teóricos apreendidos nem sempre são suficientes para exercer a docência, o que faz com que, muitas vezes, seja necessário que o professor recorra às experiências práticas de outros docentes.

No caso do ensino nas escolas rurais do município de Ituiutaba, essa troca de experiências nem sempre era possível, principalmente para professores que residiam nas fazendas mais longínquas, pois, além da distância, as escolas, quase na sua totalidade, eram unidocentes. Já para aquelas localizadas em áreas rurais mais próximas da cidade, havia mais

possibilidades de interação entre as professoras rurais e urbanas, além do apoio didático-pedagógico mais efetivo por parte da Secretaria Municipal de Educação.

No entanto, percebeu-se, nos depoimentos, que, pelo fato de algumas escolas rurais estarem localizadas mais próximas à cidade, havia mais possibilidade de interação entre as professoras rurais e urbanas; além disso, devido à essa proximidade, também recebiam um pouco mais de apoio didático-pedagógico por parte da Secretaria Municipal de Educação.

Quanto ao currículo utilizado nas escolas rurais de Ituiutaba, constatou-se que privilegiava uma visão urbana de educação e desenvolvimento, ou seja, não era adaptado às peculiaridades locais, revelando, dessa forma, a falta de conhecimento especializado e de políticas públicas para educação básica no meio rural.

Na década de 1970, em Ituiutaba, o ideário educacional continuava centrado na manutenção do homem no campo; entretanto, os projetos do governo local para conter o êxodo rural através da educação, além de ineficazes, não foram suficientes para adequar o ensino de acordo com as especificidades rurais, corroborando com Ribeiro, Silva e Quillici Neto:

Interessava mais o não esvaziamento do campo, e menos o tipo e a qualidade da escolarização ofertada; mais a civilização do homem do campo, e menos uma pedagogia que pudesse ir além da erradicação do analfabetismo. O discurso oficial pode até revelar intenções político-educacionais para o ensino rural ao presumir um sistema de ensino, mas a concretização de tal discurso ficou aquém da prática. (RIBEIRO; SILVA; QUILLICI NETO, 2020, p. 5).

Constatou-se que nenhuma das entrevistadas teve conhecimento do projeto do governo local de conter a migração da população do campo para a cidade, ficando claro que a implementação deste projeto não tinha objetivo de envolver as escolas rurais, visando unicamente a Escola Municipal Agrícola.

De acordo com a professora Leide (2020, p. 15), a preocupação com o ensino era mais voltada para a alfabetização, “Tinha, muito analfabetos ainda... Eles tinham essa preocupação. [...] Tinham sim, de alfabetizar essas crianças para o futuro, né?! Então era onde abriam escolas para que pudessem estudar...”.

Em seus depoimentos, as professoras não narraram muitos fatos sobre os conteúdos curriculares ministrados, pois, em suas memórias, os mais marcantes são em relação à organização e disposição dos alunos por nível de escolarização, devido à multisseriação, o que pra elas representava um dos maiores desafios do trabalho pedagógico.

Sobre o apoio pedagógico pela Secretaria Municipal de Educação, os relatos foram bastante semelhantes. Das cinco entrevistadas, apenas a professora Leide relatou ter recebido efetivo apoio pedagógico pelos supervisores escolares:

A escola por ser próxima a Ituiutaba, as visitas eram realmente muito frequentes, supervisor, orientador educacional, eles visitavam a escola lá na zona rural. Por ser ali uma zona rural, a Tancredo de Paula Almeida, as vezes você nem sabia que tava chegando visita e a perua parava. É muito importante ter, assim, aquela responsabilidade... [...] Uma visita técnica, pedagógica... pra dar apoio, um respaldo ao aprendizado. Saber o que estava precisando, o que estava acontecendo na escola... Porque foi muito bom. A gente vinha até Ituiutaba na secretaria e nas reuniões mensais pra adquirir essas bagagens, mas o que nós tínhamos era o apoio da Secretaria de Educação. Como funciona até hoje, as daqui vão até a fazenda... [...] Elas iam de duas ou três, esperava, entravam, era a visita mensal. A visita que chegava inesperada. Mas isso era muito bom, que isso ajudava muito a gente a crescer (LEIDE, 2020, p. 4-5).

A professora Lena (2020, p. 11) disse que quase não tinha visitas dos supervisores escolares e que quando acontecia, era mais para tratar de questões administrativas. “Acho que umas duas vezes por ano ou quando tinha alguma... alguma reuniãozinha, assim, elas iam lá.... a gente tinha que preparar pra receber eles lá, sabe?” A professora Antuza (2020, p. 14) disse que não se lembrava ao certo, mas que achava que as visitas aconteciam a cada três meses, mas não era para ajudar no pedagógico, era mais para cobrar: “Ah... Faz mais bem feito isso... assim”. Olhava o plano de aula... Não dava sugestão, ele só via se tava funcionando, eu acho”.

Sobre este aspecto a professora Rosa desabafou:

Não, sempre tinha... tinha visitas pedagógicas, mas visitas era mais para cobrança e não para ajudar. Era para cobrar! [...] A supervisora ia. Aí elas verificavam cadernos de alunos, o plano de aula... o plano de aula, desde quando eu iniciei até eu quando supervisora e como é professora da Quirino de Moraes, todas rural, é. o plano de aula, era semanal, porque diário não era possível, era semanal. Você colocava os itens que você ia trabalhar durante a semana, aí as pedagogas de Ituiutaba olhava o caderno do aluno e meu plano de aula pra ver se havia correspondência. Então, não era uma ajuda, era uma cobrança! Então, tinha que trabalhar mesmo que a cobrança vinha, entendeu? (ROSA, 2020, p. 22).

Depreende-se, portanto, que a maior parte das visitas dos supervisores às escolas quase sempre eram voltadas para a fiscalização do trabalho do professor. Ressalte-se ainda que as reuniões e encontros de professores para tratar de assuntos didático-pedagógicos eram realizados na cidade, normalmente para todos os docentes da rede municipal (rural e urbana). Entretanto, as professoras que lecionavam nas escolas localizadas nas fazendas mais distantes

difícilmente participavam dos eventos educacionais realizados pela Secretaria de Educação. Sobre este aspecto, a professora Lena disse:

Eu não lembro, é. Não tinha jeito da gente vir, não tinha ônibus pra você vir parece que não tinha ônibus todo dia, sabe? Eu acho que era só de final de semana, alguma coisa. Estranha assim. Não tinha como ficar vindo pra cidade se não fosse de carona. (LENA, 2020, p. 14).

Todos estes aspectos repercutiam no dia a dia do professor da educação rural. Ao contar suas memórias, as professoras lembraram momentos significativos e marcantes do magistério rural; entretanto, as dificuldades foram fatores determinantes para que elas não continuassem o trabalho na zona rural. Para algumas delas, o trabalho na escola rural representava não só ensinar, não só o amor pela profissão, mas um sacrifício necessário, para posterior ingresso nas escolas urbanas, o que pôde ser constatado em uma das falas da professora Leide,

Eu achei assim, muito inadequado. Eu vim até a Secretaria e falei: “Eu queria trabalhar na cidade é possível?! Hoje eu tenho condições de estar na cidade, eu tenho amigas que estão indo... estão aqui...” – é claro que eles sabiam, né? – “Nós vamos providenciar, você aguarda mais um pouquinho”. Eu tive muito assim.... Essa oportunidade de falar... [...] Eu queria estar aqui na cidade pra viver outra realidade. Eu já estava... eu já tinha bagagem!... É mãe de neném novo. Então, eu vivenciei tudo isso, né? Além do mais era mais fácil pra mim na cidade, questão de condução, mais perto de casa né? [] Mas essa vinda minha, eu fui atrás, porque eu já tinha competência, eu já tinha condição de estar na cidade e por que eu estava na fazenda? Eu consegui, mas não foi fácil (LEIDE, 2020, p. 19-20).

É possível observar no depoimento que, a professora se achava merecedora de uma vaga na cidade, tendo em vista que já tinha passado pela experiência docente na zona rural e já cursava Pedagogia. Em tom de desabafo, ela disse: “Todas habilitadas, pelo curso Normal né, mas não tinham superior. Tanto é que eu estava estudando com colegas minhas me supervisionando” (LEIDE, 2020, p. 19). Por este depoimento, é possível verificar que não havia igualdade de oportunidades e também que nem sempre a melhor qualificação profissional era pré-requisito para ocupar cargos na área da educação do município.

Conforme demonstrado até aqui, o trabalho docente na zona rural é retratado com grandes dificuldades pelas docentes; contudo, ainda que pareça contraditório, observou-se, nos depoimentos, a presença de recordações muito felizes durante o período em que trabalharam naquela época; as principais foram àquelas que dizem respeito aos

relacionamentos entre professores, alunos e a comunidade em geral, os quais serão tratados no item a seguir.

4.2 Relacionamento das professoras com alunos, familiares e comunidade rural

De acordo com os relatos, bem como dos documentos pesquisados, verificou-se que a comunidade rural, em geral, desempenhou papel significativo na educação no meio rural, no município de Ituiutaba, tanto para instalação e manutenção das escolas rurais quanto para receber as professoras na própria residência ou em algum alojamento improvisado.

Através dos depoimentos, verificou-se, ainda, que havia o reconhecimento de toda a comunidade escolar do importante trabalho desempenhado pelos professores nas escolas rurais e na educação de seus filhos. De acordo com as memórias e experiências relatadas, as professoras se sentiam valorizadas e respeitadas; para elas, os alunos eram a representação bucólica do homem do campo: dóceis, esforçados e humildes; por isso, elas se sentiam mais seguras nas aulas, conforme relatado pela professora Margarida:

[...] os meninos eram tão assim que só aqueles que chegavam com aquela garra, com aquela vontade de aprender e era muito gostoso, gratificante. A princípio, na primeira escola, a João Ribeiro da Silva tínhamos 23 alunos, tudo adulto, casados, já pais, e na Mateirinha, tínhamos um pouco menos, uns 15. Então, era assim adolescente, jovens, adultos que queriam mesmo estudar. [] O que me ajudou muito foi que os alunos da fazenda são mais simples e a gente já tinha uma experiência boa aqui na cidade, então ajudou muito. (MARGARIDA, 2020, p. 5-6).

A fala das professoras em relação aos alunos da escola rural fez perceber que há características da cultura rural sobrepostas em suas observações. A visão do homem da roça, como ‘humilde’ e ‘respeitoso’ faz parte de um conjunto de disposições denominado habitus, por Bourdieu (1989), que se tornou próprio da cultura rural e que as professoras transferiram aos alunos.

Neste sentido, verificou-se que as professoras se sentiam mais valorizadas e com sua autoridade respeitada e reconhecidas socialmente diante dos alunos, bem como de suas famílias e de toda a comunidade. Nos depoimentos, elas relataram as vivências do cotidiano na sala de aula; entretanto, verificou-se maior ênfase à forma de como elas eram tratadas e das

relações construídas durante o período em que trabalharam em cada escola. A professora Leide ao ser questionada sobre o seu relacionamento com os alunos e a comunidade, relatou:

Era um presente. Essa pineirinha mesmo, era um presente. Essa pedraria, isso foi um presentinho de aluno que o pai morava na redondeza lá... [...] Daquela época! Essa pineirinha... coisa antiga, da época da minha mãe... [...] tia, aqui que mamãe mandou pra senhora, papai quem fez! [...] muita relação boa entre os pais, festinha, aniversário. no meu aniversário era o dia do professor aí você imagina, dia 15 de outubro, né?! Então era festinha, surpresinha..., então foi um período muito bom! Muito gostoso! Vou te falar que hoje elas estão aí... foram me descobrir através da internet, né? [...] Frango.... Festinha! Elas falavam assim: “Tia, minha mãe falou pra você esperar só um pouquinho na hora que a gente tiver que embora, porque ela tem uma coisa pra dar pra senhora!”. Era frango limpinho já, verdura. Era ali da região, pertinho. ganhava muita verdura. Vinha embora assim! Aí o perueiro: ‘pi-pi’ pra vir embora. Foi muito bom! (LEIDE, 2020, p. 16).

Sobre estes aspectos, a professora Antuza disse que nas escolas onde trabalhou na zona rural não havia reuniões, festa ou comemorações, mas era comum as mães irem até escola pra conversar,

Os pais moravam longe... todo mundo trabalhava, precisava capinar, as mulheres fazendo comida... As mães é que gostava de ir na escola. Mas era pra estar convivendo, né. De repente, vinha o aluno e lá vem a mãe também... sem ser pra reclamar, pra falar... só pra conviver. Pra passear, né. (ANTUZA, 2020, p. 15).

A professora Margarida foi a única que permaneceu na escola rural até se aposentar. De acordo com seu depoimento, apesar dos desafios enfrentados, durante todo o período trabalhado na escola rural, reconheceu que os alunos da roça, assim como suas famílias e a comunidade em geral, tinham muito carinho e respeito por ela.

Os pais ficavam em cima, encantados! Eles consideravam a gente como... como uma deusa quase, na escola. Eles tinham um respeito muito grande, né. E aí, “como que tá meu filho...” e tal, levava lanche pra gente, levava um agrado que.... Na fazenda eles são engraçadinhos demais... até hoje eu tenho amizade com alguns pais. Era muito gratificante, a gente fazia reuniões eles iam sempre, as vezes um aluno com baixa nota, mandava chamar individual, eles iam... tinham suas conduções, iam... nem que seja a carroça, eles iam. [...] Eu era tratada com muito respeito... Tinha uma senhora lá que o marido dela, o senhor Quirino, ele foi quem cedeu a terra pra construir a escola, né, e quando a gente não fazia merenda, todo dia a gente chegava na casa dela, antes de buscar os alunos lá embaixo, ela dava janta pra nós, e uma outra lá, a Marli Paranaíba, ela mandava pra nós pele de porco, ou se as vezes a gente chegava mais cedo, ela chamava... mandava chamar nós pra jantar lá na casa dela, aquela que não tinha o primeiro horário, ia lá jantava e trazia. Ela dava

doces, precisa ver que gracinha! E quando existia as duas escolas, a Quirino e a João Ribeiro da Silva, eles fizeram uma festa de dia dos professores que me marcou muito, foi só essa escola lá, a João Ribeiro da Silva, 23 alunos, aí juntou os pais, compraram engradado de guaraná, descobriram que era meu aniversário no dia 15 de outubro, né, aí eles dividiram o quadro, era imenso o quadro, a metade do quadro eles me homenagearam: “Professora Maria de Lourdes, parabéns!”. E do outro lado escreveram: “Parabéns a todos os professores e Margarida ao seu duplo dia!”. Gente, fez uma galinhada que eu nunca comi igual, uma vinagrete misturado com mandioca, me deram presente. Gente do céu! Agora o que foi ruim foi quando eu comi, uma pimenta danada, né, eu fui comer, quase saí correndo no curral lá, porque a boca tava queimando. Então, eles adoravam a gente. Os pais faziam questão de ir. Eles que faziam. Então, era muito gostoso, sabe? Muito, muito! (MARGARIDA, 2020, p. 18;25).

Em relação ao local de residência, das cinco professoras entrevistadas, quatro residiam na zona urbana, três delas trabalhavam em escolas de fazendas próximas à cidade, e, por isso, iam e voltavam, todos os dias. A professora Lena (2020) foi a única que, para lecionar na escola rural, ficou instalada na casa da família de alunos durante os dois anos em que lecionou na Escola Adelino de Freitas Carvalho, na Fazenda Monjolinho, e somente nos finais de semana deslocava-se para sua casa, na cidade, diferentemente da professora Antuza (2020) que, embora morasse na fazenda, tinha residência própria.

São diversos os sentimentos e emoções que as professoras entrevistadas expressaram ao falarem de suas experiências profissionais. Segundo a professora Lena, o respeito e o afeto recíproco entre ela e toda a comunidade foram fatores fundamentais para sua permanência nos dois anos em que trabalhou na escola da Fazenda Monjolinho.

Eu era muito bem tratada! Até hoje... foi um aprendizado muito grande, porque eles consideram sendo minha família, ainda até hoje. Uma família enorme. Dona Dalila, uma viúva com onze filhos, né? E os onze... eu fiquei amicíssima de todos! Sempre que casa alguém eles me chamam.... [...] Já tinha uma turminha casada. Lá moravam quatro moças e esse menino que era o caçula e a mãe, esse caçula era o único da casa que era meu aluno. [...] Ele... esse menino que era meu aluno, tirava o leite. Levantava as quatro horas da manhã todos os dias e tirava leite. [...]a Dona Dalila era muito ativa, a mãe deles era muito assim.... andava pra baixo e pra cima a pé, naquele Monjolinho lá inteiro. Então, ela não precisava da gente fazer, eu fazia os planos de aula de manhã, todo dia eu fazia (LENA, 2020, p. 9;16).

De acordo com a professora, as experiências docentes e os momentos de socialização na escola resultaram em vínculos afetivos inesquecíveis. Na continuidade da sua fala, lembrou-se de fotografias e recadinhos que ainda guarda, o que me induz a pensar que suas

experiências a acompanharam para além da sala de aula e no quanto lecionar naquela escola representou, para ela, momentos significativos em suas memórias da docência.

Figura 20: Bilhete da aluna para professora no final do ano letivo.



Fonte: Acervo Particular: Professora Lena (1983).

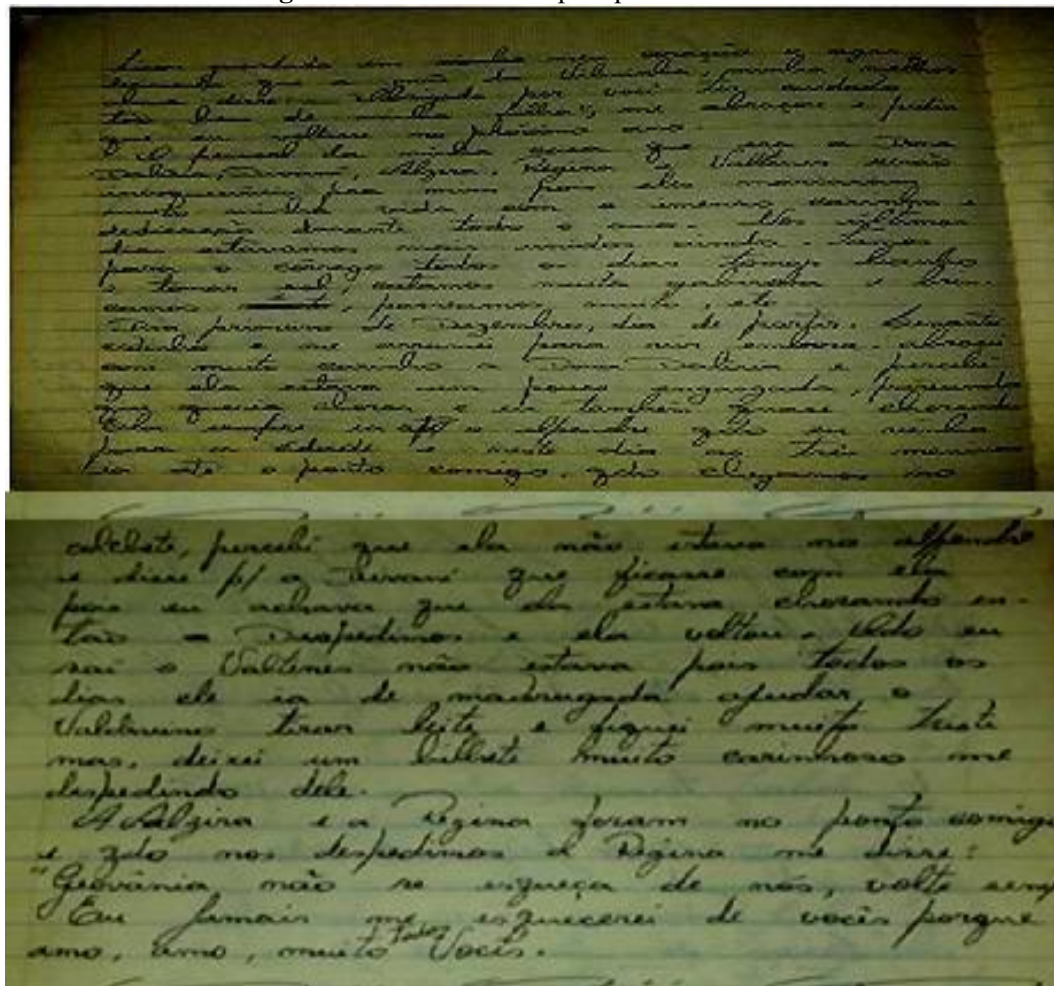
A professora Lena (1983) carrega consigo os tempos da escola, carrega as marcas e os elementos que materializam a atividade docente para os demais espaços sociais, o que pode ser evidenciado em Arroyo (2004, p. 27),

[...] Os tempos de escola invadem todos os outros tempos. Levamos para casa as provas e os cadernos, o material didático e a preparação das aulas. Carregamos angústias e sonhos da escola para casa e de casa para a escola. Não damos conta de se parar esses tempos porque ser professoras e professores faz parte de nossa vida pessoal. É outro nós.

Como essas representações da escola e do magistério foram sendo construídas social e historicamente legitimadas, elas não se desfazem facilmente, além de exercerem um peso social e cultural em torno do trabalho docente, seja ele exercido nas escolas urbanas ou rurais. Em seu depoimento, a professora Lena (2020) mencionou que teria continuado o trabalho na escola Adelino de Freitas Carvalho; entretanto, no ano seguinte (1984), ela iniciou o curso superior em Estudos Sociais, na Faculdade de Filosofia e Letras de Ituiutaba, e, como a escola ficava distante da cidade, ela teria que residir na fazenda e ficaria impossibilitada de frequentar as aulas da faculdade. A figura a seguir refere-se ao registro que a professora fez em seu diário, sobre o encerramento do ano letivo em 1982, no qual constatou-se a relação de

amizade estabelecida com toda a comunidade, sobretudo com família que a hospedou durante todo o período:

Figura 21: Diário escrito pela professora Lena.



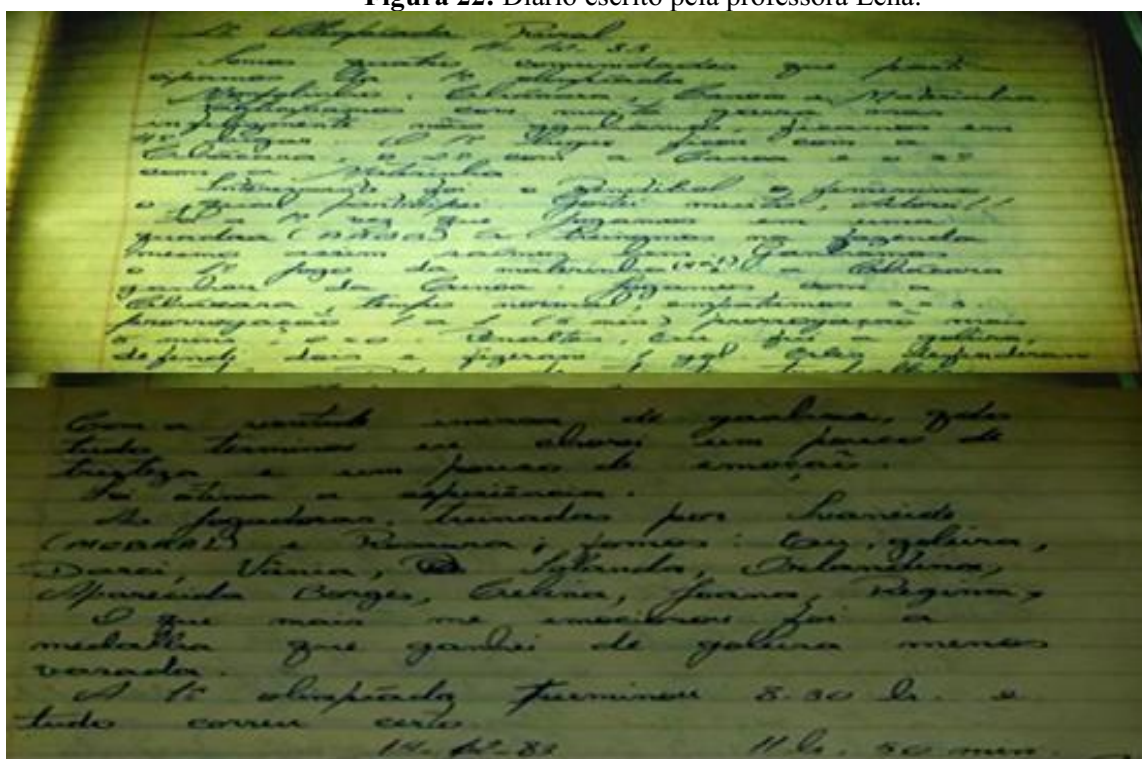
Fonte: Acervo Particular: Professora Lena (1983).¹²

Verifica-se que foi estabelecida uma relação de gratidão e amizade entre a professora e toda a comunidade da região onde estava localizada a escola. De acordo com a professora

¹² “Ficou guardado em meu coração o agradecimento que a mãe da Vilminha, minha melhor aluna disse. Obrigada por você ter cuidado tão bem de minha filha, me abraçou e pediu que eu voltasse no próximo ano. O pessoal da minha casa que era Dona Dalíria, Divani, Alzira, Regina, Valtenes, serão inesquecíveis pra mim, pois, eles marcaram muito minha vida com o imenso carinho e dedicação durante todo o ano. Nos últimos dias estávamos mais unidos ainda. Íamos para o córrego todos os dias tomar banho e tomar sol, catamos muita gabioba e brincamos e, passeamos muito etc. Dia 1º de dezembro, dia de partir. Levantei cedo e me arrumei para vir embora, abracei como muito carinho, dona Dalíria e percebi que ela estava um pouco engasgada, parecendo que queria chorar e eu também quase chorando. Ela sempre ia até o alpendre quando eu vinha para a cidade e neste dia as três meninas ia até o ponto comigo, quando chegamos ao colchete, percebi que ela não estava no alpendre e disse para a Divani que ficasse com ela pois, eu achava que ela tava chorando. Então despedimos e ela voltou. Quando eu saí o Valtenes não estava, pois todos os dias ele ia de madrugada ajudar o Valdivino tirar leite e fiquei muito triste mas, deixei um bilhete muito carinhoso me despedindo dele. A Alzira e a Regina foram no ponto comigo e quando nos despedimos a Regina me disse: ‘Geovania não se esqueça de nós, volte sempre. Eu jamais me esquecerei de vocês porque amo, amo, muito todos vocês’”.

Lena (2020), alguns eventos realizados na escola, como, por exemplo, festa junina, olimpíadas esportivas e projetos desenvolvidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) na região, ajudaram a aproximar toda a comunidade local. O envolvimento da professora nestes eventos ficou marcado profundamente em suas memórias, conforme demonstrado em seu diário, no qual ela registrou sua participação com seus alunos, na 1ª Olimpíada Rural, no ano de 1983, a qual segundo a professora, foi organizada conjuntamente, pela EMATER, pelo MOBREAL de Ituiutaba e escolas municipais rurais daquela região.

Figura 22: Diário escrito pela professora Lena.



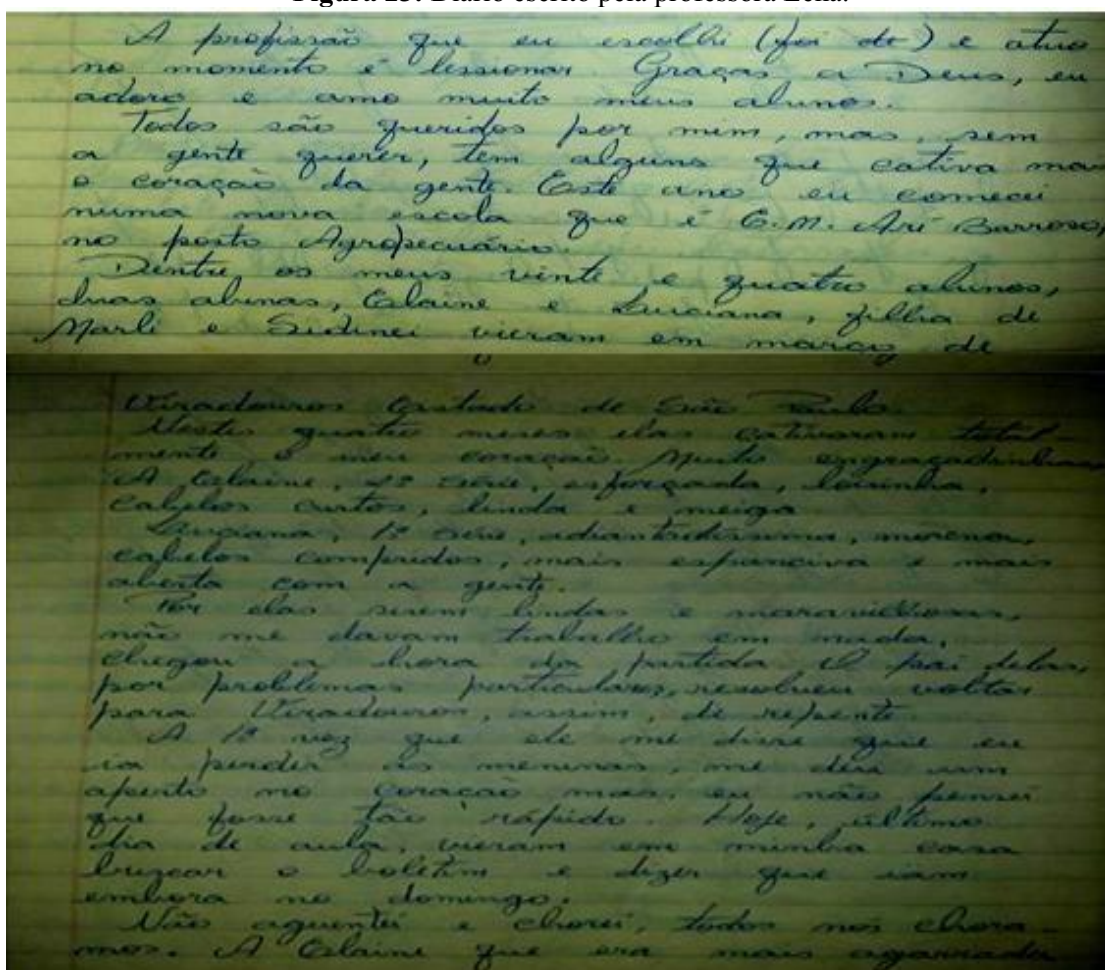
Fonte: Acervo Particular: Professora Lena (1983).¹³

A professora ainda traz, em suas memórias, seus primeiros anos escolares; ela recordou com emoção o orgulho e a satisfação de ter trabalhado na Escola Adelino de

¹³ “1ª Olimpíada Rural – 12/12/83. Fomos quatro comunidades que participamos da 1ª olimpíada. Monjolinho, Chácara, Canoa e Mateirinha. Participamos com muita garra mas infelizmente não ganhamos, ficamos em 4º lugar. O 1º lugar ficou com a Chácara, o 2º com a Canoa e o 3º com Mateirinha. Interessante foi o handebol feminino o qual participe. Gostei muito, adorei!! Foi a primeira vez que jogamos em uma quadra (AABB). Só treinamos na fazenda e mesmo assim saímos bem. Ganhamos o 1º jogo da Mateirinha, 4 x 1 e Chácara ganhou da Canoa. Jogamos com a Chácara, tempo normal, empatamos, 3 x 3. Prorrogação 1 x 1 (5min), prorrogação mais 5min, 0 x 0. Pênaltis, eu fui a goleira, defendi 2 e fizeram 1 gol. Eles defenderam os três. Depois de tanto trabalho, com a vontade imensa de ganhar, quando tudo terminou eu chorei um pouco de tristeza e um pouco de emoção. Foi ótima a experiência. As jogadoras, treinadas por Ivaneide (Mobral) e Rosaura, fomos: eu, goleira, Darcí, Vânia, Iolanda, Orlandina, Aparecida Borges, Celina, Joana, Regina, o que mais me emocionou foi a medalha de goleira menos vazada. A 1ª olimpíada terminou 8:30h e tudo correu certo. 14/12/83. 11h50min.”

Oliveira Carvalho, demonstrando o gosto pela escolha do ofício que realizou até se aposentar, com a certeza do dever cumprido. Nas duas escolas em que a professora Lena (2020) trabalhou, dos alunos ela guarda as melhores lembranças. O conteúdo transcrito a seguir expressa todo esse amor que a professora despertou pela profissão docente.

Figura 23: Diário escrito pela professora Lena.



Fonte: Acervo Particular: Professora Lena (1984).¹⁴

Embora a professora Lena (2020), tenha relatado, em seu depoimento, que inicialmente não queria ser professora e que fez o curso técnico em magistério porque foi

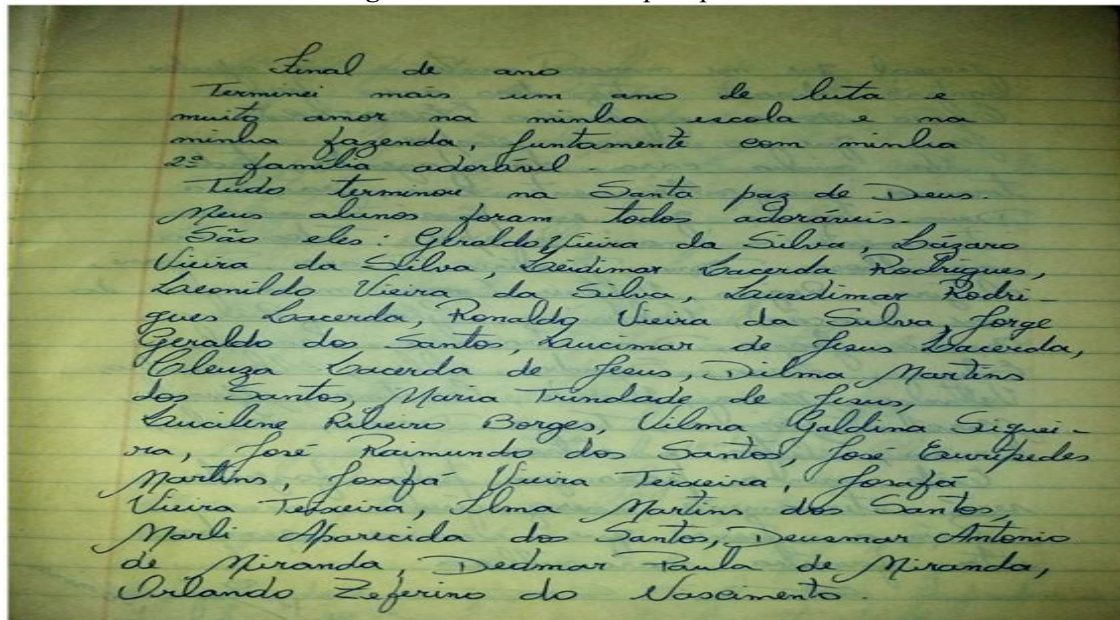
¹⁴ “A profissão que eu escolhi e atuo no momento é lecionar. Graças a Deus, eu adoro e amo muito meus alunos. Todos são queridos por mim, mas sem a gente querer, tem algumas que cativa mais o coração da gente. Este ano eu comecei numa nova escola que é E.M. Ari Barroso no posto agropecuária. Dentre os meus vinte e quatro, duas alunas, Elaine e Luciana, filha de Marli e Sidinei vieram em março de Viradouro, Estado de São Paulo. Neste quatro meses elas cativaram totalmente o meu coração. Muito engraçadinhas. A Elaine, segunda série, esforçada, lourinha, cabelos curtos, linda e meiga. Luciana 1ª Série, adiantadíssima, morena, cabelos cumpridos, mais expansiva e mais aberta com a gente. Por elas serem lindas e maravilhosas, não me davam trabalho em nada. Chegou a hora da partida. O pai delas por problemas particulares, resolveu voltar para Viradouro, assim, de repente. A 1ª vez que ele me disse que eu ia perder as meninas, me deu um aperto no coração, mas eu não pensei que fosse tão rápido. Hoje, último dia de aula, vieram em minha casa buscar o boletim e dizer que iam embora no domingo. Não aguentei e chorei, todos nós choramos.”

obrigada por sua mãe, observou-se o caráter missionário que se estabeleceu logo nos primeiros anos da profissão docente. Todas as dificuldades, bem como os sacrifícios relatados por ela, eram os elementos que compunham a ‘missão docente’, tal como àquela relacionada a visão religiosa dos ‘missionários’, no caso das professoras rurais, elas tinham como missão, ensinar. De acordo com Assis,

As representações construídas sobre as dificuldades do magistério no meio rural também ressaltavam a noção missionária da educação e conjuntamente justificavam a morosidade nas medidas governamentais em busca de melhorias e/ou investimentos das escolas rurais, na elaboração de planos de cargo e carreiras atrativos, bem como nos investimentos na condição e na formação voltada para o trabalho. (ASSIS, 2018, p. 63).

Verificou-se ainda, nos depoimentos, principalmente nas narrativas da professora Lena (2020) a relação afetiva da docência como motivador do fazer diário; além disso, constatou-se que a permanência delas no magistério rural era quase sempre atribuída à valorização delas pela comunidade rural, conforme reiterado pela professora Lena em seu diário:

Figura 24: Diário escrito pela professora Lena.



Fonte: Acervo Particular: Professora Lena (1985)¹⁵

¹⁵ “Final de ano. Terminei mais um ano de luta e muito amor na minha escola e na minha fazenda, juntamente com minha 2ª família adorável. Tudo terminou na Santa paz de Deus. Meus alunos foram todos adoráveis. São eles: Geraldo Vieira da Silva, Lázaro Vieira da Silva, Leidimar Lacerda Rodrigues, Leonildo Vieira da Silva, Lusdimar Rodrigues Lacerda, Ronaldo Vieira da Silva, Jorge Geraldo dos Santos, Lucimar de Jesus de Jesus Lacerda, Cleuza Lacerda de Jesus, Dilma Martins dos Santos, Maria Trindade de Jesus, Lucilene Ribeiro Borges, Vilma Galdina Siqueira, José Raimundo dos Santos, José Eurípedes Martins, Josafá Vieira Teixeira, Ilma Martins dos Santos, Marli Aparecida dos Santos, Deusmar Antonio de Miranda, Dedmar Paula de Miranda, Orlando Zeferino do Nascimento.”

Sobre este aspecto, Weiduschadt e Amaral (2016), em sua pesquisa *Memórias escolares: narrativas de professores leigos no contexto rural das escolas étnicas do município de Pelotas, RS (1940-1960)*, foram além. De acordo com os autores,

As dificuldades passam pela baixa remuneração, pouco material didático, distâncias a serem percorridas até chegar à escola, falta de formação profissional, mas são atenuadas pelo sentimento de valorização e importância que representavam para os alunos e para os pais no espaço escolar. O reconhecimento de seu trabalho e o status alcançado junto ao grupo compensava as adversidades inerentes à docência no meio rural (WEIDUSCHADT; AMARAL, 2016, p. 1011).

Analisando o depoimento das professoras entrevistadas nesta pesquisa, percebe-se que mesmo em meio às dificuldades enfrentadas no universo da educação rural, elas lembraram com muita facilidade dos pontos que foram significativos durante o período em que exerceram a carreira docente, conferindo destaque àqueles relacionados às relações e convivência com os alunos e familiares. Estes aspectos foram notadamente marcantes nos relatos, confirmando a forte relação entre a vivência social experimentada e as convicções construídas durante a carreira, conforme certificado por Certeau (1994, p. 142), de que “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”.

Verificou-se que as vivências e práticas docentes foram permeadas de subjetividade, com múltiplos sentidos e significados. A competência das docentes ia além da utilização correta dos métodos de ensino, do domínio da sala e do conhecimento dos conteúdos transmitidos aos alunos. A atuação como docente foi resultado de todo um processo de formação e profissionalização que ultrapassou os bancos da escola normal e acadêmica; portanto, é preciso considerar, além da trajetória de vida das professoras, as relações sócio-culturais construídas nessa trajetória.

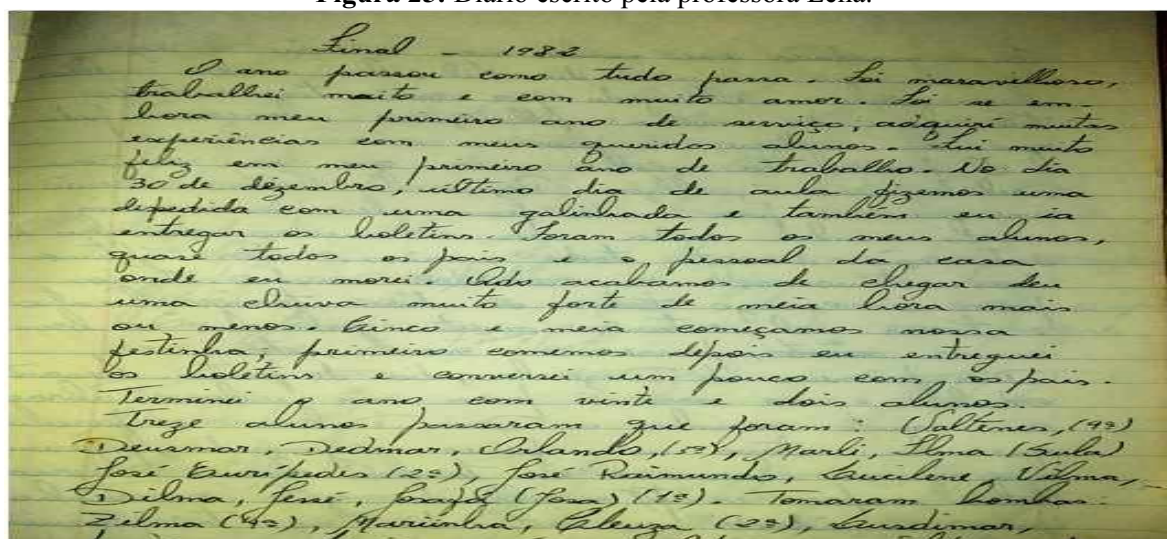
Através dos documentos escritos pesquisados, bem como dos depoimentos, percebeu-se que no período estudado não foram criadas as condições para que os alunos construíssem uma reflexão crítica, tendo em vista que os conteúdos ensinados se mostravam descontextualizados em relação ao local em que viviam. A escola no meio rural reproduzia as práticas pedagógicas do ensino formal dos centros urbanos. Embora os sujeitos vivessem em contextos sociais diversos, o conteúdo e a forma de ensino eram os mesmos. Os alunos da escola rural se adaptavam ao modelo de ensino que era proposto e, ao mesmo tempo,

continuavam vivendo e realizando as atividades cotidianas específicas do trabalho no meio rural.

Todas as entrevistadas relataram orgulho em terem sido professoras e contribuído para a formação de muitos alunos, que hoje provém seus sustentos e de suas famílias com o esforço de seu trabalho; mostram-se orgulhosas quando seus ex-alunos, hoje adultos, reconhecem-nas e verbalizam seus agradecimentos, como contou a professora Leide (2020, p. 32), “Até esses dias.... Você viu esse grupo de Ituiutaba no Facebook? Ele tá tão legal, né?! Eles me convidaram e outro dia uma Aluna minha me citou lá: ‘Dona Leide, minha professora... que saudade!’”.

A importância que essas professoras têm ou tiveram na iniciação escolar de inúmeras crianças nas escolas por onde passaram, em todos os locais por onde estiveram, por um lado, deixaram suas marcas, pois não apenas estiveram presentes nesses contextos, mas agiram e reagiram provocando mudanças. Por outro lado, também sofreram as influências desses mesmos contextos, deixando-se marcar por eles. Suas experiências as acompanharam para além das salas de aulas, para além dos muros escolares, levaram-nas em suas lembranças guardadas na memória, conforme se verifica no conteúdo da figura seguir:

Figura 25: Diário escrito pela professora Lena.



Fonte: Acervo Particular: Professora Lena (1982).¹⁶

¹⁶ “Final – 1982. O ano passou como tudo passa. Foi maravilhoso, trabalhei muito e com muito amor. Foi-se embora meu primeiro ano de serviço, adquiri muitas experiências com meus queridos alunos. Fui muito feliz em meu 1º ano de trabalho. No dia 30 de dezembro, último dia de aula fizemos uma despedida com uma galinhada e também eu ia entregar os boletins, foram todos os meus alunos, quase todos os pais e o pessoal da casa onde eu morei. Quando acabamos de chegar deu uma chuva muito forte de meia hora mais menos. Cinco e meia começamos nossa festinha, primeiro comemos e depois eu entreguei os boletins e conversei um pouco com os pais. Terminei o ano com 22 alunos. Treze alunos passaram que foram: Valtenes (4º), Deusmar, Dedimar, Orlando (3º), Marli, Ilma (Sula), José Eurípedes (2º), José Raimundo, Lucilene, Vilma, Zilma, Jene, Josaí (Josa) (1º). Tomaram bomba: Zilma (4º), Mariinha, Celeuza (2º), Lusdimar, Leidimar, Lucimar, Eva, Adão e Nilda (1º).”

Nas páginas do diário da professora Lena é confirmada a dedicação e o amor com que realizou seu trabalho nas duas escolas da zona rural do município de Ituiutaba. Mesmo que a educação rural tenha sido, de alguma forma, negligenciada pelo poder público municipal, as professoras, conforme identificou Certeau (2002), foram pelo seu fazer criativo, construindo, em seu dia a dia, táticas e estratégias, de ações próprias e de maneira de fazer, a partir do contexto em que estavam inseridas.

Através dos relatos, é possível perceber a importância que têm, para as professoras, o respeito e reconhecimento social, pelos alunos, pais e comunidades em relação ao seu trabalho, e também para a continuidade do trabalho na zona rural. Esse reconhecimento torna-se importante, uma vez que, sabe-se que há décadas os professores da educação básica lutam por uma valorização profissional, o que contribuiu para acirrar as discussões em torno da formação básica e continuada dos professores, do nível de titulação desejado e de questões salariais. Sobre este aspecto, Saviani relata que:

Efetivamente, a luta dos educadores pela qualidade da educação pública começa na década de 1920, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924; adquire visibilidade com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e com a Campanha em Defesa da Escola Pública, na virada da década de 1950 para os anos de 1960, na fase final da tramitação do projeto de LDB; prossegue com as Conferências Brasileiras de Educação da década de 1980 e com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte e na nova LDB; desemboca na elaboração da proposta alternativa de Plano Nacional de Educação nos Congressos Nacionais de Educação de 1996 e 1997; e se mantém com grandes dificuldades neste início do século XXI, na forma de resistência às políticas e reformas em curso e na reivindicação por melhores condições de ensino e de trabalho para os profissionais da educação (SAVIANI, 2007, p. 1243).

A desvalorização é uma das representações da profissão docente construída histórica e socialmente ao longo dos anos no país. Contudo, analisando os documentos, percebe-se a relação da desvalorização com o discurso do exercício da docência pela vocação, dom pessoal ou missão, aspectos que muitas vezes sobrepujam à questão financeira.

Por séculos, em todo o país, a educação não foi prioridade por parte do poder público. A maior parte da população do país ainda vivia na zona rural, o que só deixou de ocorrer em um passado recente, não sendo esta, porém, a única razão para a inexistência de recursos orçamentários para criação, instalação e manutenção de escolas, tanto na zona rural quanto urbana.

De acordo com Andrade (2006, p. 32), durante o período ditatorial em Minas Gerais, “a educação escolar mineira, em função da crise econômica e política por que passava o Estado, entra numa fase de recessão, que marca o exercício governamental nesse setor, durante todo o período revolucionário”.

A maior conquista em relação à destinação de recursos financeiros para a educação no país ocorreu somente no final da década de 1980, por força de dispositivo constitucional, o qual estabeleceu 25% (vinte e cinco por cento) previsto para educação no orçamento da União, Estados e Municípios.

Dessa forma, considerando os aspectos estudados e a falta de recursos financeiros no município de Ituiutaba, é difícil aferir o interesse e o esforço do governo local pela educação, tanto na zona urbana quanto rural. Embora não tenha sido possível pesquisar as planilhas referentes aos orçamentos da Prefeitura Municipal de Ituiutaba para educação no período estudado, tendo em vista não ser objeto da presente pesquisa e considerando ainda as dificuldades de acesso aos documentos em função da pandemia da Covid-19, entendeu-se que uma análise efetiva dos orçamentos buscados pelo município poderia revelar se houve empenho na obra da educação e se ela prevaleceu ou não sobre as demais solicitações e prioridades.

Partindo das reflexões sobre os depoimentos e da análise dos documentos pesquisados, pode-se afirmar que as representações sobre educação no meio rural do município de Ituiutaba, de certa maneira, legitimavam a desvalorização da profissão docente, bem como, dos sujeitos e dos espaços a que pertencem. Por isso, há que se concordar com a opinião de Arroyo, Caldart e Molina (2004), de que a escola no meio rural foi tratada como resíduo pelo sistema de educação brasileiro e que à população do campo foi negado o acesso aos avanços das últimas décadas, como por exemplo, a garantia do direito à educação básica.

Neste aspecto, verificou-se que embora as recordações das professoras incluíssem dificuldades enfrentadas, como, por exemplo, de transportes ou a falta deles, salas multisseriadas, falta de apoio pedagógico, escassez de materiais didáticos, deficiência dos prédios escolares, multiplicidades de tarefas, dentre outros fatores, percebe-se que, em alguns momentos, elas pareciam normalizar as dificuldades. Nota-se também, certa romantização em torno das especificidades do árduo trabalho desenvolvido por elas na escola rural. Sendo assim, elas acabavam por isentar o poder público municipal de suas responsabilidades, trazendo para si atribuições e responsabilidades que não lhes cabiam.

Mesmo sendo habilitadas e exercendo a docência, as professoras idealizam a profissão e se mostravam incapazes de uma análise mais crítica da realidade histórica em torno da

exploração do trabalho das mulheres na educação, que historicamente está repleto de simbolismos que compõem a subjetividade feminina docente despolitizada, deixando as professoras aptas aos assistencialismos e aos sacrifícios. Todavia, embora as professoras fossem valorizadas por seus alunos e pela comunidade em geral, muitas vezes eram marginalizadas pelos poderes públicos e pelas políticas educacionais.

Nóvoa explica que as histórias de vida, a formação para o magistério, as condições de trabalho e as políticas públicas são constitutivas das representações das professoras rurais:

A resposta à questão Porque é que fazemos o que fazemos na sala de aula? obriga a evocar essa mistura de vontades, de gostos, de experiências, de acasos até, que foram consolidando gestos, rotinas, comportamentos com os quais nos identificamos como professores. Cada um tem seu modo próprio de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos, um modo que se constitui uma espécie de segunda pele profissional (NÓVOA, 2000, p.16).

Assim, verifica-se que falas apresentadas são carregadas de representações construídas no cotidiano do trabalho docente nas escolas rurais, dentre as quais destacam-se as representações de dedicação à profissão, mas também de desafios e dificuldades, além da ideia recorrente de que as professoras são responsáveis por várias funções nas escolas rurais, além da docência.

Observou-se ainda que mesmo tendo alcançado alguns resultados em torno das discussões acerca da temática do magistério rural e de melhorias nas condições do trabalho, a profissão docente ainda permanece esquecida e negligenciada pelos poderes públicos. Mesmo que muitos professores rurais ainda lutem para melhorar a profissão docente, ainda continua a ideia de falta de valorização e reconhecimento do trabalho docente nas escolas rurais pelo Estado. Por fim, constata-se que a busca para vencer um dos maiores desafios da educação rural, que diz respeito à superação das representações depreciativas que ainda se tem dos sujeitos, do trabalho, do espaço e da cultura dos povos do campo.

Contudo, considerando as condições precárias e todas as dificuldades predominantes nas escolas rurais, constatamos que muitos problemas foram superados pelas professoras entrevistadas culminando na alfabetização e escolarização de populações residentes no meio rural. Verificou-se, ainda, que, mesmo tendo alcançado avanços nas discussões acerca da temática do magistério rural, quanto aos aspectos relacionados a melhorias nas condições de trabalho, na estrutura física das escolas, na formação e valorização docente, ainda não foram suficientes. Entretanto, depreende-se desta pesquisa, que a realidade das escolas rurais de

Ituiutaba não se circunscrevia apenas ao nosso município, mas se assemelhava a história da educação em todo o país. De acordo com Antunes-Rocha (2014), ao longo do século XX, inúmeras leis foram promulgadas e projetos implantados para melhoria da educação rural, porém, sem alcançar resultados satisfatórios. A precariedade das instalações físicas, a fragilidade dos resultados pedagógicos, a falta de organização administrativa e a presença de professores com pouca formação escolar são características demonstradas por todos aqueles que vivenciaram ou pesquisaram temas sobre a educação rural.

Assim também, Lima (2020) ressalta que a história das escolas brasileiras instaladas em meio rural funcionavam com todo tipo de dificuldades, como, por exemplo, insuficiência de recursos para investir em infraestrutura, falta de políticas públicas de valorização dos professores, bem como de incentivo para permanência dos alunos na escola.

Além destes aspectos, a história mostra que a constituição e consolidação de um modelo escolar no Brasil foram pautadas em um paradigma tipicamente urbano, relegando a educação rural a espaços marginais nas políticas públicas para educação. A partir desta dinâmica no sistema educacional brasileiro, de acordo com Arroyo (2007), constituiu-se uma idealização da cidade como espaço moderno propício ao desenvolvimento e o campo como lugar de atraso.

O paradigma urbano é a inspiração do direito à educação. A palavra adaptação, utilizada repetidas vezes nas políticas e nos ordenamentos legais, reflete que o campo é lembrado como o outro lugar, que são lembrados os povos do campo como outros cidadãos, que é lembrada a escola e seus educadores(as) como a outra e os outros (AROYO, 2007, p. 159).

Sobre este aspecto, de acordo com Assis (2018), a escola instalada no meio rural tornou-se um lugar de fronteira, já que, para as comunidades do campo, representava a modernidade, o conhecimento e a cultura; entretanto, para as elites brasileiras era a representação do atraso e do passado. Para a autora, as escolas rurais possuíam uma imagem híbrida, pois assumiam em parte a identidade de onde estavam localizadas e, concomitantemente, englobavam os objetivos demandados pelos governantes e elites urbanas e ainda se apropriavam dos significados atribuídos a elas pelos sujeitos (professoras e alunos) que as frequentavam.

Por isso mesmo, Arroyo, Caldart, Molina (2004) e Brandão (1986) defendem a ideia de que o ensino nas escolas rurais necessita ser revisto, pois deve-se levar em conta as especificidades do meio rural e o contexto em que se desenvolve. Neste mesmo sentido, Arroyo (2009, p. 41) diz que “É preciso rever a história contada nos currículos, nos livros

didáticos, nas linguagens e desenhos”, não mais permitir linguagens ou menções depreciativas ou que inferiorize os povos do campo. De acordo Silva Júnior e Borges Neto (2011, p. 4)

Os problemas da educação no Brasil são muitos, mas, no meio rural, a situação é mais complexa. Os currículos dessas escolas, geralmente, têm dado ênfase aos direitos básicos da cidadania e, portanto, de uma vida digna, reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando-se a reconhecer o campo como um espaço social e de constituição de identidades e sujeitos.

Dessa forma, um projeto educativo que tem um currículo desvinculado da cultura e do conhecimento dos sujeitos onde será aplicado “estará fora do lugar” (ARROYO, 2007, p. 167).

Ao analisar os documentos, bem como os depoimentos das professoras, nesta pesquisa percebe-se que estes aspectos relacionados ao currículo não foram observados. Tanto é assim, que o currículo das escolas das escolas rurais é o mesmo das escolas urbanas, assim como os livros didáticos e também os cursos de treinamento e aperfeiçoamento que eram comuns para professores da cidade e da zona rural.

No período estudado, mesmo tendo sido observado a influência do tecnicismo na educação brasileira e a busca Governo militar em organizar a educação através da unificação dos sistemas de ensino, em conformidade com as normas nacionais, a educação no meio rural, estava longe de pensar a realidade que cerca o aluno, pois de acordo com Leite, a Lei n.º 5.692/71 não respeitava as especificidades e diversidade do campo e além disso,

[...] não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destinada, exclusivamente, aos grupos campesinos (LEITE, 1999, p. 47).

As práticas educativas foram recordadas pelas professoras evidenciando a organização dos alunos nas classes multisseriadas. Ensinar alunos de diferentes níveis de escolarização na mesma sala de aula, basicamente determinava o cotidiano escolar e o trabalho docente. As professoras que lecionaram em escolas rurais no município de Ituiutaba vivenciaram transformações e influenciaram seus alunos, familiares e a comunidade rural e exerceram a sua profissão docente com os recursos e a colaboração dos que ali residiam. Embora as cinco professoras entrevistadas fossem habilitadas, nas escolas rurais do município de Ituiutaba, a maioria não era leiga. Tal como dito por Lima, para a maioria das professoras leigas,

[...] a profissão lhes chegava antes da formação especializada para exercê-la, o que lhes exigia um trabalho adicional, para cuja realização mobilizavam os poucos conhecimentos escolarizados, os quais haviam se apropriado nos breves anos de escolaridade, e os saberes oriundos da cultura empírica adquiridos no contato familiar, social e no próprio ambiente de trabalho, a escola primária rural. (LIMA, 2020, p. 242).

No entanto, Lima ressalta ainda que embora tenha sido importante a cultura empírica no cotidiano das escolas rurais, bem como a importância dessa categoria para compreender “a história da educação rural no país, principalmente quando se trata de professores sem formação técnica, ela não é valorizada no âmbito de uma dada tradição escolarizada” (LIMA, 2020, p. 242).

Dentre todos os aspectos analisados, não se deve desconsiderar o fato de a docência no município de Ituiutaba ser exercida basicamente por mulheres. Nesta pesquisa, foi possível verificar o quanto os aspectos relacionados ao gênero influenciavam na escolha da profissão docente, sobretudo na zona rural, conforme demonstrado no relatório da Secretaria Municipal de Educação (1991-1993), no qual consta que no ano de 1993, funcionavam no município 48 escolas rurais, nas quais o quadro docente era composto somente por mulheres, com 55 professoras no total.

No período pesquisado, não encontramos informações sobre homens atuando no magistério rural. A título de comparação, entre urbano e o rural, neste mesmo relatório verificou-se que o total de docentes atuando em salas de aulas das escolas urbanas municipais de Ituiutaba era de 198, destes, 174 eram mulheres. Dos 24 professores do sexo masculino, nenhum atuava nas séries iniciais. A feminização do magistério, no entanto, não era restrita ao nosso município, em outras localidades do país também estava presente, como no Estado de Minas Gerais, conforme apontou Assis (2018) na cidade de Uberlândia no período de 1950-1973; no Estado do Piauí (GONÇALVES, 2015) na cidade de Pelotas- RS, e em Dourados-MS (IRALA, 2014). Sobre a mulher no magistério, Brito Ferreira (1998, p. 52-53) vai mais longe, ao asseverar que:

Na década de 70 começaram a ter visibilidade os movimentos pela emancipação feminina e, portanto, pela mudança da condição mulher na sociedade. A predominância maciça da mulher no magistério será uma constante, e com ela a representação da profissão como um trabalho tipicamente feminino, diretamente associado às suas habilidades afetivas e de maternagem.

Nos depoimentos das professoras entrevistadas, muitas particularidades ligadas à cultura feminina instituída foram percebidas. Todas relataram fatos relacionados ao lar e à possibilidade de conciliar as tarefas domésticas com o trabalho docente, já que podiam trabalhar meio período na escola e, por isso, as tarefas escolares extras, como elaboração de planos de aulas, correção de exercícios e provas dentre outros, podiam ser realizadas em casa, entre uma tarefa doméstica e outra.

Em relação à formação dos professores que atuam nas escolas rurais, Antunes-Rocha afirma que

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, apenas 7,59% apresenta formação superior. Cerca de 33%, 68 dos professores que atuam no Ensino Médio têm escolarização de nível médio e 44,60% só cursaram fundamental. A Educação Rural e muito menos Educação do Campo, não é tema de estudos nos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas. (ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 24).

Em síntese, através do que foi analisado neste capítulo, tem-se que entre os anos de 1970 e 1990, o quadro que se apresentou da educação rural de Ituiutaba já é conhecido. Conforme asseveram Silva e Lima,

Observa-se que a gênese do ensino rural em Ituiutaba é uma expressão de um movimento histórico-educacional brasileiro e, como tal, compartilha de uma totalidade em torno da efetivação das políticas públicas para educação rural no Brasil. Dito de outro modo, os problemas relativos à precariedade dos prédios escolares na zona rural, a existência de professores leigos, escolas isoladas e de salas únicas expressam um problema não só local, mas também nacional (SILVA; LIMA, 2011, p. 10).

Por fim, constata-se que as discussões acerca da temática do magistério rural ainda permanecem à margem nas políticas públicas educacionais e que a busca para vencer e superar as representações depreciativas que se tem dos sujeitos, do trabalho, do espaço e da cultura dos povos do campo, ainda representa um desafio a ser superado. Dessa forma, mesmo que a estrutura física das escolas e as condições de trabalho das professoras tenham sido melhoradas, elas ainda lutam por seus direitos e pela valorização da profissão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras escolas rurais em Ituiutaba tiveram sua origem na década de 1940, expandindo gradualmente até os primeiros anos da década de 1970, totalizando 72 escolas rurais. Contudo, diferentemente do que ocorreu na maior parte do país, verificou-se que, neste município, 90% das escolas rurais surgiram entre as décadas de 1950 e 1970, período de maior intensidade do processo migratório do campo para a cidade, em consequência, dentre outros fatores, da modernização havida no campo.

Desde a implantação, estas escolas eram a maioria no município; até a década de 1990 ainda funcionavam 59 escolas e somente em meados de 1990, em função do processo de nucleação, é que este número reduziu drasticamente, passando o município a contar com apenas 5 escolas na zona rural. A extinção destas escolas me levou a refletir sobre os processos históricos e sociais de constituição e funcionamento de todas elas e, conseqüentemente, nas responsabilidades do poder público ao eximir-se argumentando falta de recursos financeiros. As escolas rurais de Ituiutaba nem sempre eram priorizadas pelo poder público local, ficando evidente a economia de recursos destinados à melhoria da educação oferecida no meio rural.

Em função desse pouco investimento, durante todo período pesquisado verificou-se que as escolas rurais do município funcionavam em condições precárias. O modelo se alinhava ao das escolas de quase todo país: multisseriada; unidocente; maioria dos professores leigos; problemas na estrutura física dos prédios; ventilação inadequada; ausência de água encanada, rede de esgoto, instalações elétricas, sanitários, dentre outros.

Com efeito, ao perscrutar as condições de trabalho enfrentadas pelas professoras entrevistadas, percebi que as precariedades eram muitas. Não obstante, essas dificuldades começaram a ser minimizadas a partir da vigência da Lei 5.692/71, quando aumentaram as iniciativas e estratégias para atender às suas determinações, as quais culminaram em reformas e ampliações das escolas urbanas e rurais. Entretanto, percebeu-se que as melhorias mais efetivas das condições de trabalho ocorreram somente no final da década de 1980. Uma dessas melhorias foi a implantação do transporte de professores realizado em peruas, com motoristas contratados pela prefeitura, que levavam e buscavam as professoras, possibilitando as docentes a continuarem seus estudos no período contra turno. Entretanto é preciso ressaltar as dificuldades durante o trajeto, considerando os riscos devidos às péssimas condições das estradas, principalmente nos dias chuvosos, o que tornava o percurso demorado e cansativo.

Havia ainda a desvalorização em relação ao salário, tendo sido observadas melhorias somente no final dos anos de 1980 com a promulgação da Constituição Federal em 1988.

Em relação às trajetórias das cinco professoras entrevistadas, verificou-se que tiveram muito em comum: as escolas onde trabalharam possuíam características semelhantes, as condições de trabalho, conforme já dito, eram precárias e marcadas pela sobrecarga de funções (professora, merendeira, faxineira, secretária, dentre outras funções), sem receber a mais por isso. Entretanto foi possível observar as singularidades nos depoimentos, como cada uma construiu sua trajetória profissional na escola rural.

Em suas narrativas percebeu-se que a experiência da escola primária marcou fortemente o início da docência, suas experiências de quando eram alunas, admiração por suas professoras e o modo como estas trabalhavam serviram não só de modelo, mas de inspirações na escolha da profissão docente. Ao buscar entender as práticas pedagógicas que elas utilizavam, constatou-se que mesmo sendo habilitadas, utilizavam o conhecimento apreendido durante a sua formação, bem como se apropriavam das suas experiências como alunas para desenvolverem as suas táticas de ensino. As práticas educativas foram recordadas pelas professoras evidenciando a organização dos alunos nas classes multisseriadas. Ensinar alunos de diferentes níveis de escolarização em uma mesma sala de aula definia o cotidiano escolar e o trabalho docente.

Em relação à formação inicial, constatou-se que embora as professoras entrevistadas tivessem habilitação específica, a maioria em atuação nas escolas rurais do município era leiga. Não havia no município cursos voltados para a formação do magistério rural, por isso a formação das professoras se restringia ao curso de técnico de 2º grau (Magistério), conforme exigido pela Lei 5692/71. Não foi encontrada qualquer iniciativa que dissesse respeito à exigência de cursos voltados para profissionalização de professores para as áreas rurais, bastando apenas o magistério de 2º grau para que pudessem se profissionalizar.

No que diz respeito à formação em serviço, a partir dos relatos das professoras e dos registros documentais foram constatadas ações pela Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba em busca de aperfeiçoamento dos docentes, as quais podem ser consideradas como formação em serviço, pois, através delas, eram buscadas soluções para os problemas gerais do ensino e aperfeiçoamento do saber docente.

Em relação ao ingresso na profissão, observou-se que, unanimemente, a profissão docente era o único meio que elas tinham para iniciarem em uma carreira profissional e ainda poder conciliar esta profissão com suas funções domésticas. A ausência de documentos sobre a realização de processo seletivo ou concurso público durante o período estudado, aliada ao

depoimento das professoras, revelou que as contratações das professoras para ocupação de cargo docente ocorria por meios informais, evidenciando os apadrinhamentos e o clientelismo político. De acordo com os depoimentos, o ingresso das professoras ocorria basicamente por indicações de políticos influentes ou através do prestígio de algum familiar com políticos e autoridades locais. O primeiro concurso público realizado no município ocorreu somente no ano de 1991, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Quando questionadas se elas conseguiam cumprir seu papel na escola, todas foram unânimes na afirmativa e disseram se sentir com o dever cumprido a cada final de ano letivo. Além disso, afirmavam-se na profissão e, mesmo tendo cursado apenas o curso de magistério de 2º grau, achavam que esta formação que possuíam era suficiente, não devendo haver diferença na formação do professor para escola urbana ou rural.

As professoras que lecionaram em escolas rurais no município de Ituiutaba, vivenciaram, transformaram e influenciaram alunos, seus familiares e a comunidade rural e exerceram a sua profissão com os recursos e a colaboração dos que ali residiam. Ficou evidente que a escola rural teve uma finalidade e uma função muito importante na escolarização das crianças que residiam na zona rural em Ituiutaba. Entretanto, essas escolas permaneceram ao longo do século XX funcionando em condições físicas e pedagógicas precárias, mesmo após nucleação. Além das precariedades físicas, a situação das cinco escolas restantes na zona rural demonstra indícios do descaso histórico em relação à população que vive no campo, uma vez que os alunos precisam percorrer longas distâncias até a escola, o acesso é difícil, não foi dispensada atenção especial ao aluno como trabalhador rural, o currículo permanece o mesmo das escolas urbanas, não considera as especificidades do meio rural e nenhuma dessas escolas oferece Ensino Médio.

Não obstante tal contexto e embora a educação no meio rural no município de Ituiutaba não oferecesse as melhores condições para o seu funcionamento, naquele momento, a existência das escolas públicas era motivo de grande satisfação para a comunidade que não possuía as condições necessárias para proporcionar escola para seus filhos. Nesse meio, as professoras desempenharam seu ofício e ainda que esse trabalho tenha sido realizado em condições precárias resultou na alfabetização e escolarização dos seus alunos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ANDRADE, Therezinha. **O quê os diários revelam** – práticas de formação de professoras para a escola rural, Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo – Ibirité, Minas Gerais, 1956-1959/ Therezinha Andrade. – Belo Horizonte, 2006.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Da educação Rural à Educação do Campo: construindo caminhos. In: CARVALHO, C. H.; CASTRO, M. de. **Educação Rural e do campo**. Uberlândia: EDUFU, 2014. v. 1, p. 119 -147. p. 13-32.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagne (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de Formação de educadores(as) do Campo. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004>.

ARROYO, Miguel Gonzalez. O que temos a aprender. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 15, n. 90, p. 36-41, Nov./dez. 2009.

ASSIS; LIMA. Heróis sem nome: representações sobre o espaço rural e o urbano, as escolas rurais, as professoras e os alunos (Uberlândia - MG, 1950 -1980). *Horizonte*, v. 15, n. 90, p. 36-41, Nov./dez. 2009. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e049>.

ASSIS, Danielle Angélica de; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Heróis sem nome: representações sobre o espaço rural e o urbano, as escolas rurais, as professoras e os alunos (Uberlândia-MG, 1950 - 1980), **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19 Uberlândia, 2019. p. 1-24. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/fVxyhpp4WbSYyYMbGJ8D7nS/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2021. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e049>

ASSIS, Danielle Angélica de. **Inventoras de trilhas: história e memórias das professoras das Escolas Rurais do Município de Uberlândia-MG (1950 a 1980)**. 2018, 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21159/8/InventorasTrilhasHistoriaMemorias.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.

BADUY, Marina. **Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação**. 2020, 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29313>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BEZERRA, Luciene Teresinha Souza.; RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; ARAUJO, José Carlos Souza. Expansão educacional no Sudeste e migração em Minas Gerais: impactos na

alfabetização da população de Ituiutaba (1956-1971). **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, v. 17, p.191-213, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645283>. Acesso em: 20 set. 2020. <https://doi.org/10.20396/rho.v17i71.8645283>

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 78 p.

_____, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002. 246p.

BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 39-64.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Casa de Escola: cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papirus, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os professores leigos**. Em Aberto, Brasília, DF, ano 5, n. 32, p. 12–15, out./dez. 1986.

BRITO FERREIRA, Andréa Tereza. A mulher e o magistério: razões da supremacia feminina. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 16, n.1-3, p. 43-63, 1998.

CARVALHO, Carlos Henrique.; CASTRO, Magali. Discussões sobre as dimensões da Educação Rural e do Campo: notas preliminares. In: CARVALHO, C. H.; CASTRO, M. de. **Educação Rural e do campo**, Uberlândia: EDUFU, 2014. v. 1, p. 7-32. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-349-3>

CASTANHO, Roberto Barbosa.; SOUTO, Thales Silveira. A importância da orizicultura na constituição do espaço geográfico: evolução e dinâmica da produção de arroz no período de 1930 a 2010 em Ituiutaba (MG) e a inserção de novas culturas. **Revista Colombiana de Geografia**, v. 23, p. 93-107, 2013. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v23n1.32465>

CASTRO, MAGALI; Lucy; RAPOSO, Rosane de O. V. Memória e docência: estudo sobre a permanência de professor em escolas rurais. In: CARVALHO, C. H.; CASTRO, M. de. **Educação Rural e do campo**. Uberlândia: EDUFU, 2014, v. 1, p. 153-186

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falsésia: A história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS, 2002.

CERTEAU, Michel de. Teoria e métodos no estudo das práticas cotidianas. In M. I. Szmrecsanyi (Org.), **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano**. São Paulo, SP: FAU, USP, 1985, (pp.3-17).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1**. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Operação Historiográfica**. In: CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: _____. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 2002.p. 65-119.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Tradução de Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. V. 01. 272 p.

FARIA, Gustavo Eugênio de Freitas; BESSA, Gessilaine de Almeida; SOARES, Beatriz Ribeiro. Centro de Informações e Estudos das Cidades Médias do Triângulo - Estudo de Caso de Ituiutaba-MG. In: V Semana Acadêmica e IV Semana do Servidor da UFU, 2008, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 1-10.

FARIAS, Isabel Maria Sabino; SALES, Josete de Oliveria Castelo Branco.; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho; SOUSA, FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques. **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora Ltda., 2011. v. 0. 192p.

FREIRE, Paulo. **O produto**. Capítulo 6, p. 88-96, 1991. Disponível em: <http://www.infis.ufu.br/pgcem/api/pdf/1705375267.pdf> Acesso em: 10 nov. 2020.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. As memórias de Hélio Benício sobre Grupo Escolar João Pinheiro de Ituiutaba, Minas Gerais, **Revista Brasileira de Educação Básica**, 2016. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/as-memorias-de-helio-benicio-sobre-grupo-escolar-joao-pinheiro-de-ituitaba-minas-gerais/>. Acesso em: 02 out. 2019.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Uma formação intelectual e social convenientes [...]: formação de professores rurais(Brasil, 1942-1963). **Cadernos de História da Educação**, v.19, n. 3, p. 942-960, set.-dez. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/56867/29694>. Acesso em: 02 set. 2021. <https://doi.org/10.14393/che-v19n3-2020-17>

FRANCO, Isaura; SOUZA, Sauloéber Tarsio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Movimento estudantil e imprensa escrita em Ituiutaba-MG (anos 1950 e 1960). **Horizonte Científico**, Vol. 6, N. 1 (ago. 2012), p. 23. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8007> Acesso em: 09 jun. 2021. <https://doi.org/10.5216/emb.v8i1.12561>

FRATARI NETO, Nicola José. **Educandário espírita ituiutabano: Caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora**. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973).2009, 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13784> Acesso em: 06 out. 2021

GOODSON, Ivor F. **Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional**. In: NÓVOA, Antonio (org.). Vidas de professores. 2a ed. Porto: Porto Editora, 1992, p.63-78.

GONÇALVES, Marli Clementino. **Eu era professora, era catequista, era enfermeira, eu era tudo!**: A profissão docente no meio Rural Piauiense (1971-1989). 2015, 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciência em Educação, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2015.

GOUVEIA, Cristiane Talita Gromman de.; GOUVEIA NETO, Sérgio Candido de. Contratação do Professor Primário: da Era Pombalina ao Regime Militar. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 2, p. 18, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1621-5821-1-PB%20\(8\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1621-5821-1-PB%20(8).pdf) Acesso em: 24 nov. 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília, DF: Inep, 2007. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/panorama_da_educacao_do_campo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

IRALA, Clóvis. **Educação rural em Dourados**: a escola Geraldino Neves Correa (1942-1982). 2014, 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2014. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/CL%C3%93VIS%20IRALA.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. História do ensino rural em Uberlândia-MG: memórias e práticas de professoras (1926-1979). **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 127-149, jan./jun. 2012.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Buscar os professores leigos na história da escola em meio rural**: uma política? *In*: RESENDE, Haroldo de. Repensar a história da educação, pensar a história a política na história da educação. São Paulo, Ed. Intermeios, 2020. v. 1, p. 233 -249.

LIMA, Sandra. Cristina Fagundes de. História do ensino rural em Uberlândia: memórias e práticas das professoras (1926-1979). **Educação em Perspectiva**, v. 1 e 2, n. 3, p.127-149, 2012. Disponível em: Educação em Perspectiva. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/6551-Texto%20do%20artigo-28289-1-10-20120829%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/6551-Texto%20do%20artigo-28289-1-10-20120829%20(4).pdf) (ufv.br). Acesso em: 25 jun. 2021.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Memória de si, história dos outros**: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Eu aprendi e ensinei também ao mesmo tempo: professores leigos na história da escola rural. I also learned and taught at the same time: lay teachers in the history of the rural school. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 27, n. 65/1, p. 405-423, mai./ago. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326383933_Eu_aprendi_e_ensinei_tambem_ao_me

smo_tempo_professores_leigos_na_historia_da_escola_rural. Acesso em: 02 jun. 2021. <https://doi.org/10.29286/rep.v27i65/1.6588>

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **História da escola rural e poderes locais: Uberlândia –MG, Brasil, 1930 a 1960**. Universidade Federal de Uberlândia (Minas Gerais/Brasil) História dos Municípios na Educação e na Cultura: Incertezas de ontem, desafios de hoje Instituto de educação – Universidade de Lisboa. Fundação para a Ciência e a Tecnologia Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto Estratégico – Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação «PEst-OE/ CED/4107/2011». Disponível em <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/HistoriadosMunicipios.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2021.

LEINEKER, Mariulce Silva Lima; ABREU, Claudia Barcelos Moura. **A Educação do Campo e os textos Constitucionais: um estudo a partir da Constituição Federal de 1934**. In: IX ANPED SUL- Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Caxias do Sul. IX, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1º Grau: um trabalho de mulher. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 14(2):31-39, jul./dez. 1989.

MEC. **Sinopse Estatística da Educação Básica; 1979/1980**. Brasília, 1983. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000607.pdf>> cesso em: 09 Jul. 2021.

MELLO, J. M.; NOVAIS, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: NOVAIS, F.; SCHWARCZ, L. (orgs.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea, v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge. **História e memória da formação docente em Ituiutaba –MG**. 2008, 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13686>. cesso em: 09 jan. 2020.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge. **História e Memória da Formação Docente em Ituiutaba, MG**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13686>. Acesso em: 09 ago. 2020.

MORAIS, Luciano Eurípedes. **Se não fosse essa escola aqui da Martinésia, eu acho que eu seria um analfabeto até hoje**: representações sobre as escolas combinadas de Martinésia, 1962 a 1985 (Distrito de Martinésia, Uberlândia – MG). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia-MG, 2020, 224p. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29067>. Acesso em: 09 out. 2020.

NASCIMENTO, Plínio Andrade Guimarães do ; MELO, Nágela Aparecida de. Ituiutaba (MG): os agentes econômicos e a (re)estruturação da cidade na rede urbana regional. **Revista Horizonte Científico (Uberlândia)**, v. 4, p. 1-35, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4431>. Acesso em: 09 out. 2020.

NÓVOA, Antonio, (org.). **Vidas de Professores**. Porto, Portugal: Porto editora, 2000.

NÓVOA, Antônio. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. Janeiro, 2007. Disponível em: https://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. *In*: Nóvoa, Antônio (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom quixote, 1992, p.13-33. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

OLIVEIRA, Lucia Helena Moreira de Medeiros. **História e Memória Educacional: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro MG (1939-1942)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/11223>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil**. 6. ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes Silva. **História da Formação para Professores Leigos Rurais: o Curso de Magistério Rural em Dourados, na década de 1970**. 2012; Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande. Dourados, 2012.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Magistério: idas-e-vindas de uma profissão – Minas Gerais (1889 – 1970)**. *In*: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro (orgs). *A escola e seus atores – educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PORTES, Écio Antônio; SANTOS, Apolliane Xavier Moreira dos. Aspectos da educação e do êxodo rural em Minas Gerais (1950-1970). *Aspects of Education and the Rural Exodus in Minas Gerais (1950-1970)*. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2 – jul./dez. 2012.

RIBEIRO, Betânia Laterza Ribeiro; SILVA, Elizabeth Farias da. **Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro**. Editora EGIL/FAPEMIG-2003. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/silo.tips_primordios-da-escola-publica-republicana-no-triangulo-mineiro-resumo.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da; QUILICCI NETO, Armindo. Da Migração à Formatura: escola rural e analfabetismo no município de Ituiutaba, MG, 1940-60. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 07, p. 1157-1172, jan./dez., 2020. e-ISSN: 2359-2087 DOI: 10.26568/2359-2087.2020.5483. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Da_migracao_a_formatura_escola_rural_e_analfabetis.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021. <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2020.5483>

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, L. A. A.; QUILICCI NETO, A. Educação rural em Minas Gerais: gênese das escolas municipais de Ituiutaba (anos 1940) **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, p. 74-93, 2012. <https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.8640072>

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloeber Tarcio.; QUILLICI NETO, Armindo. Escola Pública no Interior de Minas Gerais: a Gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (Anos 1940-1950). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 51, p. 323-340, 2013. <https://doi.org/10.20396/rho.v13i51.8640280>

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. SP: Cortez Editora; Autores Associados.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC**. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/O_Plano_de_Desenvolvimento_da_Educacao_analise_do_.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300027>

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. SP: Cortez Editora; Autores Associados, 1980.

SILVA, Everaldo Resende; ZANCUL, Juliana Senzi. **Análise da dinâmica demográfica rural brasileira como estratégia na definição da Política Federal de Saneamento Rural**. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindóia/SP, 2012. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1961>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da.; BORGES NETO, Mario. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. **Revista Eletrônica, Caderno temático: Cultura e Educação do Campo**, n. 3, p. 45-60, Ano 2 (Nov./2011). ISSN 2179.8443. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/index.php/edicoes-entrelacando/5-educacao-do-campo-03>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes; LEITE, Marcos Flávio Alves. A educação escolar no meio rural do município de Ituiutaba-MG, Brasil: Educação Rural ou Educação do Campo? **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 2, n. 1, p. 323-344, 2017. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p323> Acesso em: 15 jun. 2020. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p323>

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes.; MEDEIROS, Jovelina Macedo de. A Educação rural nos anos de 1970: um estudo no município de Monte Alegre de Minas, MG, Brasil. **Itinerarius Reflectionis** (Online), v. 2, p. 1-16, 2013. <https://doi.org/10.5216/ir.v2i15.27365>

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Migrantes nordestinos e as relações com a cidade**. In: Cidades: Pesquisa em História. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP, 2000.

SILVA, Dalva Maria Oliveira; RIBEIRO, Betania Oliveira Laterza.; SOUZA, S. T. (Org.). **Memórias, Histórias e Crônicas Tijucanas**: Publicações póstumas de Hélio Benício de Paiva. Uberlândia: UFFatores que interferem no processo ensino-aprendizagem.U, 2018. 403p.

SILVA, Leila Aparecida Azevedo; LIMA.; Valéria Aparecida. **Escola Rural no Brasil: Primórdios da escola Tiradentes no interior das Gerais (1940-1950)**. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, invenção, tradição de escritas da História da Educação no

Brasil. 2011, Vitória – Espírito Santo. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/980.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVEIRA, Daiane de Lima Soares. **Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 e 1960):** desafios, resistências, embates e conquistas. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13954/1/MigrantesNordestinasEscolarizacao.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVEIRA, Tânia C.; RIBEIRO, Cristiane A. O rural e o urbano nas atas de reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (Aciub), 1933-1953. *In*: LIMA, S.C.F. de; MUSIAL, G.B.S.. (Org.). **Histórias e Memórias da Escolarização das Populações Rurais:** Sujeitos, Instituições, Práticas, Fontes e Conflitos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, v. 1, p. 99-127.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 -1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de; FRATARI NETO, N. J. Modernidade e educação escolar: o concurso “A Rainha do Arroz” como paradoxo entre o público e o privado no financiamento do ensino em Minas Gerais (década 50). *In*: CARVALHO, C. H.; CASTRO, M. de. **Educação Rural e do campo.** Uberlândia: EDUFU, 2014. v. 1, p. 119 -147.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. O Universo Escolar nas páginas da imprensa tijuicana (Ituiutaba-MG, anos de 1950 e 1960). **História da Educação**, v. 09, n. 02, julho-dezembro/2010.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2000, n. 14, p.61-88.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, jan./fev./mar./abr. 2000, p. 5-24.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20470_9044.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

TEIXEIRA, E. **O Triângulo Mineiro nos Oitocentos:** séculos XVIII e XIX. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. 171 p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História Oral. Tradução de: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa:** a força dos trabalhadores. 3. ed. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VIANA, J. Italo Bezerra. **História Local**. 2016. Desenvolvimento de material didático ou instrucional Bibliográfica). 1ª Edição. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/historia-local/pdf/HIST%c3%93RIA%20LOCAL.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

VIEIRA, Mariana Gomide. **Técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicadas ao mapeamento da cana-de-açúcar no triângulo mineiro e Alto Paranaíba – MG (2011)**. 2013, 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

VILLELA, Heloisa de S. **O Mestre-escola e a professora**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação – A escola no Brasil**. 1994. FTD, São Paulo, 1994.

WEIDUSCHADT, Patrícia; AMARAL, Giana Lange do. Memórias escolares: narrativas de professores leigos no contexto rural das escolas étnicas do município de Pelotas, RS (1940-1960). **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.3, p.1006-1030, set.-dez. 2016 ISSN: 1982-7806 (On Line) DOI: 10.14393/che-v15n3-2016-6 DOSSIÊ: ARTIGOS. <https://doi.org/10.14393/che-V15n3-2016-6>

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo: Ática, 1994, p.196

FONTES

Fontes impressas

Memorialistas

BRANT, Celso (org.). **Revista Arcaica**, Belo Horizonte: Arcaica, p. 146-147, 1953.

CHAVES, Camilo. **Caiapônia: Romance da terra e do homem do Brasil Central**. Ituiutaba: Egil Editora Gráfica Ituiutaba, 1998.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. **O Vale da Fartura**. Ituiutaba: Edição do Autor, 1985.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. **A Loja do Osório**. Ituiutaba: Edição do Autor, 1984.

CÔRTEZ, Carmen Dalva Cunha. **Ituiutaba conta sua história**. 2. ed. Ituiutaba: EGIL, 2001.

MARTINS, Alciene Santos; MEDEIROS, Ivaneide Barbosa de (Orgs.). **2001 Centenário de Ituiutaba**. Ituiutaba: EGIL, 2001.

NOVAIS, Aloísio S. **História antiga de Ituiutaba**. Uberlândia: Ubergral, 1974.

Documentos Diversos

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatuizada-pl.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946).** Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Aprova a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1946v. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 8.529, de 02 de janeiro de 1946.** Aprova a Lei Orgânica do Ensino Primário. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-133655-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Lei Federal n.º 4.244/42.** Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1942. Disponível em: <httphttps://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2018]. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1558>. Acesso em: 28 ago. 2020.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEGORAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil: 1990.** Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEGORAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil: 1980.** Rio de Janeiro, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico: Minas Gerais - (1970) IBGE**. Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t14_p1_mg.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico: Minas Gerais - (1960) IBGE**. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico: Minas Gerais - (1950)**. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil: 1913. Rio de Janeiro, 1913**. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censos demográficos – MG, 1940 -1990**.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. **Documentação diversa da Secretaria Municipal de Educação**. Ituiutaba, Organizado por Marcia Fratari Majadas. Ituiutaba. 1991-1993.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. **Relatório de Atividades**. Secretaria Municipal de Educação. Organizado por Dalva Muniz de Almeida. Ituiutaba, 1989-1990.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. **Relatório de Atividades**. Secretaria Municipal de Educação. Organizado por Dalva Muniz de Almeida. Ituiutaba, 1984-1990.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba. **Regimento Municipal de Educação e Cultura de Ituiutaba-MG**, Ituiutaba, 1978b.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba. **Processo de Autorização de Funcionamento das Escolas Municipais**. Ituiutaba, 1978a.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. **Lei n.º 1691, de 1º de julho de 1975, Ituiutaba, 1975 a 1986**.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba. **Atos do Prefeito e da Câmara Municipal de Ituiutaba**. Ituiutaba, 1975 – 1986.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba. **Expressões econômicas que se situam na vizinhança do Município de Ituiutaba**. Organizado por Nicola de Oliveira Fratari. Ituiutaba, 1974b.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação de Ituiutaba. **Termo de Ajuste celebrado com SEE-MG, em 24/01/1974**. Ituiutaba, 1974a.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. **Levantamento das escolas urbanas no período de 1983 a 1991**. Secretaria Municipal de Educação. Ituiutaba, 1941-1972.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. **Fichas Escolas Rurais**. Secretaria Municipal de Educação. Ituiutaba, 1941-1992.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura **Anteprojeto do Estatuto do Magistério da Prefeitura Municipal de Ituiutaba**, 1992, 16p.

ITUIUTABA (MG). Prefeitura. **Lei n.º 1691, de 01/07/1975**, 14p. Dispõe sobre reorganização de quadros do pessoal, diretrizes para classificação e avaliação de cargos, reajustamento de vencimentos e da outras providências.

Fontes Orais

ANTUZA. **Entrevista Professora Rural**. Ituiutaba, 29 mar. 2020. Depoimento gravado, concedido a Alciene Muniz de Souza.

LENA. **Entrevista Professora Rural**. Ituiutaba, 18 mar. 2020. Depoimento gravado, concedido a Alciene Muniz de Souza.

LEIDE. **Entrevista Professora Rural**. Ituiutaba, 23 mar. 2020. Depoimento gravado, concedido a Alciene Muniz de Souza.

MARGARIDA. **Entrevista Professora Rural**. Ituiutaba, 26 mar. 2020. Depoimento gravado, concedido a Alciene Muniz de Souza.

ROSA. M. **Entrevista Professora Rural**. Ituiutaba, 15 mar. 2020. Depoimento gravado, concedido a Alciene Muniz de Souza.